



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA  
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVLVIMENTO REGIONAL**

**ELIZETE FERREIRA DOS SANTOS SANTANA**

**CENTRALIZAÇÃO DAS AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: UMA  
ANÁLISE DOS IMPACTOS FINANCEIROS DO REDIMENSIONAMENTO DO  
QUANTITATIVO DAS UASGs DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE (2015-2020)**

São Cristóvão  
2022

ELIZETE FERREIRA DOS SANTOS SANTANA

CENTRALIZAÇÃO DAS AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: UMA  
ANÁLISE DOS IMPACTOS FINANCEIROS DO REDIMENSIONAMENTO DO  
QUANTITATIVO DAS UASGs DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE (2015-2020)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Economia, área de concentração em Desenvolvimento Regional - Linha de Pesquisa Cultura e Desenvolvimento, como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal de Sergipe.

Orientador: Prof. Dr. Dean Lee Hansen

São Cristóvão  
2022

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

S232c Santana, Elizete Ferreira dos Santos  
Centralização das aquisições e contratações públicas: uma análise dos impactos financeiros do redimensionamento do quantitativo das UASGs do Instituto Federal de Sergipe (2015-2020) / Elizete Ferreira dos Santos Santana; orientador Dean Lee Hansen. – São Cristóvão, SE, 2022.  
130 f.

Dissertação (mestrado em Economia) – Universidade Federal de Sergipe, 2022.

1. Economia. 2. Desenvolvimento econômico. 3. Governança pública. 4. Educação e Estado. 5. Despesa pública – Política governamental. I. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Brasil). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe. III. Hansen, Dean Lee, orient. IV. Título.

CDU 338.246.2(813.7)

ELIZETE FERREIRA DOS SANTOS SANTANA

CENTRALIZAÇÃO DAS AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: UMA  
ANÁLISE DOS IMPACTOS FINANCEIROS DO REDIMENSIONAMENTO DO  
QUANTITATIVO DAS UASGs DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE (2015-2020)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Economia, área de concentração em Desenvolvimento Regional - Linha de Pesquisa Cultura e Desenvolvimento, como requisito para obtenção do título de Mestre em Economia pela Universidade Federal de Sergipe.

Orientador: Prof. Dr. Dean Lee Hansen

Aprovado em: 07 de abril de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Dean Lee Hansen (Orientador)  
Programa de Pós-graduação em Economia/Universidade Federal de Sergipe

Prof.(a). Dr.(a). Denísia Araújo das Chagas (Membro Interno)  
Programa de Pós-graduação em Economia/ Universidade Federal de Sergipe

Prof.(a). Dr.(a). Irinéia Rosa do Nascimento (Membro Externo)  
Programa de Mestrado em Turismo - PPMTUR/ Instituto Federal de Sergipe

São Cristóvão  
2022

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, único responsável pelas grandes conquistas em minha vida, aquele que sempre me auxilia nas minhas escolhas, que me abre novos caminhos, que me mostra oportunidades e me fortalece frente aos muitos desafios que a vida nos apresenta.

Gratidão a Deus. Sem ele, nada disso seria possível.

## AGRADECIMENTOS

Meu eterno agradecimento a Deus por ter me proporcionado a oportunidade de ingressar no programa de mestrado profissional em desenvolvimento regional da Universidade Federal de Sergipe.

Agradeço também ao meu marido Henrique Jr. e ao meu filho Gabriel Henrique pela compreensão que sempre tiveram comigo e o respeito ao meu desejo de trilhar os caminhos acadêmicos da pós-graduação.

Agradecimento todo especial a todos que integram o PROPEC, (coordenadores, professores, equipe técnica). Foi lamentável não ter havido aproximação e termos que manter distanciamento social e de prevenção em decorrência do estado de pandemia da COVID-19. Fico a imaginar quantas relações de amizade teríamos feito não fosse essa terrível crise sanitária.

Ao meu orientador prof. Dean pelas orientações e disponibilidade que demonstrou ao longo do trabalho.

Aos integrantes da banca examinadora pelo compromisso, dedicação e atenção dispensados ao meu trabalho de pesquisa.

A profa. Marilene Batista, Lene, como ela gosta de ser chamada, que integra o corpo docente do PPGED/UFS. Obrigada pelos primeiros incentivos a minha busca pela pós-graduação.

Ao grupo de pesquisa GEES/UFS e em especial a Renildes, dona do QQ azul, pelo companheirismo e compartilhamento de muitos conhecimentos.

Aos meus atual e anterior chefes-imediatos Manoel Alves Lima e Toniclay Andrade Nogueira pela compreensão e disponibilidade, pela oportunidade profissional e pela confiança, pela grande oportunidade de aprendizado e evolução. Obrigada pelo companheirismo.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização de mais uma conquista em minha vida, meus sinceros agradecimentos.

“O SENHOR firma os passos do homem bom e no seu caminho se compraz; se cair, não ficará prostrado, porque o SENHOR o segura pela mão”. (BÍBLIA, Salmos, 37:23-24 ARA)

## RESUMO

Com pouco mais de uma década, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS, pertencente à Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (RFEPCT), através de sua estrutura descentralizada, pluricurricular e multicampi, conta hoje com 10 unidades de ensino responsáveis pela evolução educacional técnica de demandas sociais e de peculiaridades regionais. Atualmente o IFS vivencia a determinação imposta pela Portaria nº 13.623, de 10 de dezembro de 2019 a qual estabelece a supressão de Unidades Administrativas de Serviços Gerais UASGs, para todas as Unidades da Federação que dispõe de mais de um CNPJ através do redimensionamento de seu quantitativo. A ocorrência tem a finalidade de racionalizar os recursos e aumentar a eficiência nas compras públicas. As UASGs referem-se a cada campus do IFS com autonomia de execução orçamentária para aquisições e contratações públicas. Diante do exposto o presente trabalho busca esclarecer o seguinte problema: “Quais foram as consequências para o IFS do redimensionamento do quantitativo das UASGs inativas e do plano de centralização das contratações e aquisições públicas?” O objetivo geral visou identificar nos *campi* os possíveis problemas decorrentes do redimensionamento do quantitativo das UASGs do IFS. Os objetivos específicos desta pesquisa verificaram o papel do IFS como instrumento de desenvolvimento regional; identificaram os impactos econômicos que o redimensionamento do quantitativo das UASGs causaram aos municípios sergipanos, além de dimensionarem quais os *campi* que mais contribuíram para o desenvolvimento socioeconômico dos municípios onde estão localizados. A pesquisa foi do tipo explicativa e sua delimitação compreendeu o âmbito dos *campi* que integram o IFS, abrangendo o recorte temporal de 2015 a 2020. A natureza da pesquisa foi quanti-qualitativa e a coleta de dados se deu por meio de pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas guiadas. As entrevistas guiadas foram aplicadas junto aos gestores representantes de cada *campus*, e da reitoria do IFS, representada pelo Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional. Os resultados alcançados demonstraram que a política projetada para a criação dos institutos federais atende as finalidades e características da Lei 11.892/2008. Os dados levantados através das entrevistas foram importantes para responder ao problema de pesquisa. Foram identificados aspectos relacionados as peculiaridades de cada campus como, a localização e o perfil dos cursos ofertados que interferem no bom funcionamento das unidades de ensino, além de alguns riscos inerentes as contratações e aquisições públicas. A realidade apresentada em alguns *campi* indicou que a centralização das contratações e aquisições públicas trouxeram mudanças de fluxos e de procedimentos que não são benéficos para a governança logística do IFS. Os resultados também indicaram a importância do IFS como instrumento de desenvolvimento regional. Em relação aos impactos econômicos que o redimensionamento do quantitativo de UASGs causou aos municípios sergipanos, estes demonstraram que não foram significativos. Quanto aos *campi*, Aracaju foi o que mais contribuiu em termos socioeconômicos, para o município, considerando os dados de participação dos municípios no PIB sergipano. Pode-se concluir, através do observatório de Sergipe, que Aracaju é o município que mais contribui, em termos percentuais, com a socio economia do estado.

### **Palavras-chave:**

Políticas públicas de ensino; Gestão publica; Instituições Publicas de Ensino

## ABSTRACT

With little more than a decade of its existence, the Federal Institute of Sergipe, belonging to the Federal Network of Scientific and Technological Professional Education, increasingly expands the offer of public, free and quality education for the Sergipe population. Faced with the unusual situation of resizing the quantity of its UASGs, the present work was based on the following research problem: to analyze what contributions the expansion of the Federal Network of Vocational and Technological Education has provided to Sergipe municipalities, with the general objective of to investigate the impacts that the expansion of the RFEPCCT caused to these municipalities and to point out the possible damages that the resizing of the quantity of the UASGs of the IFS will cause on the campuses. The UASGs refer to each campus implemented by the IFS in Sergipe's municipalities. There is a strong tension within the scope of the Federal Institutes that the initiative to suppress the General Services Administration Units - UASGs will result in a dismantling of what had been proposed for Vocational and Technological Education. The specific considerations of this research intend, in the course of the work, to verify the role of the IFS as an instrument of regional development; to identify the possible economic impacts that the resizing of the amount of UASG will cause to the municipalities in Sergipe, in addition to dimensioning which Campi have contributed the most in socioeconomic terms with the municipalities where they are installed. The research is explanatory and its delimitation comprises the scope of all Campi that make up the IFS, covering the time frame of the period from 2015 to 2020. The nature of the research is quantitative-qualitative and data collection took place through bibliographic research, documentary, telematics, interview and case study. In the research, we used guided interviews, carried out with managers representing each campus, and the rector that was represented by the Pro-Rector of Institutional Development. The results achieved demonstrate that the policy designed for the creation of federal institutes meets the purposes and characteristics listed in Law 11,892/2008, section II, art. 6, where he highlights: - the final role of the Scientific and Technological Professional Education Network is to “develop professional and technological education as an educational and investigative process for generating and adapting technical and technological solutions to social demands and regional peculiarities, identifying its importance as integrative institution that promotes the mitigation of social inequalities”. In this regard, the importance of the IFS is identified as a development instrument duly stratified in the survey responses, according to data listed in question 4 of axis 2, which deals with regional development. Regarding the economic impacts that the resizing of the quantity of UASGs will cause to Sergipe's municipalities, the respondents understand that the impacts for the municipalities are not significant, according to the opinions of the respondents to question 6 of axis II. As for the campuses that contribute the most in socioeconomic terms with the municipalities where they are installed, through data on the participation of municipalities in Sergipe's GDP, it can be concluded through the Sergipe observatory that Aracaju is the municipality that contributes the most, in terms of percentages, with the socio-economy.

**Keywords:** Regional development. Professional and Technological Education Network. resizing. Federal Institute of Sergipe.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Evolução da Educação Profissional.....	28
Figura 2 – Linha do Tempo do IFS.....	33
Figura 3 – Estrutura Social.....	39
Figura 4 – Benesses do Desenvolvimento .....	41
Figura 5 – Capa do Anuário Education at a Glance - OCDE.....	60
Figura 6 – Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.....	70
Figura 7 – Formação de Jovens de 15 a 17 anos.....	71
Figura 8 – Custos da Educação Profissional e Tecnológica em Sergipe (2015) .....	72
Figura 9 – Custos da Educação Profissional e Tecnológica em Sergipe (2016) .....	75
Figura 10 – Custos da Educação Profissional e Tecnológica em Sergipe (2017).....	76
Figura 11 – Custos da Educação Profissional e Tecnológica em Sergipe (2018).....	76
Figura 12 – Custos da Educação Profissional e Tecnológica em Sergipe (2019).....	77
Figura 13 – Custos da Educação Profissional e Tecnológica em Sergipe (2020).....	77
Figura 14 – Nuvem da palavras.....	86
Figura 15 – Gráfico logarítmico.....	87
Figura 16 – Dendrograma.....	88
Figura 17 – Corpus ramificado.....	89

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Tempo Médio de Vida Sergipe.....	44
Gráfico 2 –	Orçamento do MEC (2009-2018 em relação ao PIB.....	66
Gráfico 3 –	Análise das Contratações Públicas.....	92
Gráfico 4 –	Plano de Centralização das Contratações Públicas .....	93
Gráfico 5 –	Plano de Centralização das Aquisições e Contratações Públicas .....	94
Gráfico 6 –	Campus como instrumento de desenvolvimento.....	95
Gráfico 7 –	Proposta de Redimensionamento.....	96
Gráfico 8 –	Impacto para os municípios sergipanos.....	98
Gráfico 9 –	Desafios da Gestão .....	98

## LISTA DE TABELA

Tabela 1 –	Brasil – Expansão da Rede EPT.....	29
Tabela 2 –	Taxa de Analfabetismo das pessoas com anos ou mais de idade.....	34
Tabela 3 –	Anexo complementar da Figura 3.....	40
Tabela 4 –	Expectativa de Vida.....	44
Tabela 5 –	Situação de Funcionamento dos Campi do IFS.....	69
Tabela 6 –	Situação de Funcionamento dos Campi do IFS .....	69
Tabela 7 –	Situação de Funcionamento dos Campi do IFS .....	70

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Revisão da Literatura no Estado de Sergipe.....	23
Quadro 2 –	Revisão da Literatura em Outros Estados.....	58
Quadro 3 –	Candidato/Vaga 2008.....	81
Quadro 4 –	Produção dos Municípios Sergipanos.....	82
Quadro 5 –	Trabalho e Rendimento da População de Sergipe.....	83
Quadro 6 –	Panorama Sergipano dos Municípios.....	84
Quadro 7 –	Assistência a alunos matriculados na Instituição 2011.....	85
Quadro 8 –	Perfil dos Entrevistados.....	86
Quadro 9 –	Eixo da Entrevista.....	87

## LISTA DE SIGLAS

ART	Artigo
BNCC	Base Nacional Curricular Comum
CCSA	Centro de Ciências Sociais e Aplicadas
CEB	Câmara de Educação Básica
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CF	Constituição Federal
CNCT	Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CODAP	Colégio de Aplicação
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CONSU	Conselho Universitário
CP	Código Penal
DCNGEPT	Diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional e tecnológica
DR	Doutor
EAA	Escola de Aprendizizes Artífices
EaD	Ensino a Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EM	Ensino Médio
EMI	Ensino Médio Integrado
EPTNM	Educação Profissional Técnica de Nível Médio
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
EPCT	Educação Profissional, Científica e Tecnológica
FBC	Fundação Brasil Criativo
FDE	Fórum de Dirigentes de Ensino
FSLF	Faculdade São Luís de França

GEES	Grupo de Estudos em Educação Superior
GT	Grupo de Trabalho
IC	Iniciação Científica
IFS	Instituto Federal de Sergipe
IES	Instituição de Ensino Superior
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBIDEN	Na mesma obra, capítulo ou página
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IP	Instrução Primária
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MAIC	Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio
ME	Ministério da Educação
MEC	Ministério da Educação
MP	Medida Provisória
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PPGED	Programa de Pós-graduação da Educação
PNDN	Plano Nacional de Desenvolvimento Nacional
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROF	Professor
PROEJA	Programa Nacional de Jovens e Adultos
QUANT	Quantidade
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
SE	Sergipe
SEGES	Secretaria Municipal de Gestão
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
TI	Tecnologia da Informação
UASG	Unidade Administrativa de Serviços Gerais

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>2 EXTINÇÃO DAS UASGS INATIVAS DA REDE E.P.T.....</b>	<b>21</b>
2.1 Educação Politécnica na Rede E.P.T.....	29
2.2 A relação educação e desenvolvimento regional.....	32
2.3 Educação e desenvolvimento local dos municípios sergipanos.....	43
2.4 Como Instituições Educativas colaboram com suas localidades?.....	43
2.5 A importância do capital humano para a educação profissional .....	48
2.6 A dinâmica da Expansão dos Institutos Federais: Revisão da Literatura.....	48
<b>3 CARACTERIZAÇÃO DA REDE E. P. T.....</b>	<b>59</b>
3.1 Visão Institucional da rede E.P.T. no Mundo .....	58
3.2 Visão Institucional da rede E.P.T. no Brasil .....	55
3.3 Visão Institucional da rede E.P.T em Sergipe .....	62
<b>4 DADOS DA PESQUISA .....</b>	<b>68</b>
4.1. Custos da Educação Profissional Tecnológica em Sergipe .....	68
4.2 Estrutura de Produção dos Municípios Sergipanos .....	77
4.3 Análise dos resultados .....	96
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>98</b>
REFERÊNCIAS .....	98
ANEXOS.....	111

## 1 INTRODUÇÃO

Com pouco mais de uma década de sua existência o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, autarquia com prerrogativas de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica e disciplinar, pertencente à Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica ampliou a oferta de ensino público, gratuito e de qualidade à população sergipana.

O histórico da Educação Profissional Tecnológica, rede EPT é centenário. Data de 1909. A Rede Nacional de Escolas Profissionalizantes foi implantada no Brasil pelo então Presidente da República Nilo Peçanha, através do Decreto nº 7566 de 23 de setembro de 1909, havendo o aproveitamento dos já fundados Liceus Profissionais, entidade da sociedade civil. Já em 1824 foi instituído a Instrução Primária (IP) para todos os cidadãos.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, são instituições criadas nos termos da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, vinculados ao Ministério da Educação, possuem natureza jurídica de autarquia, sendo detentores de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar constante do Art. 1º. Título I. Capítulo I do Estatuto do Instituto Federal de Sergipe. Brasil, 2011.

A composição de cada Unidade Administrativa de Serviços Gerais - UASGs conta sistematicamente com o suporte técnico de servidores do quadro efetivo da Instituição, que orna cada Campus com os seguintes profissionais: Diretor Geral, Secretária Executiva, Pedagogos, Técnicos em Assuntos Educacionais, Psicólogos, Assistentes Sociais, Enfermeiros, Odontólogos, Médicos, Nutricionistas, Administradores, Contadores, Técnicos e Auxiliares de Contabilidade, Técnicos de Enfermagem, Técnicos em Química, Técnicos em Alimentos, Produtores Culturais, Jornalistas, Auditores, Técnicos em Áudio-Visual, Técnicos e Analistas em TI, Assistentes de Alunos, Bibliotecários, Auxiliares de Biblioteca, Engenheiros Agrônomos. Em cada Unidade Administrativa de Serviços Gerais (UASG) há prioritariamente um ou mais destes profissionais, além de haver cargos “coringas” como os Assistentes e Auxiliares de Administração.

O IFS atualmente oferta as seguintes modalidades: ensino médio integrado, técnico subsequente, superior tecnológico, licenciaturas, cursos de formação inicial e continuada e cursos de pós-graduação strictu sensu.

No momento em que a humanidade passa por condições tão adversas de permanência no mundo, tendo que nos habituar a novos padrões de comportamentos, antes tão ignorados por grande parte da população, têm-se a incumbência de apresentar uma pesquisa que se justifica

pela relevância do assunto na esfera da Administração Federal, haja vista estarmos num momento de inconstâncias políticas, econômicas e sociais que desarticula qualquer estabilidade econômica institucional. Isto posto, destaca-se a crescente necessidade de investigar as recentes decisões do atual governo federal em relação à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – Rede EPT.

Os caminhos de investigação que este objeto nos proporcionou, envolve factualmente a origem dos Institutos Federais, os percursos que o ensino profissional e tecnológico seguiu em Sergipe, e principalmente investigar os impactos que a inatividade de UASGs causará aos municípios sergipanos e ao IFS.

Neste sentido, se faz necessário viabilizar a execução de uma proposta de estudo que responderão ao seguinte problema de pesquisa: Quais as contribuições que a expansão da rede E.P.T. proporcionou aos municípios sergipanos e as consequências do redimensionamento do quantitativo de UASGs para o Instituto Federal de Sergipe?

A princípio, observa-se que a rede EPT carece da necessidade de alavancar um trabalho integrado, cujo propósito é desvendar as intenções propostas pelo governo federal, fato que nos impele ao seguinte objetivo geral: apontar os possíveis danos que o redimensionamento do quantitativo das UASG do IFS provocará nos municípios sergipanos.

Trata-se na sequência, dos seguintes objetivos específicos: analisar o papel do IFS como instrumentos de desenvolvimento; analisar os impactos econômicos que o redimensionamento do quantitativo de UASGs causará aos municípios sergipanos; dimensionar quais os Campi que mais contribuíram em termos socioeconômicos com os municípios onde encontram-se instalados.

O desenvolvimento metodológico da pesquisa está apoiado nos seguintes parâmetros: no tipo de pesquisa, nos objetivos do trabalho, na natureza do problema e nas possibilidades do pesquisador (RICHARDSON, 2009, p. 326).

Quanto ao plano de pesquisa utilizado, referimos a pesquisa como explicativa do tipo estudo de caso, que segundo Richardson (2009, p. 66) “a pesquisa explicativa abrange estudos aplicados quando se deseja analisar as causas e consequências de um fenômeno”; “A pesquisa explicativa do tipo estudo de caso analisa detalhadamente o passado, o presente e as intenções sociais de uma unidade social: um indivíduo, um grupo, instituição ou comunidade”. (Ibidem, p. 327), enquanto Zanella (2009, p. 81) considera “a pesquisa explicativa como a mais apropriada quando se tem como objetivo, por exemplo, identificar a contribuição econômica e social”.

Gil (2007, p. 43), verifica que “uma pesquisa explicativa pode ser a continuação de outra descritiva, posto que a identificação de fatores que determinam um fenômeno exige que este esteja suficientemente descrito e detalhado”.

A presente pesquisa será delimitada no âmbito de todos os *campi* que integram o Instituto Federal de Sergipe, abrangendo um recorte temporal com perspectiva longitudinal no período de 2015 a 2020. Destaca-se também que a natureza da pesquisa é quanti-qualitativa. Zanella (2009, p. 76) assegura que “a pesquisa qualitativa é descritiva: preocupa-se em descrever os fenômenos por meio dos significados que o ambiente manifesta”.

Da mesma forma Richardson (2009, p.87) considera que o estudo qualitativo obedece a critérios científicos que devem ser cumpridos tanto no método qualitativo como no quantitativo, os quais são: confiabilidade, validade, complementaridade de ambos os métodos e aporte do qualitativo para o quantitativo e vice e versa.

Já a coleta de dados se deu por meio de pesquisa bibliográfica, documental, telematizada, entrevistas. Para Gil (2002, p. 69) a pesquisa bibliográfica permite ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla, assemelhando-se à pesquisa documental, cuja diferença restringe-se à natureza das fontes. Zanella (2009, p. 83-84) afirma que:

A pesquisa documental se utiliza de fontes de dados secundários (documentais), que podem ser encontrados junto à empresa [dados secundários internos] como os relatórios e manuais da organização, relatório de entrada e saída de recursos financeiros, entre outros, e externos, como as publicações [censo demográfico, industrial e resultados de pesquisas já desenvolvidas].

Considera-se também importante salientar que o estudo de caso é utilizado quando o pesquisador investiga “uma questão do tipo ‘como’ e ‘por que’ sobre um conjunto contemporâneo de acontecimentos sobre o qual o pesquisador tem pouco ou nenhum controle” (YIN, p.28).

Os caminhos de investigação que este objeto proporciona, envolve factualmente a implantação dos Institutos Federais. Desse modo, passados os motivos iniciais, esta pesquisa será subdividida em cinco capítulos. No primeiro, trataremos especificamente da Introdução, onde abordaremos alguns fatos históricos do Instituto Federal de Sergipe. No segundo capítulo trataremos a parte teórico/conceitual, onde será elencado os percursos do Ensino Profissional Tecnológico em Sergipe (EPT/SE), fazendo alusão a implantação inicial do ensino técnico profissionalizante no Estado e sua posterior ascensão, incluindo a relação da educação com o desenvolvimento regional. No terceiro capítulo será feita a caracterização da rede EPT no mundo, no Brasil e em Sergipe, e no quarto capítulo, trataremos os dados da pesquisa que envolve

especificamente a supressão de unidades administrativas da rede EPT, a centralização das aquisições e contratações públicas e finalizaremos com as análises dos dados sequenciado pelas considerações finais.

As propostas de pesquisas aqui apresentadas serão sequenciadas com abordagens inteiramente voltadas ao Instituto Federal de Sergipe, quando referenciamos a extinção das UASGs inativas da rede E.P.T que é o tema o qual trataremos a seguir.

## 2. EXTINÇÃO DAS UASGS INATIVAS DA REDE E.P.T

A opção por iniciar um trabalho voltado unicamente para o Instituto Federal de Sergipe foi motivado em razão de crescente preocupação com o rumo que a oferta de ensino público da rede E.P.T. irá tomar, após concretização das ações impetradas pelo atual governo federal para reduzir o quantitativo de unidades administrativas da rede E.P.T., instituídas no Estado de Sergipe, oriundas da política de expansão da rede, iniciada em 2008 sob força da Lei nº 11.892/2008.

Ressalta-se também que se encaixa no propósito da pesquisa uma preocupação com a possibilidade de prejuízos econômicos que poderão ser incorporados aos municípios sergipanos, que com tanto entusiasmo acolheram a ideia inicial de expansão da rede federal (2008) para implantação do ensino profissionalizante e tecnológico nas cidades circunvizinhas da capital Aracaju/SE, possibilitando maior aderência aos cursos técnicos profissionalizantes, reforçadas pelo conforto de poder ter um ensino público, gratuito e de qualidade, sem ter que enfrentar as precárias condições viárias de transporte escolar, ofertadas pelas Prefeituras Municipais de Sergipe a seus jovens, desejosos de alcançar melhores condições de vida para si e suas famílias, por meio dos estudos.

A iniciativa da expansão da rede E.P.T surgiu, também, com a intenção de sanar os problemas de deslocamentos de alunos residentes no interior para estudar na capital sergipana, (abordagem local) reduzindo inclusive a necessidade de migração profissional, além de considerável redução nos riscos próprios do trajeto, pois esses deslocamentos estão sujeitos a todo e qualquer tipo de sinistro de trânsito ou questões de segurança, causados pelos constantes assaltos sofridos pela comunidade estudantil.

Atualmente, os Instituto Federais possuem autonomia financeira; cada campus possui um CNPJ atrelados ao cadastro matriz da Reitoria/IFS. Com a redução do quantitativo de UASGs, em razão da justificativa do poder executivo da centralização das contratações públicas, a alegação do governo federal é que tais iniciativas são decorrentes da necessidade de ajustes econômicos, fato que não procede, pois neste sentido, a aquisição de quaisquer produtos ou serviços por meio de aquisição direta de dispensas de licitação por pequeno valor (art. 24, Inciso I e II da Lei 8.666/93) foge inteiramente a realidade das aquisições no formato multicampi.

Pelo contrário, tais procedimentos irão onerar as Instituições com gastos administrativos vultosos e antieconômicos. “Ao estabelecer uma estrutura multicampi em que todos os campi possuem um elevado e isonômico grau de autonomia, afirma-se o território

como dimensão essencial de sua função. Consequentemente, na configuração dessa esfera exterior (os limites do território), estabelecem-se os princípios para sua ação comprometida com o desenvolvimento local e regional, não cerceadores de sua autonomia”. (BRASIL-SETEC/MEC, p. 37).

Outro aspecto que se pode ressaltar como justificativa para a inexecução de atendimento ao determinado na Portaria 13.263/SEGES/ME está relacionado a inviabilidade de remoção dos servidores, já que atualmente, o prédio onde encontra-se instalada a Reitoria/IFS não comporta o quantitativo de pessoal adequado ao atendimento das demandas de licitações centralizadas.

Ademais, pode-se observar que ao longo dos anos, pesquisar a expansão dos Institutos Federais foi uma constante, porém, não se vislumbrava que em tão pouco tempo de sua idealização, apenas 12 anos, houvesse uma decisão de redimensionamento do quantitativo dessas Unidades Administrativas, determinada pelo Governo Federal através da Portaria nº 13.623 de 10 de dezembro de 2019, que estabelece: Visando a centralização de contratações públicas, fica estabelecido os parâmetros mínimos em que o quantitativo de UASG existente no momento da publicação desta Portaria for superior a uma UASG por órgão ou entidade no respectivo Estado ou Distrito Federal:

I – Redução de 50% das UASG até 30/06/2020;

II – Redução de 20% das UASG remanescentes até 31/03/2021;

III – Redução de 10% das UASG remanescentes até 31/03/2022.

Inserir-se do conteúdo desta Portaria que os órgãos terão autonomia para, num prazo de 120 dias contados da publicação da Portaria, elaborar um Plano de Centralização de Contratações Públicas onde deverão ser contemplados os seguintes critérios:

I – Identificar indícios de sobreposição e duplicidade de atividades nas Unidades Administrativas, contemplando as possibilidades de agregação de bens e serviços;

II – Apresentar relação de UASG de passível inativação e as medidas para realocação de recursos e de pessoal;

III – Análise da viabilidade da centralização das contratações públicas, apresentando os impactos sobre a manutenção da continuidade do atendimento às demandas de bens e de serviços.

A determinação apresentada por meio de Portaria Ministerial causou uma inquietação institucional na rede E.P.T., pois o objetivo principal de tais supressões nos quantitativos de UASGs refere-se, em ordem prioritária, a concentração de orçamentos, fato este que gera inúmeros impactos para as economias regionais, haja vista o fato de, há mais de

uma década, estas economias contarem com o aporte de recursos, por meio de impostos municipais, advindos dos prestadores de serviços aos Institutos Federais.

Outro fato que também abala a economia regional é a remoção interna de pessoal, que com a centralização, serão lotados na Reitoria, UASG mãe do IFS, localizada no município de Aracaju/SE.

À medida em que foi se aproximando o primeiro prazo estabelecido pela Portaria 13.263/SEGES/ME, a reitoria, na pessoa da Reitora da atual gestão, providenciou a designação de uma comissão para avaliação da demanda imposta; Portaria/IFS nº 816 de 06 de março de 2020 e Portaria/IFS nº 1484/2020 de 29 de maio de 2020 com pedido de prorrogação de prazo e designação de uma Comissão Específica para proceder com os trabalhos de análise quanto a viabilidade de realizar o redimensionamento do quantitativo de Unidades Administrativas de Serviços Gerais – UASG, conforme estabelecido na Portaria do Ministério da Economia n.º 13.623, de 10 de dezembro de 2019.

A comissão foi composta por técnicos administrativos do quadro de servidores do IFS, sendo 01 na função de Pró-Reitor de Administração, 02 no cargo de Administrador, 01 no cargo de Tecnólogo em Administração, 01 no cargo de Contador e 01 no cargo de Assistente em Administração, todos encarregados das seguintes atribuições: Elaborar o Plano de Centralização de Contratações Públicas até o dia 07 de abril de 2020; Apresentar estudo para redimensionamento do quantitativo de Unidades Administrativas de Serviços Gerais – UASG no âmbito do IFS, também até o dia 07 de abril de 2020.

Ao final dos trabalhos, a comissão estabelece o cumprimento da ação, apresentando um relatório onde demonstraram as implicações da redução do quantitativo das UASGs, como fora determinado. O pleito continua em discussão em outras instâncias da Administração Pública Federal para posterior deliberação.

Desde o mês de dezembro de 2018, quando foi sinalizado pelo MEC a intenção de redimensionamento das UASGs, o CONIF em comunhão com todos os Reitores que representam os Institutos Federais, faz frente em desfavor de tal ação.

O Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - CONIF, em uma articulação com todos os que integram a rede EPT, elaborou um documento intitulado: Diretrizes para o fortalecimento da EPT na Rede Federal Profissional e Tecnológica (abril 2021) em resposta a Resolução 01/2021/CNE - Conselho Nacional de Educação, fundamentada na decisão acolhida no Fórum dos Dirigentes de Ensino - FDE/CONIF, documento elaborado pelo Grupo de Trabalho (GT) formado no âmbito do (FDE).

A formação do GT tem por finalidade, manter a autonomia dos Institutos Federais na criação, oferta e organização curricular de cursos e ações de EPT nos seus Campi, respeitando a política de construção e consolidação dos Institutos Federais (IFs) da última década (2008-2018) e o que rege a Constituição Federal de 1988 - (CF/1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB/1996).

A intervenção curricular proposta pelo MEC, remete a um indício de que ele está cerceando a autonomia institucional da Rede EPT, o que culmina com a decisão de redimensionamento.

A Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) é obrigatoriamente separada do Ensino Médio (EM) pelo Decreto nº 2.208/1997, entendimento lastreado pelo neoliberalismo de 1990. (BRASIL, 1995, [n.p.]). Anteriormente, a política da Educação Profissional unia a formação propedêutica e a formação profissional, que sucumbida pela pedagogia das competências em razão do mercado de trabalho, prevalecia a oferta de cursos concomitantes<sup>1</sup> e subsequentes ao Ensino Médio (EM). (LDB/96 [n.p.]).

Somente a partir de 2012 o Ensino Médio Integrado (EMI) foi regulamentado ainda com algumas controvérsias que vêm sendo suprimidas com as novas Diretrizes sobre o Ensino Profissional Técnico de Nível Médio (EPTNM) que regulamentou a oferta do EMI com apoio na formação humana integral e na formação humana à lógica das competências para a empregabilidade; não se deve desconsiderar a contrarreforma do EM atualmente em curso no País (Lei nº 13.415/2017) que resulta na edição das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Resolução CNE/CEB nº 03/2018) e as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica (DCNGEPT), destacada na Resolução CNE/CP nº 01/2021, com destaque para os demais instrumentos legais e normativos que balizam a contrarreforma do Ensino Médio com a Medida Provisória nº 746/2016 (MP 746/2016) consubstanciada pela Lei nº 13.415/2017; as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) - Resolução CNE/CEB nº 03/2018 e a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) - Resolução CNE/CEB nº 04/2018; as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (BNCC-Formação) - Resolução CNE/CEB 02/2019 e a quarta versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) (Resolução CNE/CEB nº 02/2020).

---

<sup>1</sup> CONCOMITANTE: se o curso que você quiser for oferecido na **forma concomitante** quer dizer que você vai fazer APENAS O CURSO TÉCNICO NO INSTITUTO. ... \* SUBSEQUENTE: já os cursos ofertados de **forma** subsequente são voltados a quem JÁ CONCLUIU O ENSINO MÉDIO, ou seja, são cursados SUBSEQUENTEMENTE ao ensino médio. (IF Sul-Riograndense/2018, [s.p.]).

O ordenamento do GT constituído pelo CONIF, após análise da Resolução nº 01/2021CNE, atesta de forma plena, dentre outros posicionamentos, que os Institutos Federais se valem dos seguintes princípios:

1) A garantia incontestada da autonomia administrativa, patrimonial e financeira, didático-pedagógica e disciplinar dos IFs, assegurada em lei, com destaque para o artigo 207 da CF/1988, pelos artigos 1º e 2º da Lei nº 11.892/2008.

Atualmente o Instituto Federal de Sergipe comporta os Campi situados nos municípios sergipanos de São Cristovão, Lagarto, Propriá, Itabaiana, Nossa Senhora da Glória, Estância, Tobias Barreto, Nossa Senhora do Socorro, Aracaju e Poço Redondo, além da sede da Reitoria, instalada na cidade de Aracaju/SE.

A princípio, deveria ser suprimido 50% das UASGs, ou seja, 05 Campi passariam a ficar sem independência financeira, o que deveria ter ocorrido em junho do ano 2020, restando 6 Unidades; no segundo momento supressão de 20% das UASGs restantes, que seria a extinção de mais 1 UASG, restando 4 e por fim, supressão de mais 10%, restando apenas 02 Campi e a Reitoria que não poderá ser suprimida. Por dedução, acredita-se que a escolha dos Campi que permaneceriam com UASGs ativas seriam os que comportam maior número de alunos (Campus Aracaju); outro critério que deveria ser considerado além do número de alunos, seria a antiguidade, pois supõe-se que os Campi mais antigos, além de manter a tradição, estão com raízes mais sólidas nos municípios onde encontram-se instalados, e por estes critérios, seriam os Campi São Cristovão com 97 anos de existência e que também mantém o diferencial da oferta do ensino com residência discente e Campus Lagarto com 12 anos de existência, mas que detém um número de alunos que supera os matriculados no Campus São Cristovão.

O estabelecimento destes critérios para a escolha dos Campi que permanecerão com UASGs ativas, traria à Comissão um vasto trabalho que deverá estar fundamentado e alicerçado em comunhão com os órgãos municipais, que também têm muito interesse na permanência da independência financeira dos Campi em seus municípios.

Outro ponto que considera-se importante destacar é que, em recentes buscas de pesquisas voltadas a expansão dos Institutos Federais, os assuntos que mais chamam atenção são o fato de que se pontua muito a falta de estrutura, falta de professores e falta de pessoal técnico para cumprimento das finalidades ousadas que foram destaque, à época das propostas da política de expansão; o que se percebe é que estas informações encontram-se desatualizadas, fato que nos compele a investigar as atuais condições físicas e estruturais e de pessoal, de professores e técnicos administrativos que hoje integram esta rede.

Um outro aspecto que requer atenção e que necessita de uma investigação mais acurada é saber se os Institutos Federais alcançaram os propósitos almejados na política de expansão dos IF, ou seja, dentre as muitas finalidades a eles atribuídas, está a de atuação profissional nos diversos setores da economia com foco no desenvolvimento socioeconômico nacional, regional e local; além de ministrar em nível de educação superior cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado. (Lei 11.892/2008, p. 4).

Pelo exposto, elenca-se estes pontos como sendo o diferencial deste trabalho, relacionando a importância de buscar, sobretudo nos métodos de citação, a perspectiva de observar as similaridades existentes e os avanços hoje alcançados, após 14 anos de implantação da política de expansão dos Institutos Federais.

Com a expansão da Rede Federal de Educação, têm-se o seguinte cenário:

**Tabela 1 – Brasil - Expansão da Rede EPT**

ANO:	QUANT.:	DESCRIÇÃO:
Até 2020	140	Escolas Técnicas no Brasil atendendo a 120 municípios
2002 a 2010	354	Campi funcionando em 321 municípios
2011 a 2014	514	Campi funcionando em 512 municípios
<b>TOTAL:</b>	<b>1.008</b>	

Fonte: SETEC/MEC, 2019

A rede referenciada envolve Institutos Federais, Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e Universidades Tecnológicas Federais.

A oferta da educação para o povo era uma preocupação governamental. As escolas de formação que eram lançadas remetiam ao trabalho braçal na lavoura, no comércio, nas indústrias e nas artes. (NERY, 2019, [p.i.]).

Havia o foco determinante na formação de cidadãos úteis a nação. Deliberadamente se exercia a prática do assistencialismo, já que contemplava prioritariamente os desfavorecidos de fortuna.

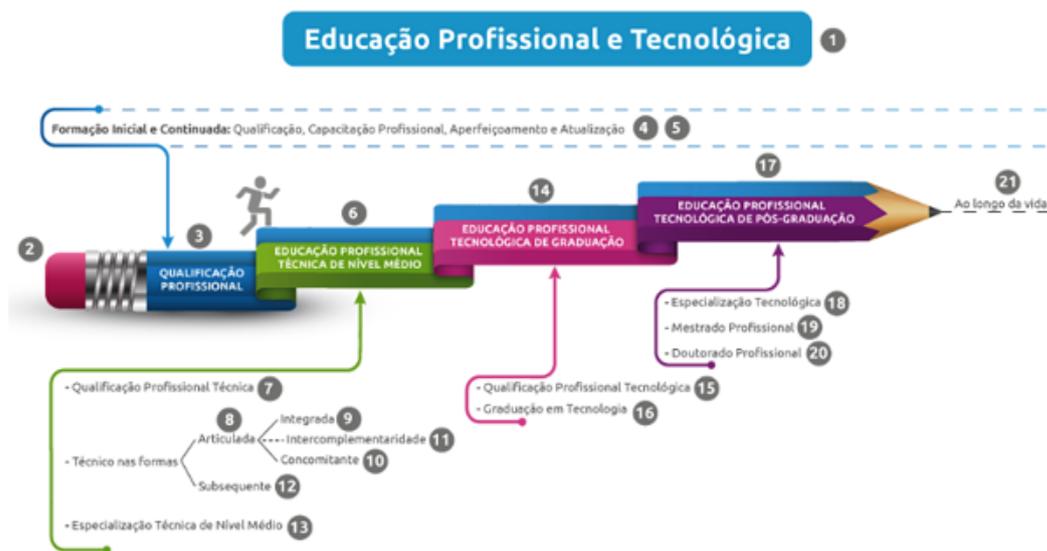
Tinha-se a opinião de que pessoas desabastadas eram um ranço para o progresso e o desenvolvimento do Brasil. “Logo, aos olhos do dirigente do país, os ex-escravos, mendigos, negros, loucos, prostitutas, rebeldes, desempregados, órfãos e viciados, que se avolumavam com o crescimento das cidades, precisavam ser atendidos,

educados e profissionalizados para se transformarem em obreiros, em operariado útil, e o que é mais importante, incapaz de se rebelar contra a Pátria. (KUNZE, 2005, p.15).

A educação era tida como uma prática negocial e política, tanto que estava subordinada inicialmente, ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC). Mantinha-se um regime republicano democrático, lascivo aos cidadãos que contribuiria com o desenvolvimento do país e as transformações orçamentárias propostas pelo governo federal que lança um novo modelo de educação profissional para viabilizar o desenvolvimento regional e a democratização do conhecimento. (PortalTransparência.gov.br. [Online]).

Compete aos institutos federais as seguintes modalidades de ensino: educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, com foco na educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino. (BRASIL-SETEC/MEC, 2010).

**Figura 1 – Evolução da Educação Profissional**



**1. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**2. EDUCAÇÃO NACIONAL**

**3. 4. 5. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL**

**6. 7. 8. 9. 10. 11. 12. 13. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO**

**14. 15. 16. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA DE GRADUAÇÃO**

**17. 18. 19. 20. 21 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

Fonte: Setec/MEC/2022 

Sequenciando com as considerações acerca do ensino ofertado pela rede EPT, trataremos a seguir do tema relacionado à educação politécnica que é a preparação do indivíduo correlacionando estudo e trabalho envolvendo todas as suas dimensões.

## 2.1 Educação Politécnica<sup>2</sup> na Rede E.P.T

No vasto conhecimento de Nosella (2007, p. 138) sobre trabalho politécnico, com propriedade, o autor argumenta que, com o passar do tempo, o termo politecnia foi deixando de ser polêmico; ele era muito bem aceito para referir-se à formação dos trabalhadores, à época marxiana.

Machado (1992 p. 19-22) argumenta que a formação politécnica a longo prazo, proporciona ao indivíduo, além da expansão dos seus conhecimentos, a oportunidade de inseri-lo no seio da sociedade, proporcionando o desenvolvimento social.

A autora continua com a afirmação de que a politecnia “guarda relação com as potencialidades libertadoras do desenvolvimento das forças produtivas assim como com a negação destas potencialidades pelo capitalismo”. (MACHADO, 1992, p. 19-22)

O termo politécnico não é usual, mas segundo as normativas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, trata-se da mesma modalidade de ensino profissional.

Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. (Redação dada pela Lei nº 11.741, de 2008). § 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008). § 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008). I – De formação inicial e continuada ou qualificação profissional; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008). II – De educação profissional técnica de nível médio; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008). III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008). § 3º Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008). (LDB, 9394/96)

Frigotto (2019, p. 263) expõe o seu ponto de vista a respeito da Educação Profissional e Tecnológica, quando este afirma: [...] “eu defino a criação dos Institutos Federais como a maior política de educação pública de qualidade, especialmente para o ensino médio e licenciaturas, que o Brasil teve até hoje desde a sua criação”.

---

<sup>2</sup> Politécnica, o mesmo que ensino profissional e tecnológico. Designação em especial de estabelecimentos em que se professam ciências diversas. "**politécnica**", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/polit%C3%A9cnica> [consultado em 08-06-2021].

Versando sobre a Educação Profissional e Tecnológica, cujo principal objetivo é a formação humana com pensamento crítico, Frigotto (2019, p. 264), forte influenciador do modelo de ensino integrado verticalizado, salienta que “a maior qualidade dos Institutos Federais é a quantidade”.

Para Silva (2020, p. 02), a verticalização do ensino é composta pela oferta do ensino para públicos de diferentes classes que compartilham aprendizados que vão do nível técnico ao subsequente, da graduação à pós-graduação lato-sensu e stricto sensu.

Cano (2017, p. 272), com foco no período 1930-1980, sinaliza que “a expansão quantitativa do ensino infelizmente foi acompanhada por uma piora qualitativa”.

Da mesma forma, Nosella e Gomes (2016, p. 18) faz uma comparação do ensino profissional e tecnológico, com o ensino público regular, quando acrescentam:

O Estado brasileiro mantém, nesse nível de ensino, dois sistemas educacionais: o ensino médio regular e o ensino médio integrado. É a tensão entre um sistema minoritário de educação caracterizado por verba específicas, estudantes previamente selecionados, boa estrutura física, frequentemente com cursos que podem chegar a quatro anos de duração, dois períodos diurnos de funcionamento, plano de carreira docente similar ao do magistério superior federal, atividades normativas no contraturno, etc. e um segundo sistema de massa caracterizado por uma conceituação difusa e confusa sobre cidadania e trabalho, uma ilusória e complexa burocracia de Estado, escassez de recursos, estruturas físicas arcaicas e precárias, planos de carreiras frustrantes e metodologias inadequadas.

Pensar na possibilidade de supressão das Unidades Administrativas de Serviços Gerais, atualmente em funcionamento, é um acinte à educação; um descaso com o que longamente vem sendo combatido na formação dos indivíduos e a sua pretensa intensão de uma formação integral, onde o desenvolvimento toma todas as suas dimensões, resultando numa proposta de ensino politécnico.

O termo politécnica deriva de outros dois termos. Um que tem a ver com o que é uma educação por inteiro ou integral, que é o termo unilateralidade, ou seja, uma educação que leve em conta todas as dimensões da vida: físicas, biológicas, sociais, culturais, filosóficas, éticas, estéticas, afetivas. A educação básica teria que dar ao jovem essa oportunidade de um desenvolvimento de todas as suas dimensões. Unilateral, em Latim, “Unilateral “todos” e “lateral “significa “dimensões”, ou seja, “todas as dimensões”. A outra palavra vem do grego – “poli “e “TechNet” –que se a gente traduzir linearmente significa “aprender muitas técnicas”. (FRIGOTTO, 2019, p. 264).

Ainda segundo o autor, “uma educação politécnica e unilateral é aquela que dá ao jovem na sua educação básica, os fundamentos científicos de todos os campos de conhecimento”.

Retomando os fatos da atualidade, enfatizamos as razões defendidas pelo governo federal de que a supressão de unidades administrativas de serviços gerais trará significativa economia para o Ministério da Educação;

Esta é uma decisão desarrazoada, haja vista a indisponibilidade destas unidades de ensino, fruto do tão sonhado “projeto de expansão”, que trouxe inúmeros benefícios e oportunidades para a população residente nos interiores sergipanos, que enfrentavam uma série de dificuldades de acesso as escolas. Sem sombra de dúvidas, é uma atitude de retrocesso.

Os dados mais recentes anunciados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, (2018, ver tabela 2) abaixo evidenciam com números e dados estatísticos desta irracionalidade: foram selecionadas algumas características das grandes regiões brasileiras: norte, nordeste, sudeste e centro-oeste. Para fins desta análise, o principal foco será a região nordeste, onde encontra-se os municípios fonte de estudo. Na proporção de pessoas nos grupos de idade de 15 a 19 anos, 0,6% são analfabetos; de 20 a 24 anos 1,0% são analfabetos; de 25 a 34 anos 1,8% são analfabetos; de 35 a 44 anos 4,1% são analfabetos; de 45 a 54 anos 7,4% são analfabetos; de 55 a 64 anos 10,9% são analfabetos e de 65 anos ou mais, 21,5% são analfabetos.

Observa-se que o maior índice de analfabetismo se encontra na proporção de pessoas idosas com 65 anos ou mais. Em relação ao gênero, 7,0% são homens e 6,6% são mulheres, havendo uma prevalência masculina de analfabetos. À proporção que analisa a situação do domicílio, os dados evidenciam 5,1% dos pesquisados residem na zona urbana e 17,5% residem na zona rural.

“O analfabetismo atinge as pessoas mais idosas, pois os jovens, atualmente, estão mais escolarizados e, com isso, têm um indicador menor. Embora o índice de analfabetos tenha melhorado, o analfabetismo ainda se faz presente, revelando uma triste herança brasileira de exclusão social. (BERINGUY, ADRIANA. ANALISTA DESTE ESTUDO/IBGE, 2020). A alfabetização significa não apenas as competências e habilidades da leitura, escrita e cálculos matemáticos, mas, também, avançar nas dimensões sociais, econômicas, políticas do país e seus impactos, de modo a combater a exclusão social, econômica e cultural dos sujeitos que necessitam trabalhar, e deixam os estudos de lado pela sua sobrevivência. “O analfabetismo limita a inclusão do sujeito na vida social e o compromete em seu desenvolvimento pleno no exercício de sua cidadania, pois as demandas do mundo contemporâneo exigem, de forma cada vez mais complexa, o domínio da leitura e da escrita, inclusive no mundo tecnológico.” (SALOMÃO, S.C. IBGE, 2020, [n.p.]).

As observações apresentadas pelas autoras vêm a corroborar todas as evidências que estão elencadas na tabela abaixo, resultado da mais recente pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sobre a taxa de analfabetismo no Brasil que apresenta discreta melhora (ver tabela 2). Este novo índice foi retratado por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua Educação.

**Tabela 2 – Taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais de idade (2018)**

Grandes Regiões e algumas características selecionadas	Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade					
	Total		Cor ou raça			
			Branca		Preta ou parda	
	Proporção	CV (%)	Proporção	CV (%)	Proporção	CV (%)
<b>Brasil</b>	<b>6,8</b>	<b>0,9</b>	<b>3,9</b>	<b>1,8</b>	<b>9,1</b>	<b>1,0</b>
Norte	8,0	2,6	5,9	5,3	8,4	2,7
Nordeste	13,9	1,2	10,7	2,4	14,9	1,2
Sudeste	3,5	2,5	2,4	3,8	4,7	2,9
Sul	3,6	3,3	2,7	4,1	6,7	4,0
Centro-Oeste	5,4	3,0	3,7	5,3	6,4	3,4
<b>Situação do domicílio</b>						
Urbana	5,1	1,3	3,1	2,3	6,8	1,4
Rural	17,5	1,2	11,0	2,2	20,7	1,2
<b>Sexo</b>						
Homem	7,0	1,1	3,9	2,3	9,3	1,2
Mulher	6,6	1,1	3,8	2,1	8,9	1,2
<b>Grupos de idade</b>						
15 a 19 anos	0,6	7,1	0,5	13,1	0,7	8,6
20 a 24 anos	1,0	6,0	0,6	12,4	1,2	6,8
25 a 34 anos	1,8	3,0	1,1	6,0	2,3	3,5
35 a 44 anos	4,1	2,1	2,0	4,8	5,7	2,3
45 a 54 anos	7,4	1,7	3,4	3,8	10,8	1,9
55 a 64 anos	10,9	1,6	4,9	3,4	16,5	1,7
65 anos ou mais	21,5	1,2	12,3	2,4	31,8	1,2
<b>Classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento</b>						
Até 20%	10,6	1,5	7,5	3,6	11,6	1,7
Mais de 20% até 40%	8,8	1,6	6,0	3,2	10,1	1,8
Mais de 40% até 60%	10,4	1,5	7,2	2,9	12,6	1,7
Mais de 60% até 80%	4,4	2,2	3,1	3,7	5,9	2,6
Mais de 80%	1,2	3,9	0,7	6,0	2,1	4,8

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2º trimestre, 2018.

Nota: Indígenas, amarelos e pessoas sem declaração de cor ou raça constam no total.

A vertente de que a educação traz contribuição para o desenvolvimento regional é o tema que será tratado a seguir, apresentando diversos estudos que corroboram com a idéia de que há uma estreita relação da educação com o desenvolvimento regional.

## **2.2 A relação educação e desenvolvimento regional**

Uma das diretrizes estabelecidas na Lei 11.892/2008, lei de criação dos Institutos Federais é a integração da educação profissional científica e tecnológica com o desenvolvimento regional. A oferta de formação profissional n.p. e multicanais em diferentes modalidades de ensino técnico e tecnológico equiparado às Universidades Federais também é uma premissa desta lei. A solidificação da relação existente entre educação e desenvolvimento encontra-se destacada em fragmentos da lei de criação dos Institutos Federais, quando nela consta:

art.7º - São objetivos dos Institutos Federais: IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos; V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional. (Lei 11.892/2008)

O ponto de partida para o entendimento desta relação também está suportado em Furtado (2007, p.204), onde ele ressalta que “o processo de desenvolvimento consiste fundamentalmente numa série de mudanças na forma e proporções como se combinam os fatores de produção”.

Furtado (1983, p.79-80) também se vale da seguinte argumentação:

[...] o desenvolvimento é ao mesmo tempo um problema de acumulação e progresso técnico, e um problema de expressão de valores de uma comunidade. Assim, avaliamos que no progresso técnico deve-se considerar que a tecnologia incorporada aos tradicionais fatores de produção (terra, capital, trabalho) permita a transformação dos processos e técnicas de produção tradicionais, permitindo o aumento da produtividade do trabalho e por conseguinte a melhoria dos índices de crescimento.

Não se pode falar de progresso técnico e crescimento sem falar em educação e na ênfase na formação do capital humano, na acumulação de conhecimento e na geração de novas tecnologias, sendo atribuído ao desenvolvimento as mudanças de caráter qualitativo como a qualidade de vida da população.

Na discussão destes aspectos, Castoriadis, (2007, p. 178) apud Pereira, (1999, p. 312) diz que: é através da educação que ocorre “[...] a autonomia do indivíduo – com condições

estabelecidas historicamente, tanto na história do indivíduo, quanto naquela coletividade onde ele vive –, dizemos que é preciso educar o indivíduo para que ele seja autônomo”.

Em sua obra *Educação e Democracia*, Saviani (2012, p. 81) expõe com clara consciência que:

De uns tempos para cá, tornou-se lugar comum a afirmação de que a educação é sempre um ato político. Mas o que significa esta afirmação? [...] anteriormente se tinha a idéia dominante segundo a qual a educação era entendida como um fenômeno estritamente técnico-pedagógico, portanto, inteiramente autônomo e independente da questão política. [...] Cabe, pois, indagar: educação e política equivalem-se, identificam-se? Se são diferentes em que consiste a diferença? Entendo que educação e política, embora inseparáveis, não são idênticas. Trata-se de práticas distintas, dotadas cada uma de especificidade própria. (SAVIANI, 2012, p. 83-84).

Contemplando a obra de Saviani (2012, p. 16), o autor trata sobre o tema educação, quando então destaca “ser ela, a solução para os diversos problemas que afligem a humanidade, desde a violência, passando pelo desemprego, a miséria, a exclusão social, até as agressões ao meio ambiente”.

Com o progresso como base para o crescimento e o desenvolvimento econômico, cabe destacar que crescimento é baseado na variável quantitativa do Produto Interno Bruto – PIB, para o aumento contínuo do país ao longo do tempo. Já para se configurar que o país está em franco desenvolvimento, as variáveis avaliadas são as qualitativas. Cano (2017, p. 268), assim pontua: “No Brasil, o progresso econômico, político e social traz também enorme desenvolvimento científico e cultural”. Também é possível realizar uma apreciação às colocações de Cano (2017, p. 270-272) sobre desenvolvimento, quando este destaca:

O desenvolvimento brasileiro foi intensificado (1956-1960). Além do elevado crescimento econômico, o processo de industrialização e de urbanização foi aprofundado. A intensidade e velocidade desse processo causou grandes efeitos positivos e negativos. Os positivos, além do crescimento da oferta de bens e serviços, também se refletiam no emprego, nos salários e na ascensão social do trabalhador e da classe média... A intensidade do crescimento industrial, notadamente induziu forte expansão da demanda de trabalho mais qualificado, abrindo ainda mais o leque salarial urbano e, com isso, agravando a distribuição de renda no país. A urbanização se tornaria explosiva, mostrando claramente o déficit habitacional, de saneamento e de transporte público. Os serviços públicos de educação e saúde também mostravam suas insuficiências. ... O conjunto de todos esses problemas fez crescer as manifestações sociais, consubstanciadas nas chamadas Reformas de Base (Agrária, Urbana, Tributária, de Educação e outras). A elevação dos investimentos públicos foi problemática... restringindo as possibilidades de maior e melhor atendimento da crescente demanda por educação e saúde.

A este respeito, pode-se pontuar que a qualificação dos indivíduos mencionadas por Cano (2017) na transcrição acima é fundamentalmente necessária quando se quer alcançar melhores patamares e ascensão social, de caráter qualitativo. Sobre esta métrica social, expõe-se que as nuances de caráter qualitativa estão estreitamente ligadas às mudanças para uma

melhor qualidade de vida, expectativa de vida e seu nível de escolaridade medidos pelo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH que associa a satisfação das necessidades individuais por meio da renda, saúde e educação, que é a métrica da Organização das Nações Unidas – ONU, no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, que objetiva vida próspera, saudável, feliz e segura para a humanidade.

O processo geral de desenvolvimento econômico que interfere minuciosamente na estrutura econômica e social dos indivíduos, está pautado em tradições clássicas e neoclássicas da corrente do crescimento como fenômeno do desenvolvimento e da corrente do crescimento como condição indispensável para o desenvolvimento, mas não suficiente, dos apoiadores marxistas e cepalinos.

O fator trabalho, responsável pelo aumento da produtividade atrelado a introdução de inovações técnicas, busca a integração dos aspectos sociais, políticos e culturais para o alcance do desenvolvimento.

Fragmentos do modelo Haro-Domar (1939) e a Haro de fatores verificados por Bresser-Pereira (1975) segue com a seguinte consideração:

“O aumento simplesmente quantitativo do número de trabalhadores não produz resultado, já que o objetivo reside no aumento da produção por trabalhador. Os demais fatores capazes de determinar o desenvolvimento - o progresso técnico, a educação, a capacidade empresarial, etc. - são considerados fatores subsidiários em grande parte dependentes da acumulação de capital, a qual modificam qualitativamente”. (BRESSER-PEREIRA, 1975, p. 13)

“O envolvimento da educação com o desenvolvimento na avaliação da qualidade de vida da população, é necessário considerarmos não apenas os aspectos econômicos, mas também aqueles ligados à oferta de bens públicos”. (MENDES, et al., 2015 p. 10).

Por sua vez, Furtado (2010, apud Bolão, 2015, p. 16) esclarece que:

O desenvolvimento é processo conflitivo e tenso em que sujeitos concretos exercitam opções alternativas frente a uma temporalidade construída mais larga (e não imediatista), apta a escolhas autônomas, apresentando trajetórias abertas, que estão submetidas a decisões estratégicas, em ambiente de incerteza, pouca segurança e de desproporcionais diferenciações de poder (de comando sobre o destino social). Em suma, o processo de desenvolvimento deveria ser, segundo Furtado, encarado como o exercício de criatividade e de imposição de valores. Tal processo permitiria descortinar horizontes de alternativas e alargar o campo do possível, “concretizando as potencialidades humanas.

Continuando sua narrativa, o autor também pontua que para o alcance desse objetivo, seria necessário “um esforço intelectual e político de transformação social... que fosse capaz de lograr a constituição de formas sociais mais reveladoras, para desmontar as estruturas de reprodução de desigualdades sociais, produtivas e regionais”.

A competência do sistema educacional vale-se da premissa de que a educação é um meio probó para o alcance da mobilidade social. Decerto que existe também às relações de interesses entre vontade e capacidade de suprimir esses novos movimentos sociais, além das crenças e ideologias.

Em suas inúmeras pesquisas, Hansen (2021, p. 02), que detém vasto conhecimento em desenvolvimento regional, reforça que “a educação é uma preparação para a vida profissional que, ao se tornar cada vez mais dependente e determinada pelo conhecimento, passou também a estabelecer e a exigir relações de interação entre a escola, a comunidade e o progresso econômico”.

O principal e mais importante indicador da mobilidade social é a renda, pois ela define a classe social em que o indivíduo se encontra; estabelecendo inclusive em que categoria da mobilidade social ele está inserido.

Nessa linha de ideias, vale esclarecer o termo mobilidade social: é a ascensão social, ou seja, uma mudança de posição de uma classe social para outra. É curioso pensar que através das décadas a população passa por um processo de migração piramidal, cujo objetivo é alcançar um topo mais elevado do que o de seus antecedentes familiares.

Há que se considerar também a forte influência das desigualdades, principalmente em países subdesenvolvidos, como é o caso do Brasil:

Há variados incentivos para os indivíduos buscarem educação. A literatura sobre resultados educacionais demonstra que as pessoas mais escolarizadas registram maior nível de ocupação, auferem maiores rendimentos e têm mais chance de mobilidade social. Ao mesmo tempo, governos também têm incentivos para fornecer infraestrutura e políticas adequadas para ampliar as oportunidades educacionais. Uma população altamente escolarizada tende a ser mais engajada socialmente, apresenta maior conjunto de candidatos a empregos qualificados e pode proporcionar maior arrecadação. (EDUCATION...2019, On-line).

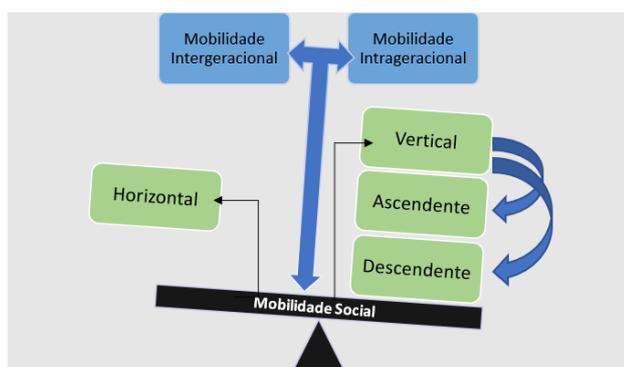
Furtado (1957, p. 108) em sua obra “Ensaio...”, aponta que “o próximo passo para consolidar o desenvolvimento não poderia prescindir de investimento em educação básica, formação técnica para as indústrias e formação de pessoal para a pesquisa científica e tecnológica”. Nesta mesma oportunidade o autor também destaca que:

A educação contribui diretamente para elevar o nível cultural e técnico da população, ou seja, para o aperfeiçoamento do patrimônio humano da nação. Ora, todo investimento feito nas pessoas possui um caráter de auto expansão e de continuidade nas novas gerações. É um processo em cadeia e por natureza irreversível. Segundo os investimentos desse tipo se concretizam em serviços de caráter permanente, isto é, geram um fluxo importante de salários que vão contribuir para a expansão do mercado interno. (FURTADO, 1957, p. 108)

Estes achados demonstram que em suas obras, Furtado jamais deixou de figurar a educação como relevante para o alcance da mobilidade social através do desenvolvimento.

As condições de desenvolvimento regional também envolvem aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais, e a estrutura social é subdividida em mobilidade intergeracional e mobilidade intrageracional. Há, no entanto, dois tipos de mobilidade social, que são: mobilidade social horizontal e mobilidade social vertical. A mobilidade social vertical ainda está subdividida em duas posições: ascendente e descendente.

**Figura 3 – Estrutura Social**



Elaboração própria com base em (CARDOSO; IANNI, 1973, p. 35)

A ordem social e a ordem econômica não são idênticas. A ordem econômica é para nós apenas a forma pela qual os bens e serviços econômicos são distribuídos e utilizados. A ordem social é, obviamente, condicionada em alto grau pela ordem econômica, e por sua vez reage a ela. Assim: “classes”, “grupos de status” e “partidos” são fenômenos de distribuição de poder dentro de uma sociedade. (WEBER, 1976, página 62).

Os desenvolvimentistas da CEPAL, Redisch (1949) e Furtado (1951, 1983) que defendiam a questão do excedente associado ao desenvolvimento, são amplamente referenciados por Medeiros e Serrano, (2004), quando este, nesta mesma linha de ideias, expõe os seguintes argumentos:

Ao longo dos últimos anos temos repensado a economia do desenvolvimento adotando “o ponto de vista” da abordagem clássica do excedente [...]. Sustentada pela teoria clássica, a teoria neoclássica evoluiu tanto, e em tantas direções, que se tornou realidade muito diferente e distante de sua origem. Entretanto, não obstante o alargamento do seu escopo e das suas aplicações, é fundamental reconhecer que o funcionamento do mecanismo de mercado permanece sendo completamente baseado na suposta operação desse princípio fundamental da substituição, tanto quanto a abordagem clássica é baseada na noção excedente. SERRANO e MEDEIROS, 2004 p. 239 e 243.

A estratégia do desenvolvimento está fortemente marcada por mudanças do seu padrão estrutural pautada em autores estruturalistas clássicos do desenvolvimento como Furtado (1951, p. 204) quando este entende que:

O processo de desenvolvimento consiste fundamentalmente numa série de mudanças na forma e proporções como se combinam os fatores de produção [...]. Com essas

mudanças se busca alcançar combinações mais racionais de fatores, ao nível da técnica prevalecente, com o objetivo é ir aumentando a produtividade do fator trabalho. O objetivo da teoria do desenvolvimento econômico, portanto, não é explicar por que a economia está mudando permanentemente, e sim como em nossa economia o fator trabalho vai progressivamente aumentando sua produtividade.

Ainda sob a ótica de Furtado (1951, p. 205) o desenvolvimento econômico contribui para elevar o fator de produção trabalho. Sobre este aspecto, vale apresentar as considerações apresentadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, 2020: O mercado de trabalho brasileiro contribui para o desenvolvimento do país, mantendo-se enraizadas as culturas de desvalorização do trabalhador, da subutilização de mão de obra, de desrespeito a legislação trabalhista e nas diferentes naturezas de produção.

O funcionamento da economia também está fundamentado no forte estreitamento que há entre progresso e desenvolvimento. A este teor pode-se destacar que o progresso é a forma flexionada do desenvolvimento, especialmente quando focado na marcha social e tecnológica da nação, possibilitando mudanças havidas ao longo do tempo.

O que está diretamente relacionado ao progresso das nações é o crescimento com elevação e aumento contínuo do Produto Interno Bruto – PIB, refletindo na renda da população e no conjunto da tríade terra, capital e trabalho, necessários para o aumento da produção nacional e sua capacidade produtiva.

Ao desenvolver seu argumento sobre o tema desenvolvimento, Furtado (1983, p. 200) destaca que, “o que se busca com o desenvolvimento econômico é aumentar a produtividade física média do fator trabalho”.

Nesta linha de pensamento, trazendo a reflexão para a realidade da criação e expansão dos Institutos Federais, que vincula educação a projeção de crescimento regional, podemos nos valer das considerações apresentadas por Pereira, (2019, p. 15), quando este faz a seguinte reflexão:

Os Institutos Federais não estão isentos de contradições e limites; eles refletem conflitos e confrontos de concepções presentes na sociedade. No entanto, é necessário reconhecer as suas possibilidades e sua importância como política projetada na direção da construção de um país mais integrado e menos desigual territorialmente, espacialmente mais democrático e justo. Potencialmente, à política de expansão e à criação dos Institutos Federais se opõe a lógica da localização concentrada e segregadora dos equipamentos públicos, da oferta de formação profissional em todos os níveis e, enfim, do acesso ao conhecimento e ao desenvolvimento cultural. Seus quadros dirigentes, docentes e técnico-administrativos deverão incorporar o debate sobre a construção do desenvolvimento às escalas local e regional, como dimensão de um projeto nacional de desenvolvimento.

No processo de desenvolvimento há ambivalências aparentes e pode haver distintas concepções, de acordo com as diferentes comunidades, no formato que impactam em suas

condições de vida considerando-se os avanços multidimensionais de distribuição de renda, na democracia e na qualidade de vida, não devendo desconsiderar as benesses de inclusão e de valores, que são determinantes para a ascensão e uma melhor qualidade de vida.

Cano (2017, p. 272) faz considerações sobre as benesses do desenvolvimento: o período compreendido entre 1930-1980 recorda alguns benefícios conquistados pelo desenvolvimento nacional que sobrepuseram os danos do subdesenvolvimento, oportunizando melhores e maiores condições de trabalho, emprego e renda, melhores indicadores sociais que não atendiam as necessidades da população, mas que já serviam para amenizar as condições de vida mais socialmente fragilizadas.

Ainda sobre estes estudos, Cano (2019) também enfatiza que “A política habitacional destes anos referenciados, 1930-1980, foi bastante atuante, mas incapaz de diminuir o déficit habitacional da população de mais baixa renda” retratada nas ilustrações abaixo:

**Figura 4. Benesses do Desenvolvimento 1930-1980:**



Fonte: Elaboração própria baseada em Cano (2017).

A dominância prevalente destas abordagens são elementares para a economia como ciência e como ferramentas para a política econômica e as políticas públicas.

As pesquisas mais recentes de titularidade do IBGE (2019) atestam que, no Brasil, houve um aumento considerável da expectativa de vida dos brasileiros e esses achados devem-se, especificamente a melhora na qualidade de vida dos indivíduos.

Para Soares (2009 apud BARRETO, 2019, p. 26), há outros fatores que contribuem para esse aumento da expectativa de vida, como:

O avanço das campanhas vacinais em massa, conscientização da essencialidade do aleitamento materno, oferta dos serviços de saúde diretamente nas comunidades sob controle dos médicos de saúde da família e dos agentes comunitários de saúde, maior acesso a informações por meio dos canais abertos de televisão, da mídia digital e redes sociais, maior permanência das pessoas nas escolas e a implementação de políticas públicas de promoção à saúde e de acesso ao saneamento básico. (SOARES (2009) apud BARRETO, 2019, p. 26).

Na análise abaixo (ver tabela 4), que trata da expectativa de vida dos brasileiros, identifica-se um aumento no tempo médio de vida de ambos os gêneros.

Nesta análise, serão consideradas idades a partir de 15 anos, numa comparação da diferença entre 1940 e 2019.

Os dados da tabela 4 demonstram que no ano de 1940 os jovens de 15 anos tinham uma expectativa de vida de 41 anos/homens e 46 anos/mulheres, ao passo que em 2019 os jovens nesta mesma faixa etária tinham uma expectativa de vida de 59 anos/homens e 66 anos/mulheres, com alcance de tempo médio de vida em 1940 de 58 anos e 77 anos em 2019, para ambos os sexos, ao passo que, quanto mais idade tiver o pesquisado, menor será sua expectativa de vida, considerando-se o ano da pesquisa.

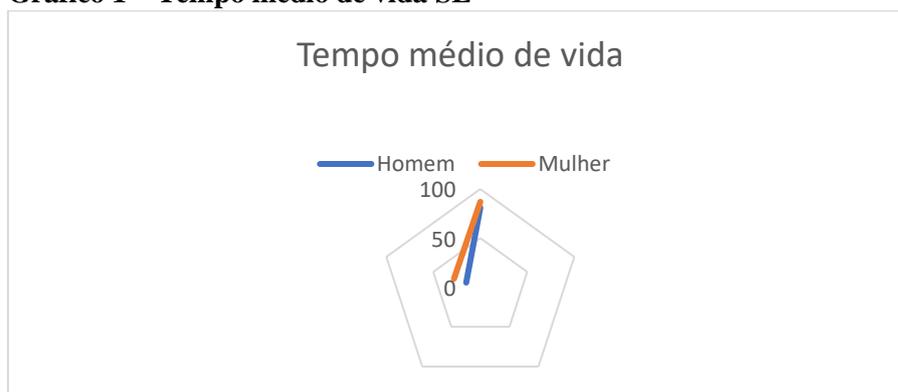
Assim, identifica-se também na tabela 4 que o tempo médio de vida das pessoas passou de 81 anos (1940) para 87 anos (2019), com as evidências destacadas no gráfico 1.

**Tabela 4 – Expectativa de vida dos brasileiros (2019)**

Idade	Expectativa de vida		Alcance de vida		Tempo médio de vida	
	1940	2019	1940	2019	1940	2019
à partir	Homem: 41 anos	: 59 anos	58 anos	77 anos	81 anos	87 anos
15 anos	Mulher: 46 anos	: 66 anos	58 anos	77 anos	81 anos	87 anos

Fonte: elaboração própria (2022) com base nos dados do IBGE, 2019.

**Gráfico 1 – Tempo médio de vida SE**



Fonte: elaboração própria (2022) com base nos dados do IBGE, 2019.

A sessão seguinte aborda aspectos da educação e desenvolvimento local dos municípios sergipanos, uma abordagem que se reporta ao conteúdo do programa de pós-graduação em economia – Propec/UFS, com destaque para a expansão dos Institutos Federais em virtude da necessidade de qualificação profissional por meio do ensino técnico.

### **2.3 Educação e Desenvolvimento Local dos Municípios Sergipanos**

O processo de crescimento e desenvolvimento local deve estar alicerçado a sociedade local com vertentes que giram em torno de “ocupação”, que resultem em ganhos para o crescimento pessoal e desenvolvimento do indivíduo. [...] “O fenômeno da interiorização traz contribuições expressivas para o desenvolvimento das regiões onde elas estão inseridas”. (NIQUITO; RIBEIRO; PORTUGUAL, 2021, p 369).

A este respeito, Domínguez (1999, p. 93) apresenta a opinião de que a política de organização social para aumentar o padrão de vida e renda per capita da população prioriza o uso dos recursos naturais de cada região como algo fundamental para o seu desenvolvimento econômico e social:

EN 1946, terminada la Segunda Guerra Mundial, la Presidencia del Gobierno español creó la Secretaria General para la Ordenación Económico-Social. A partir de la creación de esta Secretm'a se inició en España una política de ordenación económica y social para aumentar el nivel de vida y la renta por habitante. Esta política fue desarrollada en dos ámbitos diferentes: el nacional y el provincial. En el ámbito nacional dio lugar a 10s Planes de Producción Nacional y a 10s Planes de Ordenación Urbana y Sanitaris, y en el ámbito provincial se pretendía la puesta en práctica de unos planes provinciales, en armonia con 10s objetivos y ejecución de 10s planes nacionales, en 10s cuales se ponía un énfasis especial en el aprovecha- miento de 10s recursos naturales de cada provincia como motor para su desarrollo económico y social. (DOMÍNGUEZ, 1999, p. 93)

“Os Institutos Federais revelam-se valiosos instrumentos para a mudança da qualidade de vida de brasileiros quando reconhecem que o desenvolvimento local, regional ou nacional não pode prescindir do domínio e da produção do conhecimento.” (BRASIL-SETEC/MEC, 2010, p. 23).

Oliveira e Hansen (2011, p. 01) salientam que esta ação “provém da mais recente visão de políticas públicas de desenvolvimento, a de que o local é o fio condutor de desenvolvimento socioeconômico”.

Ressalta-se que este envolvimento crescente se volta as oportunidades vocacionais que a região dispõe e que são propícios a exploração e prática de atividades econômicas.

Cada Instituto Federal deve ter a agilidade para conhecer a região em que está inserido e responder mais efetivamente aos anseios dessa sociedade, com a temperança necessária quando da definição de suas políticas para que seja verdadeiramente

instituição alavancadora de desenvolvimento com inclusão social e distribuição de renda. É essa concepção que dá suporte à delimitação da área de abrangência dos Institutos Federais, qual seja, as mesorregiões. A razão de ser dos Institutos Federais, como instituições voltadas para educação profissional e tecnológica, comprometidas com o desenvolvimento local e regional, está associada à conduta articulada ao contexto em que está instalada; ao relacionamento do trabalho desenvolvido; à vocação produtiva de seu lócus; à busca de maior inserção da mão de obra qualificada neste mesmo espaço; à elevação do padrão do fazer de matriz local com o incremento de novos saberes, aspectos que deverão estar consubstanciados no monitoramento permanente do perfil socioeconômico-político-cultural de sua região de abrangência. (BRASIL-SETEC/MEC, p. 23)

Há padrões regionais de diferenciação, o que determina, economicamente, qual a sua vocação, seu ramo de negócio, mercado mais desenvolvido ou menos desenvolvido, questões de urbanização, investimento, dentre outros.

O Estado de Sergipe norteia-se pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDN, cujo objetivo é a elaboração de diagnóstico situacional de participação do Estado numa caracterização geral que envolve eixos estratégicos para monitoramento do modelo de gestão e controle social do Estado, sendo tal ação uma tentativa de reestruturação e/ou profunda transformação da cultura local, devendo-se inclusive a correções de assimetrias regionais com expressivas desigualdades em suas taxas de crescimento referentes a atividade econômica local, estreitando-se aos diferentes níveis de prosperidade econômica, incluindo-se também, os níveis de desenvolvimento da região onde a unidade encontra-se instalada.

Há intrínseca esperança de que a implantação destas novas unidades traga efeitos positivos sobre a economia local dos municípios com a regular circulação de alunos, servidores vinculados às instituições, bem como os demais prestadores de serviços com a oferta de mão de obra qualificada.

Assim, entende-se que, principalmente em municípios menores, há forte influência econômica, a implantação dos serviços públicos de educação.

Para Domínguez (1999, p. 92), [...] política econômica, é a chave para o estudo da política de desenvolvimento regional”. Uma questão desafiadora quando se tem que enfrentar os protocolos burocráticos. “Mis especificamente, se analiza la interpretación realizada por 10s responsables económicos y políticos de las teorías y modelos económicos mis influyentes en la política econórnica, clave para el estudio de la política de desarrollo regional”.

“O diálogo vivo e próximo dos Institutos Federais com a realidade local e regional objetiva provocar um olhar mais criterioso em busca de soluções para a realidade de exclusão que ainda neste século castiga a sociedade brasileira no que se refere ao direito e aos bens sociais e, em especial, à educação”. (BRASIL-SETEC/MEC, 2010, p. 20).

Marini e Silva (2012, p. 4) enfatizam que “a educação é um dos principais fatores que contribuem para o desenvolvimento local, pois além de propiciar os conhecimentos para a formação técnico-profissional, apresenta-se diretamente relacionada com as questões culturais, históricas, políticas e institucionais desenvolvidas naquele território”.

Os autores ainda completam: Há uma estreita relação entre educação, aprendizado, inovação e desenvolvimento local, fazendo referência a década de 1980, fase em que houve o surgimento das Teorias do Desenvolvimento Econômico Endógeno ou Local que promoveram a importância dos aspectos locais na prática do desenvolvimento. (MARINI e SILVA, 2012, p. 3).

Corroborando com os aspectos argumentados por Marini e Silva (2012), apresenta-se mais autores com igual posicionamento, como argumenta Silva (2018, p. 27), que dá destaque ao papel do desenvolvimento associado a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica com a seguinte argumentação: A principal intenção da implantação destas instituições da rede federal nas mais diversas regiões e localidades é trazer uma prospecção para o desenvolvimento regional e local. Sem sombra de dúvidas, um alento para a perspectiva imperiosa da oferta de ensino, pesquisa e extensão em regiões e localidades desassistidas pelo governo federal. (SILVA, 2018, p. 27)

Verifica-se, inclusive a este mesmo teor, o que Silva (2018, p. 47) traz em suas abordagens sobre desenvolvimento local: A evolução regional/local se dá através do desenvolvimento. Para tanto, é necessário a transformação de um estado de letargia de uma sociedade para o alcance de melhores condições de vida com oportunidade de emprego e renda proporcionado pela elevação do nível de escolaridade proporcionada pelo avanço do ensino na rede federal.

Com o mesmo pensamento, os achados de Domínguez nos ajuda a compreender esta lógica:

Partindo do princípio de que o Estado conduziria a economia para determinados objetivos, ou seja, a gestão econômica, pode ser dada ênfase à organização econômica e social como meio de intervenção para modificar as realidades estruturais segundo um plano coordenado. Essa ordenação econômica, no quadro de uma economia dirigida, consegue acabar com o desemprego. [...]. Assim, quando o investimento corrente é muito baixo para levar ao pleno emprego, o Estado poderia intervir na economia por meio do gasto público, promovendo um aumento líquido da demanda efetiva. Em última instância, o Estado possibilitaria a ocupação plena de todos os recursos produtivos locais. (DOMÍNGUEZ, 1999, p. 93)

Sobre la base de que el Estado conduciría a la economía hacia unos objetivos determinados, esto es, el dirigismo económico, se puso énfasis en la ordenación económica y social como medio de intervención para modificar las realidades estructurales de acuerdo a un plan coordinado. Esta ordenación económica, en el marco de una economía dirigida, conseguina acabar con el desempleo. Se recogió la novedad que representaba el planteamiento de Keynes respecto a las teorías anteriores y se identificó el paro existente como paro keynesiano, es decir, debido a la falta de

demanda efectiva. Asi, cuando la inversión corriente fuera demasiado baja para conducir a la plena ocupación, el Estado podía intervenir en la economía mediante el gasto público, propiciando un aumento neto de la demanda efectiva. En definitiva, el Estado posibilitaría la plena ocupación de todos los recursos productivos. (DOMÍNGUEZ, 1999:93).

Para o aspecto de desenvolvimento local dos municípios sergipanos, enfatiza-se que a perspectiva de expansão dos Institutos Federais oportunizou o avanço de conhecimentos, que é o tema que trataremos a seguir, quando discutiremos como instituições educativas colaboram com suas localidades.

#### **2.4 Como Instituições Educativas colaboram com suas localidades?**

Uma questão incisiva no âmbito do desenvolvimento local é que a qualidade e a disponibilidade dos recursos humanos, bem como a presença de empresas são fatores determinantes no processo de desenvolvimento de qualquer região. (HANSEN, 2021, p. 16)

Para Medeiros, Alberto e Santiago (2020, p. 42) a expansão da educação através da implantação dos Institutos Federais consolida-se “na frequente luta por uma sociedade mais justa, onde o trabalho precisa tomar um sentido educativo e a escola deve ser um espaço humanizador”.

A expressão “trabalho e educação” indica um fato existencial [...] a íntima relação entre o trabalho e a educação, sempre ocorreu na história, pois existe reciprocidade entre as atividades voltadas para a sobrevivência humana e as formadoras da sua personalidade”. (NOSELLA, 2007, p. 138)

Ciavatta (2014, p. 202) argumenta que uma nova qualidade na educação poderá trazer “um padrão digno de vida e de conhecimento não apenas para as elites, mas também para os trabalhadores, os verdadeiros produtores da riqueza social, e seus filhos”.

Turmena e Azevedo (2017, p. 1071) a institucionalização dos Institutos é considerada pelo Governo como estratégia para o desenvolvimento local, regional e nacional e fortalecimento no processo de inserção cidadã de milhares de brasileiros, melhorando-lhes a qualidade de vida.

“A vocação dos Institutos é formar e qualificar profissionais para os diversos setores da economia, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade (BRASIL, Art. 4, § 1o, I); [...] estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda (Art. 4, § 1o, IV). Em relação à oferta de educação superior, objetiva-se formar profissionais para os diferentes setores da economia (BRASIL, Art. 4, § 1o, VII, a).

Sob o aspecto da necessidade de inserção de políticas públicas nos Estados federados, têm-se a seguinte explicação:

O Estado entende os IFs na perspectiva de contribuição para o processo de modernização e desenvolvimento do país, qualificando (neste caso, com a educação profissional e tecnológica) os cidadãos e, conseqüentemente, incluindo-os no mercado de trabalho, levando em conta os arranjos produtivos e os aspectos sociais, culturais locais. O Estado atende, por um lado, demandas sociais da população, por formação e elevação dos níveis de escolaridade para adquirirem as devidas condições de empregabilidade e, por outro, as demandas do capital que exigem qualificação da mão de obra, objetivando o aumento da produtividade e a elevação das taxas de lucro. (TURMENA; AZEVEDO, 2017, p. 1073).

Os autores também destacam que em relação às atividades de pesquisa, item basilar da criação dos Institutos Federais, há uma âncora de conceituações alicerçada em dois princípios: “o princípio científico (que se consolida na construção da ciência) e o princípio educativo (que diz respeito à atitude de questionamento diante da realidade)”. (TURMENA; AZEVEDO, 2017, p. 1073).

A esse respeito, Turmena e Azevedo (2017, p. 1075) classificam a criação dos Institutos Federais como “espaços estratégicos de qualificação da mão de obra visando ao desenvolvimento socioeconômico de diversas regiões do país.

Sobre esta mesma matéria Ciavatta (2003, p. 929) pondera que “a educação é uma questão estratégica, tanto no nível básico, como no nível superior para o aperfeiçoamento profissional, científico e tecnológico e para a produção do conhecimento que assegura a presença de um país entre as demais nações”.

A autora continua sua explanação sobre a necessidade da presença de instituições de ensino profissional nas localidades, assegurando que a figura dos Institutos Federais na expansão foi “destinada, originariamente, para as ‘classes desfavorecidas’, que continuam a procurá-los pelo vínculo da escola com o trabalho”. (CIAVATTA, 2006, p. 929).

Aspectos locais de valorização dos ativos locais que proporcionam vantagens na exploração destes ativos, estimula a competitividade regional, proporcionando um incremento de emprego e renda local.

Utilizando-se destas vertentes em razão da promoção destes alinhamentos emprego e renda, inclusive contribuindo para a correção de assimetrias regionais que acumulam expressivas desigualdades em suas taxas de crescimento e em atividade econômica local, sugere-se o estreitamento dos diferentes níveis de prosperidade econômica, incluindo-se também, os níveis de desenvolvimento da região onde a unidade de ensino encontra-se instalada, (PDR, 2017, p. 19).

Houve intrínseca esperança de que a implantação destas novas unidades de ensino nos interiores sergipanos trouxesse efeitos positivos sobre a economia dos municípios, com a circulação constante de alunos, servidores vinculados à Instituição, bem como os demais prestadores de serviços, havendo, portanto, e sem sombra de dúvidas, a necessidade de mão de obra qualificada.

Assim, entende-se que, principalmente em municípios menores, há forte influência econômica, a implantação dos serviços públicos de educação.

As políticas econômicas de desenvolvimento são mensuradas por intermédio do Produto Interno Bruto – PIB, que sinalizam a participação do município na vida econômica do Estado, permitindo também o acompanhamento das economias locais.

O setor de serviços que integra conjuntamente os setores de agricultura e indústria, balizam os indicadores macroeconômicos que regulamenta a medição do PIB. Estes levantamentos adotam uma metodologia praticada pelo Sistema de Contas Nacionais e Regionais do Brasil.

Durante o processo de construção do PDR Sergipe, a educação e a capacitação profissional foram consensualmente elencadas como a principal deficiência que impede o desenvolvimento regional e a redução das desigualdades. (PDR/SE,2017, p. 78). Esse aparente paradoxo se justifica por duas questões. A primeira delas, de que a frequência escolar não implica, necessariamente, em qualidade de ensino e, nesse quesito, a despeito de uma evolução favorável nos últimos 15 (quinze) anos, os índices se mostram insatisfatórios em relação aos resultados nacionais. Em segundo lugar, deve-se ressaltar que a educação superior ainda tem índices de ingresso e conclusão muito inferiores, demonstrando a dificuldade de se promover a transição entre o ensino médio e a universidade. (PDR, 2017, P. 78). O ensino técnico apresenta-se como uma alternativa de grande potencial, demandando a expansão de vagas e maior democratização do acesso (PDR, 2017, p. 78), promovendo a importância do capital humano para a educação profissional que é o tema a seguir.

## **2.5 A importância do capital humano para a educação profissional**

No campo da Educação Profissional a importância do capital humano tem algumas particularidades singulares, que é a capacitação dos indivíduos para o mercado do trabalho. Com os avanços de projetos desenvolvimentistas, as políticas educacionais seguem com uma nova vertente: a profissionalização.

Os temas relacionados ao capital humano sempre foi alvo de muitas discussões devido a sua inserção nas vertentes sociais e econômicas, mas para Marx (1867) a alteração das relações sociais deve se dá através do investimento na educação. (SCHULTZ, 1963; BECKER, 1964; MINCER, 1958).

Em se tratando de educação, volta-se a necessidade imperiosa de tratarmos da educação profissional ofertada pelos Institutos Federais.

Têm-se uma idéia de que os Institutos Federais passam por constantes transformações afinal, suas diretrizes são voltadas para o desenvolvimento e a integração regional. Talvez sejam difundidas as barreiras da desigualdade tanto em termos regionais quanto sociais em virtude da expansão da rede federal de educação profissional.

A alusão que se faz das possibilidades desta expansão são as potencialidades do desenvolvimento regional e das pessoas, podendo ser referenciada por diferentes autores como se destaca a seguir:

A educação profissional sempre esteve permeada pela disputa entre duas concepções distintas, cujo perfil esquemático seria: de um lado, a defesa de um processo formativo comprometido com a qualificação para o trabalho articulada a uma visão crítica, humanista, holística. Nesta ótica, o investimento em educação profissional se justifica enquanto direito das pessoas à educação e à formação para o trabalho, sob uma concepção inclusiva, de desenvolvimento voltado para a redução das desigualdades sociais e territoriais. De outro, a capacitação numa visão empresarial, utilitarista e instrumental, restrita às demandas de produtividade e rentabilidade do capital. Nessa perspectiva, no limite, as instituições de representação empresarial teriam papel decisivo nas definições de conteúdos e das grades de disciplinas, considerando a educação profissional como objeto da atividade empresarial, ainda que em parceria com o estado, contrariamente a uma política pública de amplo alcance, para além da formação para o trabalho, em sentido restrito. (PEREIRA; CRUZ, 2019, p. 2).

A política de ação integrada proposta pelo governo federal a época da expansão dos institutos federais vincula a função do desenvolvimento regional com abrangência territorial. Esta estratégia estava amparada pela Lei de criação dos Institutos nº 11.892/2008 quando esta rege que as unidades multicampi, para melhor gerir os interesses regionais e contribuir para reduzir as desigualdades socioeconômicas regionais, teria autonomia orçamentária e financeira (BRASIL, 2008).

Infelizmente, não é neste formato que atualmente encontra-se as unidades multicampi, o que se concretiza como um gargalo para as decisões de gestão. O panorama que se apresenta é a centralização orçamentária e financeira pela Reitoria que supri as necessidades dos Campi de acordo com suas demandas mensais.

Para o desdobramento desta trajetória de desenvolvimento foram implantados os Institutos Federais fundamentados em sua lei de criação, conforme segue:

Art. 6o - Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

I - Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional (BRASIL, 2008, [s.p]).

O atingimento desta perspectiva se dá com a perspectiva de valorização do capital humano. Soares, 2018, p. 29 compreende que a oferta de qualificação profissional, nesta seara, ofertada pelos Institutos Federais, traduzem-se nas diferentes formas de relacionamento das comunidades com as instituições públicas de ensino profissionalizante através das ações planejadas, executadas e avaliadas pelas instituições envolvidas, observando as políticas públicas criadas para estes fins. Becker, 2006, sem paginação, assegura que a educação, treinamento e saúde são os investimentos mais importantes em capital humano.

O desenvolvimento regional basicamente, é fruto de uma mão de obra qualificada que impulsiona a produtividade de mercado e contribui, inclusive, para a mobilidade social, impactando no crescimento regional.

“Uma das formas de dimensionar como os fluxos de mão de obra influenciam o crescimento regional é por meio dos graus de variedade relacionada a variedade não relacionada”. (BRITO; GONÇALVES; TAVEIRA, 2018, p. 2).

Dando destaque a mão de obra qualificada, ousa-se afirmar que “a mão de obra qualificada acaba atraindo mais indivíduos qualificados, beneficiando as empresas localizadas na região”. (BRITO; GONÇALVES; TAVEIRA, 2018, p. 4). Sobre estes aspectos Bechker, 2006, [p.i], assegura que:

Mas essas formas tangíveis de capital não são o único tipo de capital. A escolaridade, o curso de informática, os gastos com assistência médica e as palestras sobre as virtudes da pontualidade e da honestidade também são capitais. Isso ocorre porque eles aumentam os ganhos, melhoram a saúde ou contribuem para os bons hábitos de uma pessoa durante grande parte de sua vida. Portanto, os economistas consideram os gastos com educação, treinamento, assistência médica e assim por diante como investimentos em capital humano. Eles são chamados de capital humano porque as pessoas não podem ser separadas de seus conhecimentos, habilidades, saúde ou valores da mesma forma que podem ser separadas de seus ativos financeiros e físicos.

Esta visão se aplica a regiões com previsão de desenvolvimento a longo prazo, “dado que além das externalidades de mercado de trabalho induzirem o crescimento regional, existem também a possibilidade de o crescimento regional ser um atrativo de mão de obra”. (BRITO, GONÇALVES; TAVEIRA, 2018, p. 10). “O capital humano é simplesmente uma magnitude ou força não observável, com certas propriedades assumidas, que eu tenho postulado a fim de

dar conta de algumas características observadas de agregação de comportamento. (LUCAS, 1988, p. 35)

Romer, (1990, p. 251-286) salienta que há conexão entre capital humano e crescimento, mas apenas se ambos "teoria" e "evidência" são interpretadas de forma ampla". O autor ainda enfatiza que a teoria do capital humano “é realmente não mais do que uma estrutura conceitual para pensar sobre o crescimento, que é será sempre útil na análise de dados”.

Para Becker, (1975, p. 99) “o tempo que pode ser gasto na educação e na obtenção de experiência de trabalho, resulta em progresso na saúde e aumento da expectativa de vida e a educação mais longa com conhecimento geral e especializado tornou-se lucrativo e necessário para obtenção de bons salários.

Em relação a futuros, trataremos a seguir da dinâmica da expansão dos Institutos Federais, acolhendo pesquisas anteriores que tratam de sua expansão, por meio de revisão da literatura.

## **2.6 A dinâmica da Expansão dos Institutos Federais: Revisão da Literatura**

A dinâmica da expansão dos Institutos Federais em todo território nacional se elenca como uma singularidade do governo federal. Uma iniciativa inusitada com intensões de atendimento aos anseios de uma massa que carecia de oportunidade de extensão ao ensino superior.

Assim, surge a idéia de lançar esta pesquisa no âmbito do Instituto Federal de Sergipe, que se deu pela oportunidade de tratar do assunto de redimensionamento das UASGs dos Institutos Federais, algo ainda não explorado por pesquisadores e que poderá nortear a atual gestão do IFS na tomada de decisões, favorecendo-se inclusive das boas práticas adotadas por outras IES, inclusive estendendo a pesquisa para as transformações identificadas nos municípios sergipanos que foram contemplados com a expansão da rede federal desde 2008.

Tal pretensão foi gerada após tomarmos conhecimento das pesquisas abaixo apresentadas, em que não estão contemplados fatos como: os artigos a respeito destes temas estão mostrando o que está acontecendo com os Institutos Federais? No contexto atual, as pesquisas estão evoluindo?

Neste levantamento bibliográfico há a possibilidade de nos depararmos com variadas situações que conduziram aos achados dos pesquisadores, conforme segue:

Leite, J. K. L. em (2014, p. 52) se propôs a investigar “a educação profissional tecnológica e o desenvolvimento regional”. A metodologia utilizada foi a observação de

procedimentos (revisão de literatura, levantamento bibliográfico e análise de documentos de fontes primárias). Com esta base, a pesquisadora “mostrou de um modo geral a existência de uma relação entre a EPT e o desenvolvimento regional quando analisada e acompanhada com a oferta de cursos por setores produtivos da EPT, como o PIB por setores e o quociente locacional das regiões e mesorregiões”. (Pág. 108).

No trabalho de Silva Neto e Passos (2015), os autores se propuseram a examinar o processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Estado do **Piauí**, de 2005 a 2011. Investigou-se também a escolha dos municípios beneficiados com a implantação de *campi* e dos cursos ofertados pelos mesmos, inquirindo-se sobre a adequação do processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Piauí às diretrizes governamentais postas para a mesma, no que concerne à distribuição das unidades de ensino pelo território piauiense e à escolha dos cursos ofertados. Procede-se uma análise de política pública na fase de implementação, segundo o ciclo de vida da mesma, examinando sua engenharia institucional e os traços constitutivos dos programas dela decorrentes, analisando suas escolhas, verificando se essas observaram as diretrizes e intenções estabelecidas pelo formulador. Os *campi* estão distribuídos de forma equilibrada pelo território, favorecendo a interiorização da oferta de educação profissional, em especial de nível médio, em áreas carentes dessa oferta, e o acesso ao ensino médio, como deseja a lei que institui a rede, podendo, por conseguinte, contribuir para redução dos fluxos migratórios. Verificou-se que as escolhas realizadas, em alguns momentos, distanciaram-se do marco normativo, embora não colidindo na totalidade com o mesmo; em outros momentos, aproximam-se dele, demonstrando a persecução do implementador às diretrizes definidas.

Dias, Teixeira e Zamprogno, São Paulo - (2016) estudaram a relação entre a distância derivada do deslocamento pendular diário e o nível de satisfação laboral dos servidores de uma instituição de ensino federal, devido ao processo de expansão e de interiorização da rede federal, o que provoca um desafio à gestão dos recursos humanos. Os resultados da pesquisa apontaram que não há evidências de relação entre o nível de satisfação do trabalhador e a distância decorrente do deslocamento pendular diário.

No artigo de Souza e Costa e Silva (2016) foi discutida a criação, em 2008, dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), a expansão destes e os desafios que essa instituição tem enfrentado para cumprir os objetivos para os quais foram criados. A metodologia se baseou em uma revisão bibliográfica acerca do tema e a consultas aos documentos oficiais emitidos pelo Ministério da Educação. Concluiu-se que a nova institucionalidade que caracteriza os IFs e a política de expansão destes, pelos últimos governos

brasileiros, trouxeram consideráveis e visíveis benefícios, em termos de desenvolvimento regional e inserção social. Entretanto, também existem limitações e estas, muitas vezes, não são percebidas diante do discurso oficial e do entusiasmo com que são recebidas essas instituições.

Ainda em 2016, Costa, M. de S. dissertou sobre “Expansão do Instituto Federal de **Sergipe**: Uma análise sobre resultados alcançados na fase II”, destacando que a educação profissional e tecnológica ganhou novo impulso após a promulgação da Lei 11.892 de 2008 que objetiva levar a pesquisa, extensão e inovação a todos os Estados brasileiros. Numa pesquisa de cunho qualitativo, o autor elaborou um diagnóstico onde apresentou as lacunas ou distorções na expansão da rede EPT que poderão ser sanadas com planos de ações específicos, contribuindo para melhoria da gestão e elevando a capacidade reativa da Instituição, de sorte que, logo, ela venha a praticar o que foi estabelecido pela Lei 11.892 de 2008.

Os levantamentos de Turmena e Azevedo (2017) objetivaram problematizar sobre a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT), com a implementação dos Institutos Federais (IFs) no âmbito das políticas públicas e educacionais do governo Lula. Num primeiro momento, optou-se por investigar a historicidade e a configuração da Rede EPCT, e posteriormente, analisar os dados que refletem a materialização dos IFs no país, a partir de 2008. Observou-se que com a criação dos IFs, houve a ampliação da oferta de educação pública que, embora também inserida nos limites da sociedade de classes, constitui uma possibilidade de formação e desenvolvimento de “intelectuais orgânicos” comprometidos com a superação das relações sociais capitalistas.

Em uma pesquisa exploratória intitulada “Controle Interno: Avaliação da Estrutura do Sistema de Controle Interno do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais-IFNMG, Rocha, R. M. (2017) defende a necessidade da implantação do sistema de controles internos nas instituições públicas, cujo objetivo é coibir improbidades administrativas e salvaguardar o patrimônio institucional e o interesse público através da metodologia COSO-Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission com possibilidades de controle interno ampliado, levantamento de riscos potenciais que impactam o alcance dos objetivos definidos pela entidade pública, neste caso, necessário para análise das implicações oriundas de um redimensionamento estrutural de UASGs.

Os achados de Faveri, Petterini e Barbosa (2018), que buscaram a política de expansão dos IFs conduzida entre 2004 e 2016, sob a expectativa de que o espraiamento da EPT cujo objetivo era servir para a redução das iniquidades sociais e territoriais, afirmam: Embora exista uma literatura tratando dos aspectos normativos dessa política, não foram encontradas avaliações de impacto. O objetivo do artigo foi buscar preencher essa lacuna ao testar hipóteses

de que os novos IFs causaram mudanças em alguns indicadores socioeconômicos locais. Os resultados apontaram que, nesse período inicial, houve impacto nos municípios com menos de 70 mil habitantes. Com base nisso, os aspectos de curto e longo prazos da interiorização da EPT são discutidos.

Na perspectiva de Silva, L. T. (2018) que abordou o tema “A dinâmica geográfica da expansão dos Institutos Federais no Estado da Bahia: Regionalizações e Reordenamento, as abordagens configuram-se como uma contribuição teórica com base em aspectos regionais que direcionam a implantação dos Campi do IFBA com destaque para critérios locacionais com proposta de reordenamento geográfico regional do IF’s para o Estado da Bahia. A abordagem utilizada foi de cunho qualitativo e quantitativo, articulando os procedimentos metodológicos em quatro eixos: teórico-metodológico; empírico, descritivo analítico e propositivo. Os resultados apontam a importância do processo de expansão de instituições de ensino e suas articulações com as regiões, configurando-se como um vetor substancial para a dinâmica regional e local, sobretudo quando se trata de implantações em municípios de pequeno e médio porte.

No tocante as pesquisas realizadas tanto no âmbito dos Institutos Federais como em outras instituições de ensino, segue-se inicialmente dando destaque aos estudos realizados no Estado de Sergipe.

Também em 2018, Anjos, T. C. com o objetivo de analisar o processo evolutivo do Instituto Federal de Sergipe, a partir da percepção dos gestores e servidores, elaborou uma pesquisa com metodologia quantitativa-qualitativa do tipo descritiva onde foi enfatizado que “ao longo dos últimos anos, os IFs vêm sofrendo grandes mudanças em sua estrutura político-pedagógica, deixando de oferecer apenas cursos técnicos e passando a oferecer também cursos de nível superior.” Diante dessas mudanças, a autora levantou as seguintes situações: Quais são os pontos positivos e negativos das novas modalidades de ensino e o que os gestores e servidores têm a dizer sobre estas mudanças. Os resultados demonstraram que a evolução do IFS-SE, “apesar de causar um estranhamento inicial, foi muito bem recebida e aceita, não foi entendida como uma manobra ruim. Ao contrário, os gestores e servidores sugerem que, além deles, os próprios alunos e a população em geral reconhecem os benefícios de tal evolução.”

No âmbito sergipano as pesquisas analisadas evidenciaram que há uma estreita “relação entre a rede EPT e o desenvolvimento regional” (LEITE, 2014, p. 52); constata-se também que há “lacunas e distorções na expansão da rede passíveis de correções” (COSTA, 2016, p. 6) e que “a evolução do IFS foi muito bem recebida e aceita” na região pela comunidade estudantil e população em geral (ANJOS, 2018, p. 7).

As pesquisas coesamente reunidas dos demais Estados expressam um conglomerado de posições como os achados de Silva Neto e Passos (2015, p. 89) quando estes afirmam que os “campi estão distribuídos de forma equilibrada pelo território”; “não há evidências de relação entre o nível de satisfação do trabalhador e a distância decorrente do deslocamento pendular diário (DIAS, TEIXEIRA E ZAMPROGNO, 2016) e Souza e Costa e Silva (2016) que assegura “que a expansão da rede trouxe consideráveis e visíveis benefícios, em termos de desenvolvimento regional e inserção social”. Foram evidenciadas também algumas lacunas na expansão, como bem coloca Costa, M. S. (2016), sendo que “estas lacunas ou distorções poderão ser sanadas com planos de ações específicos, contribuindo para melhoria da gestão e elevando a capacidade reativa da Instituição.” A pesquisa utilizou-se de metodologia qualitativa através de documentos institucionais, como o PDI e relatórios de gestão, procurando “analisar o desempenho de indicadores acadêmicos e o nível de cumprimento à Lei 11.892/2008, mais especificamente nos campi Itabaiana/SE, Estância/SE e Nossa Senhora da Glória/SE”. Como já exposto, nesta pesquisa o autor identificou algumas lacunas e distorções, com índices que apresentaram comportamentos críticos. “Em relação às exigências da legislação, naquele ano 2016, “constatou-se que cursos de pós-graduação não estavam sendo ofertados pelos campi”, uma realidade daquela época que hoje já foi dizimada.

Também ficou evidenciado por Turmena e Azevedo (2017, p. 1068) que “a criação dos IFs, possibilitou ampliação da oferta de educação pública, com formação, desenvolvimento e superação das relações sociais capitalistas”. Rocha, R. M. (2017, p. 29) “defende a necessidade da implantação do sistema de controles internos nas instituições públicas”.

Já Faveri, Petterini e Barbosa (2018, p. 125) sinalizam que “os novos IFs causaram mudanças em alguns indicadores socioeconômicos locais”, principalmente em pequenos municípios, corroborando com os achados de Silva, L. T. (2018, p. 9) que em sua pesquisa analisa que “o processo de expansão de instituições de ensino e suas articulações com as regiões, configura-se como um vetor para a dinâmica regional e local”.

Para que se tenha uma visão ampla das pesquisas que foram analisadas, segue-se com o quadro abaixo elaborado com os dados dos autores pesquisados:

**QUADRO 1. REVISÃO DA LITERATURA NO ESTADO DE SERGIPE**

ANO	TIPO	ESTADO	IES	TEMA	AUTOR	ORIENTADOR
2014	DISSERTAÇÃO	SE	UFS	A educação profissional tecnológica e o desenvolvimento regional	JUCIANA KARLA LIMA LEITE	FERNANDA ESPERIDIÃO
2016	DISSERTAÇÃO	SE	UFS	Expansão do Instituto Federal de Sergipe: uma análise sobre resultados alcançados na fase II	MÁRCIO DE SOUZA COSTA	MARIA CONCEIÇÃO MELO SILVA LUFTH
2018	MONOGRAFIA	SE	UFS	A evolução institucional do Instituto Federal de Sergipe: uma análise de sua trajetória e as perspectivas de desenvolvimento	THAISE CONCEIÇÃO DOS ANJOS	NAPOLEÃO DOS SANTOS QUEIROZ

**QUADRO 2. REVISÃO DA LITERATURA EM OUTROS ESTADOS**

ANO	TIPO	ESTADO	IES	TEMA	AUTOR	ORIENTADOR
2015	ARTIGO	PI	IBGE	Análise da implementação dos Institutos Federais de Educação no Piauí: escolha de municípios e cursos	JOSÉ TAVARES DA SILVA NETO GUIOMAR DE OLIVEIRA PASSOS	REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO <u>v. 66 n. 1 (2015)</u>
2016	ARTIGO	SP	UMESP	O processo de Interiorização dos Institutos Federais sob o aspecto da satisfação dos servidores	FRANCINE MACEDO DIAS, ARIDELMO TEIXEIRA, BRUNO ZAMPROGNO	REVISTA ELETRÔNICA GESTÃO E SERVIÇOS <u>v. 7, n. 2 (2016)</u>
2016	ARTIGO	RN	UERN	INSTITUTOS FEDERAIS: expansão, perspectivas e desafios	FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA SOUZA, SILVIA HELENA DOS SANTOS COSTA E SILVA	REVISTA ENSINO INTERDISCIPLINAR, V. 2, Nº. 05

2017	TESE	RN	UFRN	O redesenho da educação profissional e tecnológica no Brasil nos dois governos de Luíz Inácio Lula da Silva: de Centros Federais de Educação a Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: a experiência do IFPB (2003 – 2010)	FRANCISCO THADEU CARVALHO MATOS	MOISÉS DOMINGOS SOBRINHO
2017	DISSERTAÇÃO	MT	UFMT	Criação e expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: implicações no campo da educação superior	ALEXANDRE RAUH OLIVEIRA NASCIMENTO	TEREZA CHRISTINA MERTENS AGUIAR VELOSO
2017	DISSERTAÇÃO	MG	IFNMG	Controle Interno: Avaliação da Estrutura do Sistema de Controle Interno do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais-IFNMG	ROCHA, R. M.	NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – NPGA
2017	DISSERTAÇÃO	MG	UFMG	Controle interno: avaliação da estrutura do sistema de controle interno do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – IFNMG	RUI MARTINS DA ROCHA	SONIA MARIA DA SILVA GOMES
2017	ARTIGO	PR	PUCPR	A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: os Institutos Federais em questão.	TURMENA, LEANDRO NEVES DE AZEVEDO, MÁRIO LUIZ	REVISTA DIÁLOGO EDUCACIONAL, VOL. 17, N. 54,
2018	ARTIGO	SC	UFSC	Uma avaliação do impacto da política de expansão dos institutos federais nas economias dos municípios brasileiros.	FAVERI, D. B. de; PETERINI, F. C.; BARBOSA, M. P.	PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS, [S. L.], N. 50, 2021.
2018	TESE	BA	UFBA	A dinâmica geográfica da expansão dos Institutos Federais no Estado da Bahia: Regionalizações e Reordenamento	SILVA, LEONARDO THOMPSON DA	INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS DA UFBA

Fonte: elaboração própria (2021)

### **3 CARACTERIZAÇÃO DA REDE E. P. T.**

#### **3.1 Visão Institucional da rede E.P.T. no mundo**

Desde 1961, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, organização internacional que integra 37 países membros, dentre eles, o Brasil, vem realizando estudos de levantamento de dados sobre a educação dentre todos os países membros da organização.

Diante de tantas atribuições voltadas para o desenvolvimento econômico dos países membros, a OCDE possui um órgão que trata especificamente da educação, por meio do Comitê de Políticas Educacionais (Education Policy Committee), cujo objetivo é subsidiar os países membros da promoção de políticas educacionais eficazes e de qualidade.

O Comitê de Políticas Educacionais da OCDE trata os dados referentes a educação dos países membros e parceiros via sistema Education at a Glance<sup>2</sup>: OECD Indicators que lhe fornece uma visão geral da educação no mundo.

No Brasil, o Ministério da Educação – MEC elabora seus planejamentos fundamentados nos dados apresentados anualmente pela OCDE. Ao longo dos últimos 20 anos, quando a OCDE criou o Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes – (PISA), o MEC em parceria com a OCDE trata os resultados extraídos deste exame para implementar as políticas públicas para melhoria da qualidade da educação no país. (SOUSA, 2021).

Sousa (2021) destaca que o exame realizado pelo PISA é aplicado a cada três anos e avalia conhecimentos nas áreas de ciências, leitura e matemática.

Com a finalidade de obtermos uma visão macro, elenca-se os dados abaixo extraídos das publicações da OCDE dos anos 2008 e 2020 apenas para situar-nos de que a organização trouxe em suas duas edições citadas, temas que são do interesse deste trabalho, como a análise da expansão contínua da educação (2008) e doze anos depois, na edição (2020), novamente a educação profissional está em evidência mundial, quando abordam o tema “ênfase no ensino e formação profissional”.

Os sistemas educacionais ao redor do mundo mantêm uma busca constante para o aprimoramento de seu pessoal técnico. Em determinada dimensão é necessária uma investigação mais acurada com propósitos de providências, quando o caso couber, relacionada a posição do Brasil no ranking mundial.

O Education at a Glance oportuniza esta avaliação. Importante frisar que para o ano 2020 o foco do panorama da educação é o ensino técnico. No relatório emitido pela OCDE 2020 há um alerta de que a economia do Brasil entrou em recessão e “as políticas deverão preparar os trabalhadores para as mudanças pela frente, particularmente com capacitação profissional” (Relatório da OCDE 2020).

Notadamente, pode-se concluir que no Brasil, o desemprego está crescendo e a taxa de emprego está caindo. A política monetária tem apoiado a economia, mas os resultados fiscais se deterioraram. Historicamente, mesmo antes da pandemia, os subsídios e os gastos tributários dos países já eram altos. O gasto social poderia ser mais ampliado para apoiar as famílias vulneráveis, sendo necessário investimento em educação para promoção da mobilidade social entre gerações.

Infelizmente, em se tratando de capacitação profissional, o Brasil ocupa o penúltimo lugar em nível mundial, dos países que investem em capacitação profissional. Seria bem providencial o avanço na educação profissional alinhada com a demanda das empresas, assim faz a Alemanha que com esta iniciativa ocupa o 1º lugar no mundo em valorização do ensino técnico profissionalizante. Ao que se vê, o ensino técnico no exterior, vai além da experiência profissional. Oferta de cursos técnicos em variadas áreas, também tem a premissa de serem mais baratos do que os cursos que contemplam a formação universitária.

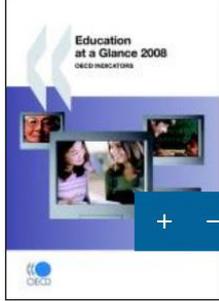
O mercado internacional avança com cursos técnicos-profissionalizantes nas mais variadas áreas, incluindo business, finanças, turismo, comunicação e marketing, artes visuais, engenharias, tecnologia da informação e várias outras opções.

Assim, a recomendação apresentada pelo relatório da OCDE 2020 é que haja investimento na educação de base e o alinhamento dos cursos as necessidades do mercado de laboral.

- ✓ Recomendações da OCDE para melhorar as habilidades da educação no Brasil:
- ✓ Ampliar recursos para cursos de capacitação profissional, mas garantir seu alinhamento com as necessidades do mercado de trabalho local.
- ✓ Continuar ampliando o acesso à educação infantil, priorizando o acesso a famílias de baixa renda e mães solteiras.
- ✓ Melhoria da qualidade da escolaridade e o aumento de recursos para cursos de qualificação profissional com a proposta de melhoramento do desempenho no mercado de trabalho.

A Alemanha, destacada como o principal país em educação profissional técnico, adota um sistema que funciona com as empresas trabalhando em parceria com o Estado. Há a efetiva participação e influência das empresas em todas as etapas da formação do aluno.

**Figura 5 – Capa do Anuário da Education at a Glance - OCDE**

	<p style="text-align: center;"><b>Edição/2008</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Analisa a expansão contínua da educação;</li> <li>• Desafios do crescimento dos sistemas educativos;</li> <li>• Perspectivas de como funcionam em outros países do mundo.</li> </ul>
	<p style="text-align: center;"><b>Edição/2020</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Enfoque no ensino e formação profissional;</li> <li>• Mercado de trabalho e os resultados sociais dos licenciados profissionais;</li> <li>• Recursos humanos e financeiros investidos em instituições profissionais. [...]</li> </ul>

<sup>2</sup> Education at a Glance (Panorama sobre a Educação), publicado pela OCDE, é um compêndio anual de estatísticas sobre a educação, com dados comparáveis a nível internacional. (OCDE, 2009).

A importância da educação para a competitividade dos países ganha cada vez mais importância, resultando na busca em elevar os índices educacionais de suas populações. Esta visão fundamenta-se na educação como propulsora para a geração de conhecimentos, e como consequência, a ampliação das capacidades produtivas, inovativas e competitivas, implicando também na melhoria da renda populacional. Assim, a educação apresenta-se como elemento chave para o desenvolvimento socioeconômico mundial. (MARINI e SILVA, 2012).

Com o avanço das tecnologias de informação e comunicação, se faz necessário a visão da educação em novos conceitos: o aprendizado contínuo, ou seja, educação voltada para a inovação. Souza, (2004 apud Marini e Silva, 2012) assevera que os “níveis de educação mais altos geram maiores produtividades, elevando taxas de PIB e salários”.

### 3.2 Visão Institucional da rede E.P.T no Brasil

O plano de expansão da rede federal tinha como meta principal ampliar a presença da rede em todo território brasileiro, em virtude da revogação das Leis nº 11.195 de 18 de novembro de 2005 e §5º da Lei nº 8.948 de 08 de dezembro de 1994. (BRASIL-SETEC/MEC, 2018).

O foco dos Institutos Federais será a justiça social, a equidade, a competitividade econômica e a geração de novas tecnologias. Responderão, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais. Os novos Institutos Federais atuarão em todos os níveis e modalidades da educação profissional, com estreito compromisso com o desenvolvimento integral do cidadão trabalhador; e articularão, em experiência institucional inovadora, todos os princípios formuladores do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Este novo arranjo educacional abrirá novas perspectivas para o ensino médio, por meio de uma combinação do ensino de ciências naturais, humanidades e educação profissional e tecnológica. (SETEC/MEC, 2010).

Com a ligeireza da determinação de redimensionamento das UASGs dos Institutos Federais, Ramos, (2019, p. 48) fez a seguinte explanação:

Cabe assinalar, talvez, mais a título de expectativa do que de análise, o que pode ocorrer com o projeto de reordenamento das unidades da rede, anunciado pelo MEC no primeiro semestre de 2018, baseado em conceitos geográficos e de suposta economicidade, sobre o qual não se têm claras as intenções. Sabemos que no mês de março de 2019 foi interrompida a tramitação na Câmara Federal dos Deputados, que se iniciou em janeiro, do Projeto de Lei n. 11.279, que alteraria a Lei n.11.892/2008, de criação dos Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, por desmembramento dos Institutos de São Paulo e da Bahia, criando-se três novos.

A disponibilidade orçamentária e financeira, o planejamento e desenvolvimento da rede é de competência da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC) sendo estabelecido alguns critérios como atendimento a função social da Instituição: 50% da oferta de vagas nos Institutos Federais deve ser reservada a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, tanto de cursos regulares como da educação de jovens e adultos (EJA). ½ destes 50% deve ser destinado a estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita.

Em ambos os casos deve haver um percentual mínimo correspondente a soma de pretos, pardos e indígenas da Unidade Federada (Lei nº 12. 711 de 2012).

Assemelham-se a estes critérios a oferta do Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, com reserva de 10% do total das vagas de ingresso nas Instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica (IFs) – Lei nº 11.892/2011.

As instituições federais de educação profissional e tecnológica, em sua forma estruturante, não traziam esse arcabouço como prioritário. Entretanto, o governo federal, reconhecendo a potencialidade estratégica das instituições de ensino técnico e tecnológico federais e sua capacidade e qualidade de trabalho, começa a dialogar intensivamente com essa rede de formação, na perspectiva da inversão da lógica até então presente. Essas instituições passariam a ocupar-se, de forma substantiva, de um trabalho mais contributivo, intrinsecamente voltado para o desenvolvimento local e regional, apreendendo desenvolvimento local e regional como a melhoria do padrão de vida da população de regiões geograficamente delimitadas. A expansão da educação profissional e tecnológica integra-se à agenda pública que prevê a presença do Estado na consolidação de políticas educacionais no campo da escolarização e da profissionalização. Assume, portanto, o ideário da educação como direito e da

afirmação de um projeto societário que corrobore uma inclusão social emancipatória. (SETEC/MEC, 2010 p. 14)

O progresso socioeconômico do país atrelado as políticas sociais e econômicas apontam que a Instituição e posterior expansão da rede federal de educação é uma política pública lançada em favor de minorar a sociedade dos desiguais favorecendo o controle da desordem social tão presente em razão do subdesenvolvimento do país, configurando-se a mesma política governamental moral e assistencialista implantada na nação desde 1909, ano de fundação das escolas de aprendizes artífices.

Nos últimos anos a constante falta de recursos para se promover um ensino público, gratuito e de qualidade tem sido uma constante.

Do ponto de vista organizacional e financeira da educação em geral e profissional em particular, temos, de imediato e altamente ameaçador, o projeto do Future-se. Apesar de sua inconstitucionalidade, a qual poderá ser facilmente ignorada no “estado de exceção”, ele visa claramente à privatização indireta e direta das instituições de ensino superior. Algumas análises apontam para que o foco desse projeto são mais as Universidades do que os Institutos Federais, havendo um clima de tensão nesse âmbito, com a expectativa de que surja algum projeto específico para este fim. (RAMOS, 2019, p. 47).

Pode-se considerar que diferente da época dos governos que gestaram a expansão da rede profissional e tecnológica no Brasil (2008-2016), compreendendo as gestões do governo Lula (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011-2016), o governo posterior a este período e o subsequente, não entenderam a necessidade de manter uma situação há muito sonhada e que pôde ser conquistada com a força política e vontades governamentais da implantação e posterior expansão dos Institutos Federais, com o papel da formação humana e integral.

Ramos (2019 p. 46) chega a afirmar que “é pela análise das políticas de educação profissional atuais que se pode conhecer as diferenças históricas em relação às políticas anteriores. [...] Estamos em um “estado de exceção”, vivendo um enorme retrocesso das políticas públicas.”

O estado de exceção, segundo as doutrinas tradicionais do Direito Público, é conceituado como “*medida excepcional à legalidade*, sendo autorizado pelo ordenamento diante de situações emergenciais. Nas constituições modernas, todavia, sua utilização pelo poder constituído tem demonstrado funcionar mais como regra do que como exceção.” (GOMES e MATOS, 2017 p. 1762).

No meu entendimento, as contrarreformas empreendidas no Brasil a partir do impedimento da Presidenta Dilma Rousseff em 2016 são expressão de uma forma específica pela qual o “estado de exceção” vem se instaurando no país, conjugando, de forma dinâmica, características de ambos os “tipos de ditadura”. Meu ponto de partida é a manutenção da ordem jurídica do nosso “estado de exceção”, já que ele é inscrito no caráter legal atribuído ao impeachment da Presidenta Dilma Rousseff

formalizado pelo poder legislativo e legitimado pelo poder judiciário. (RAMOS, 2019, p. 46)

Cruz, Jorge e Silva (2014, p. 31) ousam, ao afirmarem que “no Brasil as ações direcionadas à educação eram pontuais, desarticuladas e não havia uma diretriz de ordem nacional para as mesmas”.

Assim, os autores chegam à seguinte conclusão: “Portanto, nesse sentido, entende-se que a educação profissional e tecnológica assumiu uma nova dimensão e adquiriu um caráter institucional e integralizado que traz o pressuposto de uma formação integral do indivíduo”.

Ainda sob estas mesmas perspectivas, os autores também ressaltam:

Diante de tais concepções, há de se entender que uma educação integralizada pressupõe que o indivíduo assim formado adquira um preparo para o mundo e para o trabalho, não se restringindo apenas para o que o capital lhe oferece, mas que seja um cidadão capaz de interagir social e civicamente e esteja preparado para a flexibilidade permanente do mundo globalizado. Embora essa nova concepção de educação tenha, não só o embasamento jurídico, mas também o teórico sob o olhar e pensamento de vários autores, na prática, a realidade da concretização de tal política pública de ensino ainda se constitui em um grande desafio para os atores de tal processo. (CRUZ, JORGE e SILVA, 2016, p. 32)

Na concepção de Ramos, (2019, p. 47) estamos caminhando a passos largos para o desmonte da formação integrada, haja vista o desconhecimento do governo sobre o acúmulo de conceitos e política da educação, inclusive a profissional, científica e tecnológica, como assim destaca: Isso corrobora com “a perspectiva do desmonte da política de formação integrada, do ponto de vista conceitual. Hoje, com as medidas em curso, prevemos que o desmonte será de caráter estrutural, o que torna muito mais grave a situação que enfrentaremos”. (RAMOS, 2019, p. 48).

Em um contexto geral, estamos a supor, até o momento, que há uma tendência do governo em fragilizar a educação, promovendo uma forte desvalorização do ensino superior e conseqüentemente o ensino profissional, científico e tecnológico, a saber:

De todo modo, o desfinanciamento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica já vem ocorrendo desde o governo de Michel Temer. Uma determinação do Ministério do Planejamento fez com que os IFs perdessem 10% do orçamento de custeio e 30% em capital (que inclui obras, compra de equipamentos e mobiliário). Segundo dados do MEC, de 2014 para 2017, o orçamento da Rede Federal caiu 24,4%. Em termos relativos, essa queda é ainda maior, frente ao aumento contínuo de matrículas, necessário para justificar a implantação de novos campi. Em 2019, já no governo Bolsonaro e com a assunção de Abraram Weintraub ao Ministério de Educação, ocorre o corte efetivo de 30% dos recursos destinados à educação, o que já tem inviabilizado o funcionamento de várias instituições. A ameaça à existência do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e o corte de recursos destinados à pesquisa, incluído bolsas de diversas modalidades, desta e de outras agências de fomento à pesquisa e à formação científica, é outra medida de desmonte preparatório para um contexto em que o “Future-se” seja visto como uma “salvação” para as instituições frente a uma crise gerada pelo próprio Estado. (RAMOS, 2019, p. 47)

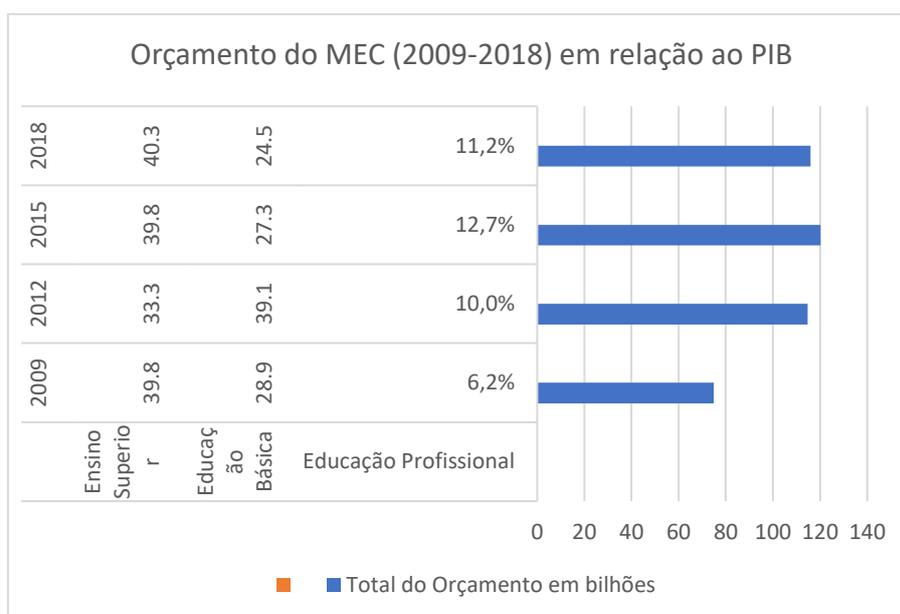
Note-se ainda, outras argumentações lógicas de Ramos (2019, p. 47).

Do ponto de vista organizacional e financeira da educação em geral e profissional em particular, temos, de imediato e altamente ameaçador, o projeto do Future-se. Apesar de sua inconstitucionalidade, a qual poderá ser facilmente ignorada no “estado de exceção”, ele visa claramente à privatização indireta e direta das instituições de ensino superior. Algumas análises apontam para que o foco desse projeto são mais as Universidades do que os Institutos Federais, havendo um clima de tensão nesse âmbito, com a expectativa de que surja algum projeto específico para este fim. [...] Previa-se, ainda, a exclusividade da atuação dessa rede na pós-graduação, com a modalidade profissional, digna de crítica, por se desconsiderar as experiências acumuladas que a habilitam a atuar na pós-graduação de senso estrito, independentemente da modalidade profissional ou acadêmica, além da produção de conhecimento científico e tecnológico nas diversas áreas do conhecimento. Com a atual gestão do Ministério da Educação, será que restará política de pós-graduação? De que tipo?

Os questionamentos apontados pela autora são arrazoados e estas avaliações baseiam-se nas recentes determinações impetradas pelo governo federal de redimensionamento das UASGs dos Institutos Federais, fato que se traduz em preocupação quando se trata de um desalinhamento de concepções do que é essencialidade na educação.

Observa-se uma série de deficiências a execução orçamentária do Ministério da Economia. Neste contexto todos os desafios do ensino estão sendo mensurados. Indicadores financeiros educacionais trazem as seguintes evidências:

De acordo com o exposto abaixo (ver gráfico 2), a educação profissional fica à margem no orçamento educacional proposto pelo Mec, ficando sub posicionado a educação básica e principalmente ao ensino superior, sem haver considerações de que hoje, a educação profissional oferta, além do ensino técnico profissionalizante, o ensino tecnológico equivalente ao ensino superior.

**Gráfico 2 – Orçamento do MEC (2009-2018) em relação ao PIB**

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Instituto Nacional Anísio Teixeira (2020)

### 3.3 Visão Institucional da rede E.P.T em Sergipe

O objetivo dos Institutos Federais é formar e qualificar “cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional” (BRASIL, 2008, [n.p.]).

Corroborando com esta reflexão, Medeiros, Alberto e Santiago (2020, p. 30) salientam que o Ensino Médio Integrado que é parte da metodologia da rede EPT, “ocupa-se também da formação geral, que subsidia a investidura do aluno em cursos superiores, por exemplo, assim como trabalha conhecimentos e saberes necessários para a atuação cidadã dos estudantes”.

São ganhos através do ensino que os gestores públicos precisam apoiar; há uma perspectiva de futuro, mas futuro com outras vertentes de aproveitamento de oportunidades oriundas do acúmulo de conhecimentos adquiridos em instituições de ensino. Assim, Ciavatta (2014, p. 16) apresenta seu ponto de vista em relação a esta prática;

No campo da educação e do trabalho, implica uma nova qualidade de educação universalizada para toda a população. De modo específico, busca-se contribuir para um futuro em que a superação da dualidade de classes sociais traga um padrão digno de vida e de conhecimento não apenas para as elites, mas também para os trabalhadores, os verdadeiros produtores da riqueza social, e seus filhos.

Tavares, (2007, p. 37) também ratifica esta informação quando argumenta que “a educação traz vantagens pessoais a exemplo dos salários percebidos em função do nível de escolaridade”.

Melo (2019, p. 360), numa perspectiva de dimensionar a economia sergipana, torna claro que o principal determinante do crescimento sergipano é o extrativismo mineral (petróleo, gás, fertilizantes nitrogenados) complementado pelo desempenho do setor agrícola, não desconsiderando, inclusive atividades hidrelétricas que também é responsável por boa fatia do PIB Estadual.

No período subsequente, entre 2009 e 2012, marcado pelo resultado negativo de 2009, registra-se desaceleração no ritmo médio anual do crescimento do VAB para 3,8%, mas alguns segmentos obtêm resultados extraordinariamente bons: trata-se de um momento especialmente favorável principalmente para as atividades da indústria de transformação, que registraram, em conjunto, taxas médias de crescimento de 7,4% ao ano, e para a construção civil, com expansão de 8,1%. O crescimento econômico nesse período é marcado pelo incremento do emprego, pela ampliação do acesso ao crédito e pela incorporação de novos estratos da população ao mercado consumidor, com a chamada ascensão da classe C. De outra parte, a agropecuária já se ressentiu dos efeitos da estiagem em 2012. Notável foi a expansão em Sergipe das atividades de educação e saúde privadas entre 2009 e 2012, de 7% ao ano. Entre 2013 e 2014, a ampla maioria das atividades econômicas se manteve em expansão em ritmo ainda intenso, mas alguns segmentos produtivos passaram a apresentar forte retração, influenciando o resultado do agregado. (MELO, 2019, p. 365).

Observa-se que a máxima da economia sergipana foi continuar crescendo, principalmente na modalidade de serviços, ao que se supõe que parte deste crescimento se deve ao aligeirado avanço da expansão dos Institutos Federais nos municípios sergipanos que também influencia a economia estadual.

Nos estudos de Matos e Esperidião (2012, p. 527), “em Aracaju, suas deseconomias urbanas e a política de incentivos fiscais estaduais têm moldado a migração de atividades industriais e de serviços para o interior, caracterizando o processo de desconcentração concentrada da atividade produtiva econômica estadual”.

[...] Mesmo com o relativo processo de interiorização da atividade econômica produtiva sergipana para o interior, resultado, sobretudo, da concessão de incentivos fiscais e da atração espúria de investimentos baseado na baixa remuneração da mão-de-obra, Aracaju continua com sua centralidade econômica, sobretudo nas atividades de comércio e de serviços, administrativa e cultural. (MATOS e ESPERIDIÃO, 2012, p. 527)

Complementando a versificação acima exposta, apresenta-se a opinião de Melo:

Nesse momento, as atividades industriais, em conjunto, recuam, enquanto alguns segmentos do setor serviços continuam avançando, ganhando espaço na economia estadual. Cabe destacar o crescimento do segmento dos serviços de atividades profissionais e técnicas, que foi impulsionado pela instalação de call center, a continuidade do crescimento do subsetor de transporte e armazenagem e a acelerada expansão de serviços pessoais, anotados no grupo de outros serviços. [...] É necessário distinguir, todavia, o período anterior de transformações da base produtiva estadual, liderado pelos investimentos estatais, com o ciclo expansivo mais recente, em que o crescimento da renda e do poder de compra interno, ao lado da ampliação dos investimentos públicos em infraestrutura social (educação, recursos hídricos e saneamento, entre outros), impulsionou, em um segundo momento, os investimentos

privados atraídos pelo crescimento acelerado do poder de compra regional e local.( MELO, 2019, p. 365;380).

O fato que aqui se discute é que desenvolvimento regional é a métrica para a inovação. Estados e municípios vêm sofrendo pressão com o enxugamento dos recursos para a educação desde o ano 2016. Esta é uma ação que cresceu vertiginosamente a cerca de 5 anos (2016-2021) devido aos escassos recursos da União para a área.

Na concepção de Jorge et al (2021, p. 09), têm-se o seguinte posicionamento:

A escassez de recursos com que frequentemente se defronta o setor público, somada à necessidade de atendimento às carências da população, exige dos gestores a formulação de políticas eficazes e eficientes no alcance de seus objetivos. É fundamental que tais políticas estejam alicerçadas em informações sólidas acerca da realidade. Assim, a disponibilidade de indicadores socioeconômicos confiáveis e atualizados é um importante instrumento para balizar as políticas públicas.

A contribuição da educação profissional em Sergipe é cercada de grandes desafios. A expansão dos Institutos Federais veio alargar a rede de conhecimentos necessária para a aquisição de muitos benefícios locais, inclusive, não se pode desconsiderar os benefícios organizacionais que só podem ter bom aproveitamento por meio de aprendizagem e conhecimentos organizacionais.

Na perspectiva de implementar ações de políticas públicas que coloquem o ensino/aprendizagem em evidência, o governo federal apostou na expansão da rede E.P.T, assim como na interiorização das universidades federais. “Desde o final dos anos 1990, vem sendo desenhada e implantada, por parte do governo federal, uma série de políticas com vistas à ampliação do ensino superior público no Brasil”. (NIQUITO; RIBEIRO; PORTUGUAL, 2021, p 372). Este norte da expansão ficou limitado as gestões governamentais 2003-2016, cuja configuração, na atualidade vem sendo discutida, inclusive apontando-se a possibilidade de reconfiguração da forma de ensino integrado, conforme previsto na lei original de instituição da Rede Federa de Educação – Rede EPT.

Na visão de Ramos (2019, p. 48), a existência da possibilidade de reconfiguração da rede resultaria no seguinte: “o fim da oferta das licenciaturas, o que indicaria um reordenamento de prioridades, certamente visando responsabilizar a rede federal pela oferta do itinerário da educação profissional instituído pela lei n. 13.415/2017”.

Na sequência, apresenta-se o elenco de Unidades Administrativas de Serviços Gerais do Instituto Federal de Sergipe, com as condições físicas de funcionamento

Importa ressaltar que os Campi da Fase I, nos anos (2005-2007) já existiam, apenas tendo que passar por novas adaptações, conforme segue:

**Tabela 5 – Situação de funcionamento dos Campi do IFS**

Antes de 2005	Em 2008 - Lei nº 11.892
Campus Aracaju	Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe – CEFET/SE
Campus São Cristóvão	Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão
Campus Lagarto	Unidade Descentralizada de Ensino de Lagarto – UNED Lagarto/SE

Fonte: Elaboração própria baseado na página web: [www.ifs.edu.br](http://www.ifs.edu.br)

Já os Campi da Fase II implantados no período 2007-2009 somente tiveram seus campi definitivos com obras concluídas nos anos abaixo descritos:

**Tabela 6 – Situação de funcionamento dos Campi do IFS**

Ano de Implantação e funcionamento	Ano de Funcionamento em prédio definitivo
Campus Itabaiana (2011)	2017
Campus Glória (2011)	2021 foi o ano de conclusão da obra do Campus Glória, mas até o presente momento, encontra-se funcionando em prédio provisório.
Campus Estância (2008)	2014

Fonte: Elaboração própria baseado na página web: [www.ifs.edu.br](http://www.ifs.edu.br)

A fase III encontra-se com apenas três campi em funcionamento:

**Tabela 7 – Situação de funcionamento dos Campi do IFS**

Ano de Implantação e funcionamento	Ano de Funcionamento em prédio definitivo
Campus T. Barreto (2011)	2019
Campus Propriá (2014)	Até o presente momento a obra não foi concluída e o Campus continua funcionando em prédio provisório
Campus Socorro (2017)	2017 - Já iniciou as atividades em prédio definitivo
Campus Poço Redondo (2021)	2021 foi o ano de conclusão da obra do Campus P. Redondo, no entanto, não está em funcionamento.

Fonte: Elaboração própria baseado na página web: [www.ifs.edu.br](http://www.ifs.edu.br)

Deve-se destacar que o ano que será levado em conta para efeito de análise, será o ano de início das obras para construção dos prédios definitivos da Instituição, porque a partir daí, já se tem os reflexos dos custos de serviços para os governos municipais, a título do tributo de Impostos sobre Serviços – ISS, obrigatório para execução da obra.

Infelizmente, ao longo dos anos o Instituto Federal de Sergipe vem passando por alguns dissabores com as obras públicas, haja vista os empreendimentos serem de grande porte e valores vultosos e em algumas vezes os licitantes ganhadores do certame licitatório não possuem liquidez suficiente para arcar com os prejuízos advindos da demora orçamentária para cumprir com a liquidez mensal devido às construtoras, a exemplo do Campus Aracaju que teve

sua reforma estrutural em 2013 e até o presente momento a obra não foi concluída. Outro exemplo também desastroso é o do Campus Glória que teve a obra iniciada em 2011 e somente concluída 10 anos após seu início.

Os processos licitatórios são regidos pela Lei 8.666/93, hoje revogada pela nova lei de licitações, nº 14133/2021. Como a mais nova lei foi aprovada recentemente, 01/04/2021, ainda é muito discutível as propostas de alteração das normas gerais nela aplicada. Espera-se que com a nova lei haja um compromisso maior das construtoras que se habilitam a execução de obras públicas, pois os ditames da nova lei de licitações alargam as penalidades que as construtoras e demais prestadores de serviços poderão obter em razão de descumprimentos contratuais com o serviço público.

Na figura 10 apresenta-se as estruturas físicas de cada campus do IFS a saber: o campus Aracaju apresenta imagem do atual estado em que se encontra, em razão do abandono de construtoras que participam e ganham o processo licitatório, mas não tem solidez para concluir uma obra pública do porte do IFS campus Aracaju. O campus São Cristovão é um imponente prédio quase centenário ladeado por 4 didáticas e alojamentos para internato recém construídos. A estrutura do campus Lagarto atende perfeitamente as demandas do e é o mesmo desde sua inauguração. As imagens dos campi Itabaiana, N.S. da Glória e Estância, Tobias Barreto e N.S. do Socorro é da época que estavam em construção, apresentando hoje uma nova realidade com as obras devidamente concluídas, entregues e já em uso. O campus Propriá ainda encontra-se funcionando em prédio provisório e o campus Poço Redondo, mesmo concluído e entregue ainda está sem funcionamento.

**FIGURA 6. Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica em Sergipe**  
**Fase I (2005-2007)**



**Fase II (2007-2009)**



**Fase III (2011-2014)**



Fonte: Elaboração própria. Fotos: Relatório de Gestão IFS 2020.

## 4 DADOS DA PESQUISA

A coleta de dados utilizados no desenvolvimento da pesquisa está de acordo com a metodologia utilizada para o atingimento dos objetivos. Além das fontes documentais, uso de sites institucionais e análise de documentos da organização, foram realizadas entrevistas com respostas abertas. O roteiro das questões foi dividido em dois eixos: Nº 1 que trata das contratações e aquisições públicas; Nº 2 que trata do desenvolvimento regional. A identificação dos respondentes limitou-se apenas ao perfil dos entrevistados, enquanto que as percepções apresentadas nas respostas abertas não foi possível haver identificação, o que se supõe que deixa os respondentes mais à vontade para expor suas opiniões sobre os questionamentos apresentados. Na análise das entrevistas foi respeitada a transcrição literal das respostas, com formulações mais curtas.

### 4.1. Custos da Educação Profissional Tecnológica em Sergipe

Em Sergipe, observa-se sem muitas reservas que há uma defasagem na perspectiva da educação para os jovens, que deveriam estar aptos a concluir o ensino médio com regularidade. Os dados mais recentes evidenciam essa triste estatística. No destaque do anuário da educação básica (ver figura 7) destaca que em Sergipe, 59,2 % de jovens de 15 a 17 anos cursam o ensino médio e de cada 100 estudantes apenas 69 concluem o ensino médio com 19 anos.

**Figura 7 – Formação de jovens de 15 a 17 anos**



Fonte: Anuário da Educação Básica do Estado de Sergipe/2020

Dentre as inúmeras políticas públicas praticadas pelo Governo Federal, encontra-se a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Para aplicabilidade da Educação, podemos afirmar que foram vários modelos praticados pelo governo, como os Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), as Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e as Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, até culminar no que hoje se mantém como Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, ou IF's, com garantias de que minimamente, 50% da oferta de vagas deve, obrigatoriamente, ser destinadas cursos técnicos na forma integrada; “20% as vagas para atender a oferta de cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, formação de professores para a educação básica, nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.” (PORTAL MEC, 2021, (n.p).

Conforme descrito na introdução, optamos tratar sobre o redimensionamento das Unidades Administrativas de Serviços Gerais propostas pelo Governo Federal em razão da economicidades nos processos licitatórios para aquisições e contratações.

Com o levantamento dos dados e por meio das pesquisas realizadas, ousamos afirmar que os custos para instalação e custeio de uma Unidade Administrativa de oferta de ensino técnico é bastante elevado, conforme as evidências apresentadas pelo Relatórios de Gestão do IFS mais recentes, datados dos anos 2019 e 2020 subdivididos em ações de funcionamento, assistência, capacitação e bens de capital.

O acompanhamento da execução orçamentária do IFS é de responsabilidade da Assessoria de Planejamento Orçamentário (APO) que desempenha as seguintes competências: Elaborar e consolidar, junto ao Ministério da Educação, a proposta orçamentária anual do IFS; Coordenar a gestão orçamentária e promover a execução no âmbito de sua competência; Acompanhar as atividades do orçamento e das operações econômico-financeiras; Acompanhar a execução e controlar o Orçamento anual; Acompanhar a execução dos recursos descentralizados. (APO/IFS, 2020).

**Figura 8 – Custos da Educação Profissional e Tecnológica em Sergipe (2015)**

<b>(2015) FUNCIONAMENTO:</b>	
Inicial	42.014.967,00
Final	43.608.967,00
Empenhada	33.344.445,71
Liquidada	22.107.347,05
Paga	17.348.988,08
Processada	4.758.358,97
Não processada	11.237.098,66
<b>(2015) ASSISTÊNCIA:</b>	

Inicial	7.782.997,00
Final	7.782.997,00
Empenhada	5.868.606,09
Liquidada	2.247.282,12
Paga	2.036.446,35
Processada	210.835,77
Não processada	3.621.323,97
<b>(2015) CAPACITAÇÃO:</b>	
Inicial	2.000.000,00
Final	2.000.000,00
Empenhada	1.170.611,33
Liquidada	1.101.038,36
Paga	976.814,12
Processada	18.181,54
Não processada	90.517,52
<b>(2015) DESPESAS DE CAPITAL:</b>	
Empenhada	17.116.789,52
Liquidada	1.636.714,80
RP não processada	29.415.511,45
Valores Pagos	811.623,94

Fonte: Elaboração própria através do Relatório de Gestão 2015, p. 33-34; 42-43.

**Figura 9 – Custos da Educação Profissional e Tecnológica em Sergipe (2016)**

<b>(2016) FUNCIONAMENTO:</b>	
Inicial	37.005.984,00
Final	41.504.487,00
Empenhada	40.970.221,69
Liquidada	25.375.270,70
Paga	24.704.395,71
Processada	670.874,99
Não processada	15.594.950,44
<b>(2016) ASSISTÊNCIA:</b>	
Inicial	9.284.255,00
Final	6.124.225,00
Empenhada	5.913.306,22
Liquidada	3.863.647,33
Paga	3.773.235,10
Processada	90.412,23
Não processada	2.049.658,89
<b>(2016) CAPACITAÇÃO:</b>	
Inicial	1.700.000,00
Final	Valor
Empenhada	Permutado
Liquidada	Para
Paga	A
Processada	Ação
Não processada	funcionamento
<b>(2016) DESPESAS DE CAPITAL:</b>	
Empenhada	23.465.222,10
Liquidada	3.314.691,67
RP não processada	20.150.530,40
Valores Pagos	2.527.284,86

Fonte: Elaboração própria através do Relatório de Gestão 2016, p. 30-31; 28; 37.

**Figura 10 – Custos da Educação Profissional e Tecnológica em Sergipe (2017)**

<b>(2017) FUNCIONAMENTO:</b>	
Inicial	30.716.408,00
Final	31.2216.408,00
Empenhada	28.990.384,82
Liquidada	20.995.008,25
Paga	20.619.498,66
Processada	375.509,59
Não processada	7.995.376,57
<b>(2017) ASSISTÊNCIA:</b>	
Inicial	5.949.080,00
Final	5.949.080,00
Empenhada	4.978.599,19
Liquidada	4.069.996,18
Paga	4.015.499,46
Processada	54.496,72
Não processada	908.603,01
<b>(2017) CAPACITAÇÃO:</b>	
Inicial	500.000,00
Final	Valor
Empenhada	Permutado
Liquidada	Para
Paga	A
Processada	Ação
Não processada	funcionamento
<b>(2017) DESPESAS DE CAPITAL:</b>	
Empenhada	14.597.982,10
Liquidada	1.575.346,55
RP não processada	13.022.635,55
Valores Pagos	1.134.239,91

Fonte: Elaboração própria através do Relatório de Gestão 2017, p. 38-39; 36; 45.

**Figura 11 – Custos da Educação Profissional e Tecnológica em Sergipe (2018)**

<b>(2018) FUNCIONAMENTO:</b>	
Inicial	Acima
Final	De
Empenhada	6.000.000,00
Liquidada	
Paga	
Processada	
Não processada	
<b>(2018) ASSISTÊNCIA:</b>	
Inicial	4.692mi
Final	Sendo
Empenhada	22,5%
Liquidada	Superior
Paga	A
Processada	2017
Não processada	
<b>(2018) CAPACITAÇÃO:</b>	
Inicial	Não
Final	Houve

Empenhada	Investimento
Liquidada	Nesta
Paga	Rubrica
Processada	No
Não processada	Exercício
	2018
<b>(2018) DESPESAS DE CAPITAL:</b>	
Empenhada	9.570.646,42
Liquidada	
RP não processada	
Valores Pagos	

Fonte: Elaboração própria através do Relatório de Gestão 2018, p. 38-39; 36; 45.

**Figura 12 – Custos da Educação Profissional e Tecnológica em Sergipe (2019)**

<b>(2019) FUNCIONAMENTO:</b>	
Inicial	Representou
Final	13,7%
Empenhada	Do
Liquidada	Total
Paga	Das
Processada	despesas
Não processada	
<b>(2019) ASSISTÊNCIA:</b>	
Inicial	5,0mi
Final	Sendo
Empenhada	13,7%
Liquidada	Superior
Paga	A
Processada	2018
Não processada	
<b>(2019) CAPACITAÇÃO:</b>	
Inicial	Não
Final	Houve
Empenhada	Investimento
Liquidada	Nesta
Paga	Rubrica
Processada	No
Não processada	Exercício
	2019
<b>(2019) DESPESAS DE CAPITAL:</b>	
Empenhada	Sem
Liquidada	Referência
RP não processada	De
Valores Pagos	valores

Fonte: Elaboração própria através do Relatório de Gestão 2019, p. 87.

**Figura 13 – Custos da Educação Profissional e Tecnológica em Sergipe (2020)**

<b>(2020) FUNCIONAMENTO:</b>	
Inicial	25,2milhões
Final	
Empenhada	
Liquidada	
Paga	

Processada	
Não processada	
<b>(2020) ASSISTÊNCIA:</b>	
Inicial	6,8 milhões
Final	
Empenhada	
Liquidada	
Paga	
Processada	
Não processada	
<b>(2020) CAPACITAÇÃO:</b>	
Inicial	211mil
Final	
Empenhada	
Liquidada	
Paga	
Processada	
Não processada	
<b>(2020) DESPESAS DE CAPITAL:</b>	
Empenhada	4,6milhões
Liquidada	
RP não processada	
Valores Pagos	

Fonte: Elaboração própria através do Relatório de Gestão 2020, p. 8.

Os dados apresentados na Figura 08 que trata do acompanhamento das despesas correntes empenhadas, contempla despesas atribuídas aos meses janeiro a dezembro de 2015.

Houve um planejamento da necessidade de recursos para cobertura nas áreas de Funcionamento, Assistência, Capacitação e Investimento.

No panorama geral destaca-se que no ano 2019 os Campi Estância, Itabaiana, São Cristovão e Reitoria tiveram custos empenhados que ultrapassaram o percentual de 100% do que estava previsto para o item, funcionamento.

Ainda assim, no montante geral, os valores planejados não superaram os valores previstos em razão da previsão dos demais Campi que estimaram valores abaixo do que havia sido planejado, como é o caso dos Campi N. S. da Glória, Tobias Barreto, Nossa Senhora do Socorro, Propriá, Aracaju e Lagarto.

No total, os custos estimados para a rubrica Funcionamento remontam nos seguintes valores: Planejado → R\$26.880.129,00; Empenhado → R\$26.628.500,21. Percentualmente, as despesas neste exercício 2019 atingiram 99,1% do que fora planejado. Uma previsão acertada da Assessoria de Planejamento Orçamentário da Reitoria/IFS – (APO).

Na modalidade da Assistência Estudantil, todos os Campi superaram o percentual de custos que havia sido estimado para cada um deles, a exceção da Reitoria que teve um planejamento estimado em R\$1.533.048,00 e empenhou apenas o valor de R\$296.968,54 que

em percentual fica estabelecido apenas 19,4% do estimado, muito aquém do que fora planejado pela APO. Apenas para a Assistência foi planejado a necessidade de R\$7.050.376,00 e empenhado o valor de R\$6.847.847,05 num percentual de atingimento de 97,1% do planejado. Mais uma situação de êxito do planejamento regido pela APO.

Nas despesas com Capacitação, como rotineiramente este item não é contemplado como prioritário com a cobertura de recursos essenciais, todos os Campi, exceto a Reitoria fizeram uma previsão ínfima diante da real necessidade de seus funcionamentos, obtendo percentuais baixíssimos de planejamento e conseqüentemente de atingimento destas necessidades. Apenas a Reitoria ultrapassou o previsto em mais de 200% quando observamos que foi planejado para capacitação o valor de R\$71.819,00 e foi efetivamente empenhado o montante de R\$146.294,80, percentualmente superado em 203,7%. O total planejado para este item capacitação foi R\$277.219,00 e foi empenhado R\$220.149,60 com atingimento do planejado em percentual de 79,4%.

Já os dados apresentados para o item investimento que contempla obras, reformas estruturais, adequações e modernizações da Instituição, o valor estimado foi de R\$3.361.495,00 e as despesas empenhadas somaram R\$3.252.096,45.

Destes valores apresentados a maior fatia ficou na UASG mãe, Reitoria, que contemplou investimento para o ano 2019 da monta de R\$1.741.538,00, cujo atingimento de Investimento foi do percentual de 96,7% e o orçamento empenhado para esta mesma modalidade atingiu patamares percentuais de 98,3%.

Também neste item Investimento, é louvável o planejamento assessorado pela APO/Reitoria/IFS.

Sequencialmente faremos a análise do levantamento das despesas com investimentos empenhados do ano 2020.

Observa-se de per si que a apresentação estrutural elaborada pela Assessoria de Planejamento Orçamentário teve algumas simplificações, o que supomos, não inviabilizará, nem diminuirá as possibilidades de avaliação.

O elenco de informações apresentadas por meio do relatório de acompanhamento de despesas correntes empenhadas pelo IFS para o ano 2020, atingiu percentualmente 97,7% do total das despesas. Na distribuição para os demais Campi do IFS, alguns deles superaram as expectativas com empenho acima dos 100% normativos, como é o caso dos Campi Estância (106,3%); Campus Itabaiana (122,3%); Campus São Cristovão (105,7%) e Campus Lagarto com (101,7%).

No item funcionamento, apenas dois Campi mais a Reitoria ultrapassaram a margem percentual, mantendo seus funcionamentos com os seguintes percentuais: Campus Itabaiana (113,3%); Campus São Cristovão (102,6%) e a Reitoria (108,0%). O total planejado para este item soma valores no montante de R\$25.850.257,00 com empenho efetivado em R\$25.238.433,20, atingindo o percentual de 97,6%, sendo essa uma excelente perspectiva a título de planejamento, devida a Assessoria de Planejamento Orçamentário – APO/Reitoria/IFS.

Este também foi mais um ano vultoso em bonificações para os alunos matriculados em cada unidade de ensino do IFS, cujos valores planejados para assistência estudantil superaram em muito a margem percentual, a exemplo do Campus Glória que teve sua assistência estudantil limitada a 61,6%. Os demais Campi, devido ao elevado aumento percentual, vale destacar: Campus Estância (192,7%); Campus Itabaiana (153,2%); Campus Tobias Barreto (230,4%) Campus N. S. do Socorro (191,9%); Campus Propriá (164,4%); Campus São Cristovão (115,8%); Campus Aracaju (120,2%); Campus Lagarto (123,2%). O total planejado para este item Assistência foi R\$6.814.648,00 e as despesas empenhadas montam em R\$6.786.128,84. O atingimento percentual foi de 99,6% mais um excelente trabalho de planejamento da APO/Reitoria/IFS.

O item Capacitação foi simplificado neste ano 2020. Entende-se que o advento do Estado de Pandemia freou os ânimos e as possibilidades de capacitação destinada aos servidores, tão necessária para o aprimoramento dos trabalhos técnicos necessários ao bom desenvolvimento da Instituição. Alguns Campi, a exemplo do Campus Nossa Senhora da Glória, Estância, Nossa Senhora do Socorro, Propriá e São Cristovão tiveram empenhos zerados, mesmo havendo planejamento para este item. Apenas a Reitoria foi suprida com (286,4%). O Campus Itabaiana obteve o ínfimo valor de (28,8%); Campus Tobias Barreto de (7,3%); Campus Aracaju (16,8%); Campus Lagarto (3,1%). O total planejado para este item Capacitação foi de R\$271.429,00 e o empenho efetivo foi da monta de R\$211.544,30, num percentual de 77,9%.

O planejamento das despesas com investimento foi apresentado na Lei Orçamentária Anual – LOA 2020, contemplando o valor de R\$3.632.658,00 e teve o empenho efetivo de R\$3.628.840,00, atingindo um percentual de 99,9%.

Apresenta-se também nos demonstrativos de acompanhamento das despesas do IFS um incremento orçamentário da ordem de R\$1.252.527,00 advindos de Emendas Parlamentares concedidas por parlamentares sergipanos ao IFS para contemplar os Campi de Itabaiana, São Cristovão e Lagarto. Este incremento foi totalmente lançado na rubrica de funcionamento (investimento) alcançando um percentual de atingimento de 156,1%, superando o

funcionamento do orçamento de despesas correntes (ODC) com 92,2%; Assistência com 99,6%; Expansão com 43,1% e Capacitação com 77,9%.

Desde o ano de 2008, na eclosão da expansão da Rede Federal, os indicadores já apontavam que havia uma “baixa procura” pela Escola Técnica Federal de São Cristóvão que passou a integrar a Rede Federal como Campus São Cristóvão.

Em toda região nordeste, a oferta de cursos profissionalizantes em agropecuária alcançava valores que, se analisados com razoabilidade, a proposta para aquela região, especificamente no Estado de Sergipe, não seria viabilizada em razão da baixa procura por cursos profissionalizantes em área agrícola.

Naquela oportunidade, optou-se pelo investimento em cursos mais especializados, conforme segue:

QUADRO 3. CANDIDATO/VAGA 2008

REGIÃO	NORDESTE	2008. CANDIDATO/VAGA
ALAGOAS		3,66
BAHIA		3,86
CEARÁ		2,57
MARANHÃO		5,30
PARAÍBA		1,88
PERNANBUCO		2,80
R. GNORTE		6,34
SERGIPE		1,17

Fonte: Elaboração própria com base na Análise dos Indicadores de Gestão das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - Período Letivo 2008.

A interpretação apresentada pelo MEC após aferição dos indicadores, apresentou as seguintes considerações: “faz-se necessário envidar esforços na ampliação de oportunidades formativas que agreguem valor às atividades do setor primário, em especial mediante o fomento dos cursos de agroindústria, gestão do agronegócio, gestão ambiental, entre outros”. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, SETEC/MEC, 2008, p. 09). O cenário apresentado no quadro 3. acima, já foi reflexo das ações implementadas pelo governo federal para justificar a expansão. Sergipe ficou com a ínfima procura de 1,17, ou seja, menos de dois candidatos por vaga ofertada para aquele ano 2008. Numa análise mais criteriosa, um investimento de risco respaldada por análises do Grupo de Trabalho (GT) do MEC para o lançamento de mais uma unidade de ensino com proposta de ensino técnico integrado suportado pelo Governo Federal.

#### 4.2 Estrutura de Produção dos Municípios Sergipanos

No Estado de Sergipe os municípios com representatividade no setor de serviços são: Aracaju. Nossa Senhora do Socorro, Itabaiana, Lagarto e Estância. Todos estes cinco municípios citados contam com uma Unidade Administrativa do Instituto Federal de Sergipe – IFS.

Frente a estes desafios, também estão inseridas as potencialidades naturais de cada localidade, com favorecimentos ao desenvolvimento econômico local. O município de Aracaju abarca as potencialidades do setor de serviços e indústrias, ficando em primeiro lugar no rank sergipano.

Nossa Senhora do Socorro apresenta um leque maior de possibilidades, abrangendo as potencialidades de serviços da Administração Pública, comércio, manutenção de automotores, Transporte, Armazenagem, Correios, Indústria (alimentos e bebidas) e minerais não metálicos.

Itabaiana lidera com o setor de serviços, lavouras temporárias, comércio e manutenção de automotores. Na agropecuária, Itabaiana destaca-se como um dos maiores do Estado. Além disso, o município também atua com atividades têxteis e indústrias diversas.

Estância ocupa a quinta posição no rank sergipano no setor de serviços, desempenhando atividades na indústria de transformação, agropecuária, segmento têxtil e produtos de metal.

Lagarto tem forte potencial em serviços da Administração Pública, indústria, agropecuária, seguimento de alimentos e bebidas, vestuário, calçados, comércio e ocupa o oitavo lugar no rank sergipano da indústria de transformação.

São Cristovão destaca-se na área de serviços (transporte e Administração Pública), indústria, agropecuária e produção avícola.

Quadro 4 - Produção dos municípios sergipanos

Municípios	Potencialidades produtivas
Aracaju	Serviços Indústrias
N. S. do Socorro	Serviços Indústria Manutenção Transporte Armazenagem Minerais não metálicos
Itabaiana	Serviços Lavoura temporária Comércio Manutenção Agropecuária Atividades têxteis Indústrias diversas
Lagarto	Serviços

	Indústria Agropecuária Alimentos e bebidas Vestuário Calçados Comércio
Estância	Serviços Indústria de transformação Agropecuária Segmento têxtil Produtos de metal
S. Cristovão	Transporte Administração Pública Indústria Agropecuária Produção avícola.

Fonte: Elaboração própria (2022) com base nos dados do Observatório de Sergipe (2017).

O panorama apresentado configura os dados a uma população estimada, já que o último censo demográfico está datado do ano 2010. Os dados demonstrativos comprovam que o rendimento nominal mensal domiciliar per capita em relação ao ano 2020 é de R\$1.028,00 (Um mil e vinte e oito reais).

Dados de 2016 revelam que um percentual 41,7% pessoas de 16 anos ou mais de idade têm trabalho formal. 44,1% pessoas de 14 anos a mais de idade estão ocupadas em trabalho formal. Estes últimos dados são do ano 2020, ou seja, 04 anos após, a diferença percentual de ocupação passou pouco mais de 2% de acréscimo. O rendimento líquido real do trabalho formal foi estimado em R\$2.331,00 (dois mil, trezentos e trinta e um reais).

Os levantamentos de 2018-IBGE asseguram que 81.891 pessoas têm o privilégio de terem suas ocupações na Administração Pública, defesa e seguridade social que compreende as atividades essencialmente não-mercantis como a Administração Geral (o executivo, o legislativo, a administração tributária, etc.) nas três esferas do governo e a regulamentação e fiscalização das atividades na área social e a vida econômica do País. (CNAE.diáriooficial.com.br).

#### Quadro 5. Trabalho e rendimento da população de Sergipe

Rendimento nominal mensal domiciliar per capita [2020]	1.028,00 R\$
Pessoas de 1 anos ou mais ocupadas na semana de referência [2016]	1.000 pessoas
Proporção de pessoas de 16 anos ou mais em trabalho formal, considerando apenas as ocupadas na semana de referência [2016]	41,7 %
Proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência em trabalhos formais [2020]	44,1 %
Rendimento médio real habitual do trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais [2020]	2.331 R\$

Pessoal ocupado na Administração pública, defesa e seguridade social [2018]	81.891 pessoas
---	----------------

Fonte: Elaboração própria (2022) com base nos dados do IBGE/julho 2020.

Continuando com os levantamentos acerca de dados relacionados aos municípios sergipanos onde encontra-se uma Unidade de Ensino do IFS, de acordo com a Figura 10 temos as seguintes informações: realizou-se um levantamento de todas as escolas públicas nos municípios sergipanos, associando a esta informação com o quantitativo da população estimada, a média salarial percebida pelas famílias daquela localidade, o IDH dos municípios e o PIB per capita dos municípios em relação ao Estado de Sergipe. Pela análise, o município de Aracaju é o que dispõe de maior número de unidades de ensino, com 93 escolas. Também apresenta o maior PIB per capita (R\$26622,38) e maior ID municipal (0,770); A média de salário per capita do município de Aracaju (3,2) salários mínimos é superada pela média salarial per capita do município de São Cristóvão (3,6 salários mínimos). Dentre os municípios onde o IFS tem sede instalada, o que permanece em condição de desigualdade é o município de Poço Redondo que dispõe de apenas 4 unidades escolares para uma população estimada de 35.122 pessoas que percebem 1,9 salários mínimos. Seu IDH também foi considerado o mais baixo, com 0,529 e sua participação no PIB per capita soma R\$8.613,54. O município de Itabaiana é o que apresenta a menor média de salário per capita de 1,6 salários mínimos.

#### Quadro 06 – Panorama Sergipe dos municípios com unidades do IFS

Município	População Estimada	Nº de Estabelecim. de Ensino Médio	Média de Salário Per capita	IDH Municipal IDH/M	PIB Per capita
Aracaju	664908 pessoas	93 escolas	3,2 salários mínimos	0,770	26622,38 R\$
Estância	69556 pessoas	9 escolas	2,2 salários mínimos	0,647	24677,68 R\$
Itabaiana	96142 pessoas	11 escolas	1,6 salários mínimos	0,642	19020,44 R\$
Lagarto	105221 pessoas	8 escolas	1,8 salários mínimos	0,625	14239,60 R\$
Nossa Senhora do Socorro	185706 pessoas	17 escolas	2,1 salários mínimos	0,664	14090,75 R\$
Poço Redondo	35122 pessoas	4 escolas	1,9 salários mínimos	0,529	8613,54 R\$
Propriá	29692 pessoas	6 escolas	2,0 salários mínimos	0,661	17368,48 R\$
São Cristóvão	91093 pessoas	10 escolas	3,6 salários mínimos	0,662	10061,71 R\$
Tobias Barreto	52530 pessoas	5 escolas	1,9 salários mínimos	0,557	10753,11 R\$

Fonte: Elaboração própria (2021), com base nos dados do IBGE/julho 2020.

~^ Com a veiculação de que o Instituto Federal provê assistência para o aluno, após passar pelo crivo da assistência social e oficializar que o aluno se enquadra em família de baixa renda, a procura pelos cursos ofertados pelo IFS teve considerável aumento, como se pode evidenciar através do quadro 07 abaixo.

As demonstrações tabuladas tornam claras que o suporte que é dado a alunos matriculados a título de assistência estudantil é um forte atrativo para o pleno funcionamento dos cursos ofertados pela rede. Há uma série de dificuldades externas que ainda afetam a procura pelos cursos do IFS como a localização dos campi, mas ainda assim, considerando o ano de 2008 em comparação a exemplificação de 2011, o número de matriculados impressionam. Um total de 2.528 (dois mil, quinhentos e vinte e oito) matriculados que atendem ao critério de recebimento do recurso de assistência, excluindo-se os demais matriculados que não se enquadram nas exigências de família de baixa renda.

#### **Quadro 07 - Assistência a alunos matriculados na Instituição 2011**

<b>Natureza das ações</b>	<b>Nº de auxílios concedidos</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
Bolsa de inclusão social	187	398.854,60
Auxílio Alimentação	519	560.739,40
Auxílio Residência	115	242.692,00
Auxílio Transporte	628	520.643,44
Bolsa Monitoria	76	62.037,00
Material de Distribuição Gratuita	430	160.538,09
Eventos Acadêmicos/Visitas Técnicas	260	124.647,49
PIBIC/PIBIT	58	104.400,00
PROEJA	380	311.400,00
<b>TOTAL</b>	<b>2528</b>	<b>2.480.312,08</b>

Fonte: Elaboração própria (2022) com base no Relatório de Gestão IFS/2011.

### **4.3 Entrevistas**

No quadro abaixo, encontram-se as características dos entrevistados, onde foram evidenciados dados de sua formação, cargo, função, anos de experiência na docência e anos de exercício em cargos de gestão.

**Quadro 8. Perfil dos entrevistados:**

Entrevistado	Formação Acadêmica	Cargo	Função	Anos na docência	Anos na função de gestão
Entrevistado A	Doutorado	Professor	Diretor Geral	20 anos	8 anos
Entrevistado B	Doutorado	Professor	Diretor Geral	28 anos	11 anos
Entrevistado C	Mestrado	Professor	Diretor Geral	20 anos	16 anos
Entrevistado D	Graduação	Contador	Diretor de Administração	00	20 anos
Entrevistado E	Mestrado	Economista	Gerente de Administração	04 anos	07 anos
Entrevistado F	Graduação	Assistente em Administração	Gerente de Administração	00	03 anos
Entrevistado G	Graduação	Assistente em Administração	Gerente de Administração	00	03 anos
Entrevistado H	Graduação	Operador de máquinas agrícolas	Gerente de Administração	00	03 anos
Entrevistado I	Graduação	Assistente em Administração	Gerente de Administração	00	05 anos
Entrevistado J	Graduação	Eletricista	Pró-Reitor de <u>Desenv. Inst.</u>	00	11 anos

Fonte: elaboração própria (2022)

## Quadro 9. Eixos da entrevista

### EIXO 1: Gestão e Administração Institucional

- Considerando a sua experiência de trabalho no IFS, como você analisa o plano de centralização das contratações públicas adotado pelo governo federal?
- Na sua opinião, o plano de centralização das aquisições e contratações públicas causará danos ou trará benefícios para as Instituições da rede EPT?
- Dê sua opinião sobre o plano de centralização das contratações públicas.

### Eixo 2: Desenvolvimento regional

- Na sua opinião, os campi do IFS são instrumentos de desenvolvimento nas localidades onde encontram-se instalados?
- Você tem conhecimento da proposta de redimensionamento do quantitativo de UASGs pelo governo federal? Na sua opinião o redimensionamento trará benefícios ou prejuízos para a Instituição?
- Quais os impactos econômicos que o redimensionamento do quantitativo de UASGs causará aos municípios sergipanos?
- Poderia, por favor, citar alguns dos desafios da gestão atual, considerando o campus onde você atua?
- Espaço aberto para o caso do entrevistado desejar registrar mais alguma coisa que considera importante sobre a sua experiência com o processo da centralização das aquisições e contratações públicas e do redimensionamento do quantitativo de UASGs

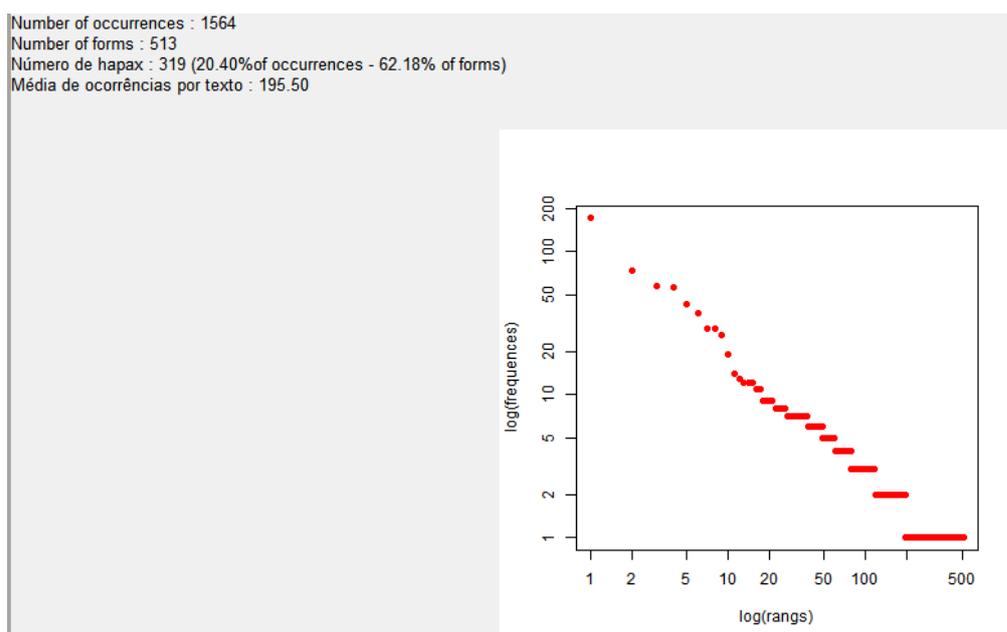
Para a coleta das informações realizamos entrevista guiada e também utilizamos o google forms, aplicativo de gerenciamento de pesquisas lançado pelo google. A entrevista guiada possibilitou a análise do perfil dos respondentes. Quanto ao lançamento da entrevista via google forms, onde todas as perguntas eram abertas, onde o entrevistado dispense mais tempo e melhor atenção às respostas, gerou-se uma certa resistência para obtenção das respostas e não havendo retorno satisfatório em quantidade adequada para análise, iniciamos uma busca ativa aos respondentes para que não houvesse atraso na finalização desta pesquisa e assim conseguirmos um número viável de análise (10 respondentes). As respostas foram compiladas e estratificadas após encerrar-se o prazo estabelecido. Por se tratar de respostas escritas sem identificação dos respondentes, o trabalho fora otimizado em razão do sigilo assegurado entre as partes.

Na perspectiva de compreender as opiniões dos sujeitos entrevistados, os dados qualitativos gerados durante o processo foram analisados sob o suporte do IRAMUTEQ, software para análise de dados textuais. O IRAMUTEQ é um software gratuito e com fonte



Na sequência apresenta-se o gráfico logarítmico cuja representação dos eixos destaca o número de palavras que se repetem pouco e poucas palavras que se repetem muito, com 1564 ocorrências, 513 número de palavras e 319 palavras apresentadas uma única vez que se traduz em percentual de 20,40% e 62,18%. Ainda no formulário de log identificamos as formas ativas que escolhemos, tratando-se das classes vocabulares que existem no texto como os adjetivos, advérbios, substantivos e verbos.

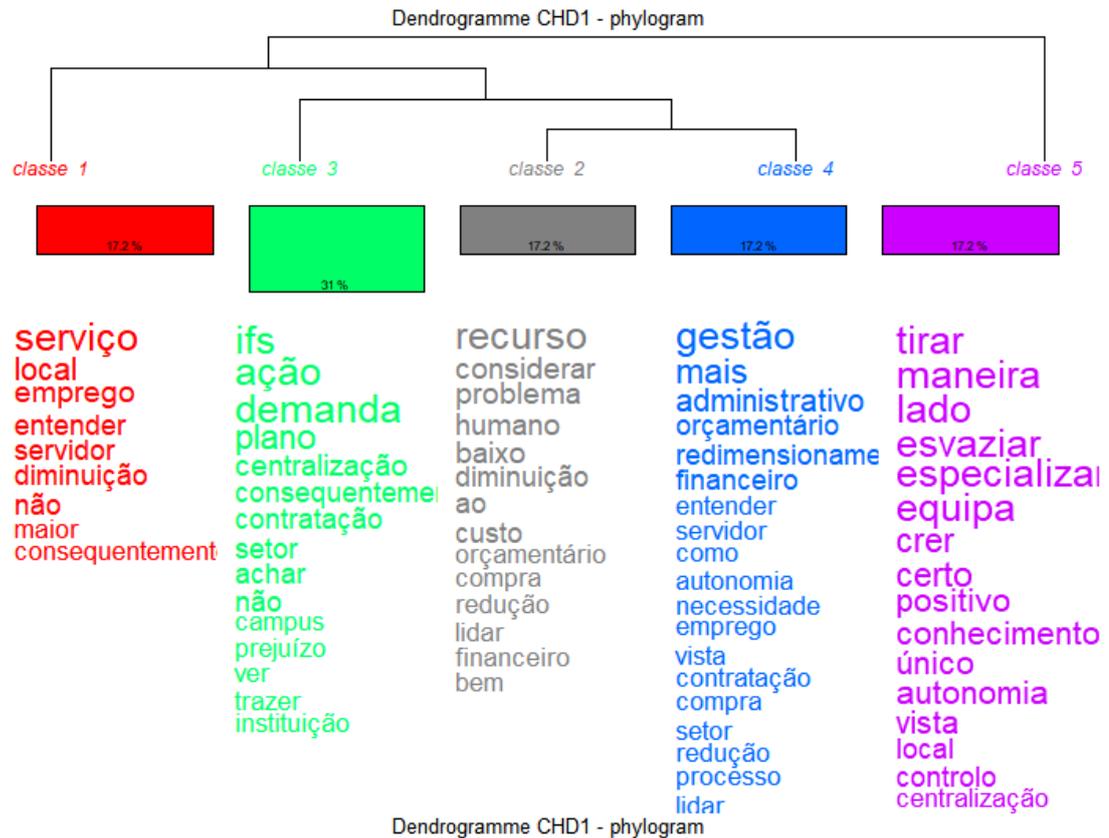
**Figura 15. Gráfico logarítmico**



Fonte: Elaboração própria via software IRAMUTEQ (2022).

O dendrograma abaixo apresentado onde são analisadas a classificação hierárquica descendente – CHD é uma das análises mais importantes do Iramuteq. Nela o software processa o texto de modo que possam ser identificadas as classes de vocabulário que permitem inferir quais são as idéias principais do corpus textual. Ela visa obter classes de segmentos de texto que apresentam vocabulário diferente das outras classes. Esta análise é baseada na proximidade léxica e na idéia de que palavras usadas em contexto similar estão associadas ao mesmo mundo léxico e são partes de mundos mentais específicos ou sistemas de representação. Deve-se identificar as palavras próximas ou relacionadas usadas no mesmo contexto e em que contexto as palavras são utilizadas, evidenciando a avaliação fatorial de correspondência, que devem ser triangulados com outras fontes de análise para ver se os resultados convergem.

Figura 16. Dendrograma



Fonte: Elaboração própria via software IRAMUTEQ (2022).

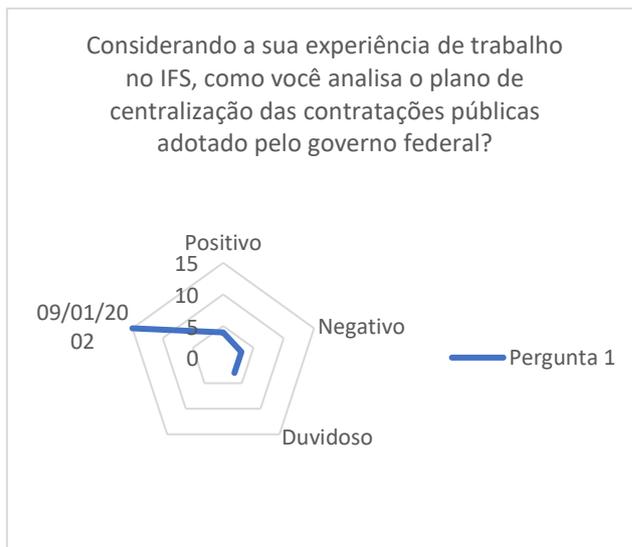
Na análise de especificidade demonstrada nas ramificações abaixo, destaca-se a análise fatorial de correspondência – AFC, análise do corpus textual em função das variáveis de caracterização. Os procedimentos englobam o cálculo de frequência e os valores de correlação  $\chi^2$  - (teste de hipóteses estatístico utilizado para comparar duas variáveis categóricas, também conhecido como Chi Quadrado ou Qui Quadrado ou  $\chi^2$ ), de cada palavra do corpus.



andamento das licitações e, conseqüentemente, trazido problemas para a realização de algumas ações no Campus. O receio é que as especificidades de alguns Campi, a exemplo dos campi agrícolas possam trazer problemas para o andamento das atividades”. “Avalio como positivo, sobretudo pelo ponto de vista da Gestão...”. “Por um lado, é positivo, cria uma equipe única especializada. Por outro tira a autonomia do campus”. “Acho que poderá não contemplar as necessidades dos setores”. “Na minha opinião o plano de centralização é falho”. “Sem planejamento”. “Difícilmente dará certo”. “Pouco ou nada planejado”. “Decisão de centralização é nula. Acho importante, mas deve-se agir com cautela”. O gráfico abaixo sugere o resultado positivo para a questão 1, tornando claro que há concordância dos gestores de todos os campi do IFS com o plano de centralização das contratações públicas adotado pelo governo federal, coincidindo com a pesquisa de Souza, (2019, p. 13).

Para validar os achados da pesquisa categorizamos as respostas sob o método de análise de conteúdo e o resultado apresentado no gráfico 3 sugere que o plano de centralização das contratações públicas implantado pelo governo federal é analisado como positivo.

### Gráfico 3 – Análise das contratações públicas

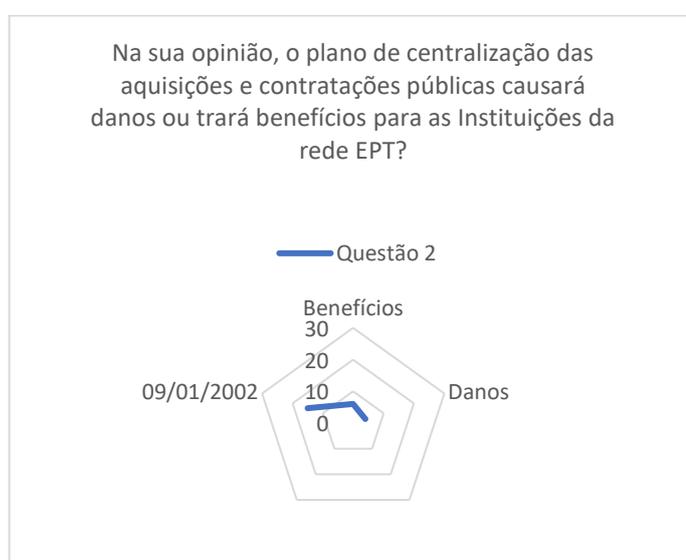


Fonte: elaboração própria 2022.

Na questão 2 que traz a opinião dos entrevistados sobre a centralização das aquisições e contratações públicas, conforme as evidências: “Trará benefícios”. “Trará mais benefícios que danos”. “Sim sou de parecer favorável a centralização de aquisições tendo em vista a melhoria em aquisições bem como a redução e qualidade dos produtos”. “Penso que a centralização possa trazer prejuízos ao desenvolvimento das ações nos campi”, “Cada um tem sua especificidade e suas necessidades e, caso ocorra o retardamento de alguma

contratação em virtude de eventualmente não ser vista como uma necessidade de todos poderá trazer sérios prejuízos”. “Entendo que trará benefícios, pois dotou todos da mesma capacidade de realizar os procedimentos licitatórios”. “Evita também o retrabalho, pois com os processos centralizados e com a captação das demandas de cada participante evita-se que a instituição faça vários pregões”. “Por um lado, é positivo, cria uma equipe única especializada. Por outro tira a autonomia do campus”. “Depende do gerenciamento de cada setor na observação de suas reais demandas”. “Causará danos”. “Os dois. Danos e benefícios”. A partir destas métricas, categorizamos os termos em “danos” e “benefícios” e o gráfico destaca com muita precisão por meio das fundamentações metodológicas apresentadas na pesquisa, que os benefícios superam os danos, como encontra-se representado no gráfico abaixo.

#### Gráfico 4 – Plano de centralização das contratações públicas

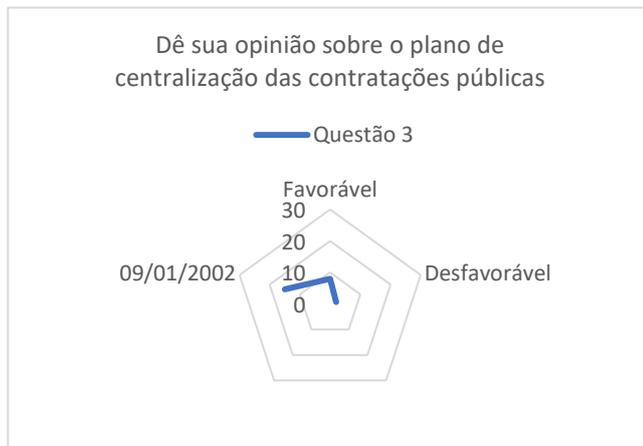


Fonte: elaboração própria 2022

A questão 3 que pede a opinião dos pesquisados sobre a viabilidade do plano de centralização das aquisições e contratações públicas, nota-se as seguintes conclusões: “Acredito que otimizará o processo”. “A centralização das compras, em minha opinião, os benefícios são inúmeros a considerar a diminuição dos custos por aumento do volume de compras concentradas, redução de recursos humanos e ruídos nas elaborações dos editais, melhor visibilidade das necessidades por Instituição e controle dos estoques”. “Positivo”. “Os benefícios apresentados pelo governo para levar a cabo o plano, a saber maior economia de escala; menores custos de pedido (custos de instrução processual) e incremento do potencial de controle institucional (externo e interno) e social”. “Entendo que por não

distinguir os tipos de instituições e não ter havido um diálogo prévio com os gestores traz problemas para implementação do plano”. “Tem sido positivo e que ampliou significativamente nossa capacidade de aquisição de materiais e serviços”. “Destaco que trato aqui da realidade do campus que gerencio desde 2014. Por um lado, é positivo, cria uma equipe única especializada. Por outro tira a autonomia do campus de certa maneira e esvazia o local de pessoas com esse conhecimento”. “Acho que pode ser bom desde q seja observado as demandas e agilizando para não ocorrer prejuízos aos estudantes”. “Impróprio para algumas unidades de ensino.” “Precisa ser melhor elaborado”. “Importante”. “Mas deve ser feito uma experiência primeiro, pra ver se realmente dá certo”. Graficamente o resultado demonstra que há grande aceitação dos respondentes ao plano de centralização, conforme segue:

**Gráfico 5 – Plano de centralização das aquisições e contratações públicas**

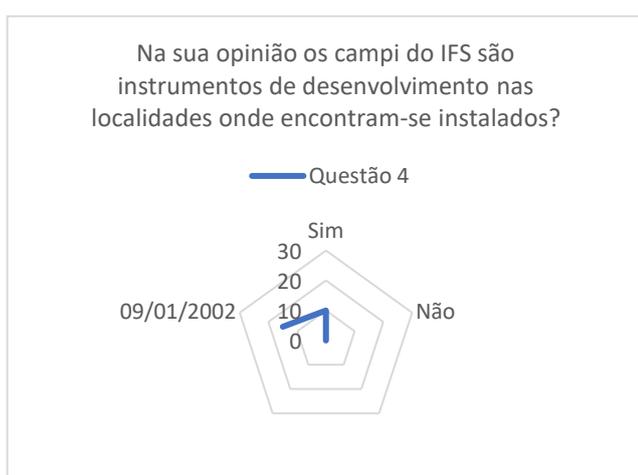


Fonte: elaboração própria (2022)

Os resultados apresentados na questão 4 que traz quesitos sobre desenvolvimento regional opinado pelos respondentes, registramos as seguintes opiniões dos respondentes: “Sim, mas muito aquém da sua capacidade”. “Sim. Mas ainda é um mundinho fechado”. “Sim. Esse é o objetivo das políticas públicas e a expansão do IFS através dos seus Campi têm levado o desenvolvimento da região e das comunidades com o aprimoramento da educação tecnológica potencializando os recursos regionais”. “Contribuir para o desenvolvimento regional é parte do DNA da instituição, inclusive tal elemento está presente na lei 11892/08, que criou a rede federal de educação profissional”. “Sim, pois o IFS desenvolve pesquisa, extensão e inovação aplicadas as necessidades locais e seus cursos são criados a partir das vocações econômicas municipais, qualificando a mão de obra local e trazendo ganhos a produção local e aos discentes, com possibilidade de salários mais elevados ao ingressarem no mercado de trabalho. Contribui ainda com a fixação dos egressos

no município, pois após formação conseguem emprego na própria região”. “Com toda certeza. Há diversos alunos que jamais conseguiriam adquirir tais conhecimentos e promover desenvolvimentos em sua comunidade”. “Sim. O projeto de lançamento dos Institutos Federais previa o desenvolvimento local”. “Sim. Faz parte da proposta de expansão”. “Sim, sem dúvida alguma”. Observa-se que em uníssono, todas as opiniões conferem que os campi do IFS são instrumentos de desenvolvimento nas localidades onde encontram-se instalados. Ver gráfico abaixo:

**Gráfico 6 – Campus como instrumento de desenvolvimento**

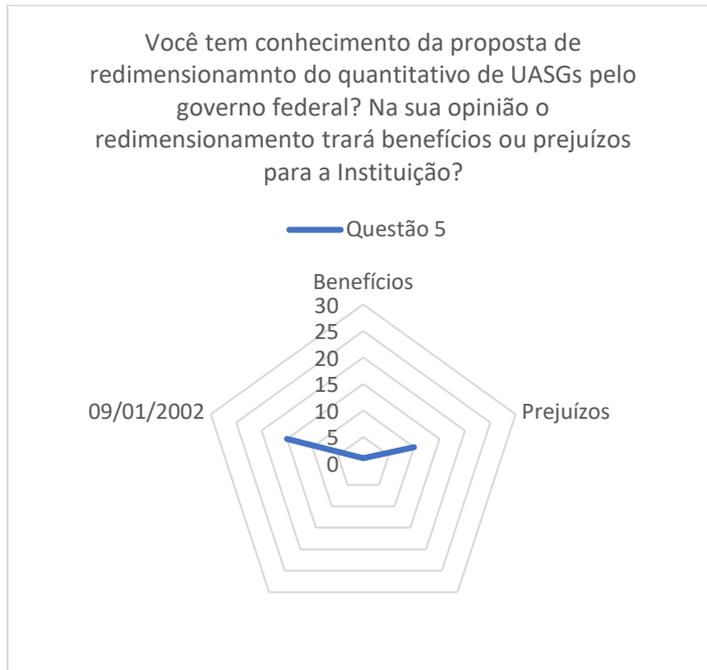


Fonte: elaboração própria (2022)

O questionamento 5 sobre a opinião dos pesquisados em relação a proposta de redimensionamento do quantitativo de UASGs proposta pelo governo federal trará benefícios ou prejuízos para a Instituição? Nos dados das entrevistas consta: “Trará benefícios”. “Embora entenda que o redimensionamento tenha por objetivo a redução de custo por concentrar a gestão financeira orçamentária, porém vejo prejuízos para as gestões dos campi” .... “Sim, tendo em vista que muitos campi foram colocados em locais não planejado e sim devido a solicitações de políticos para seu próprio benefício”. “Eu tenho conhecimento da proposta de redimensionamento, pois o assunto foi tratado em uma reunião do Colégio de Dirigentes”. “Fico muito temeroso caso realmente venha a se concretizar o plano de centralização, visto que o Campus São Cristóvão possui demandas de contratação específicas por ser a única instituição de perfil agrícola no âmbito do IFS”. “Pode inviabilizar ou dificultar o andamento das ações do Campus”. “Entendo que é possível centralizar determinadas atividades de caráter mais central, que não dependem do servidor no campus e que possuem um fluxo padrão para todos, especificamente falando da contabilidade e licitações”. “Prejuízos.”

“Prejuízos”. “Sim. Na minha opinião trará prejuízos”. “Sim. Prejuízos”. “Sim. Trará mais prejuízos do que benefícios”. As respostas a este questionamento estão representadas no gráfico abaixo, ratificando que a proposta de redimensionamento trará prejuízos para os campi do IFS.

**Gráfico 7 – Proposta de redimensionamento**

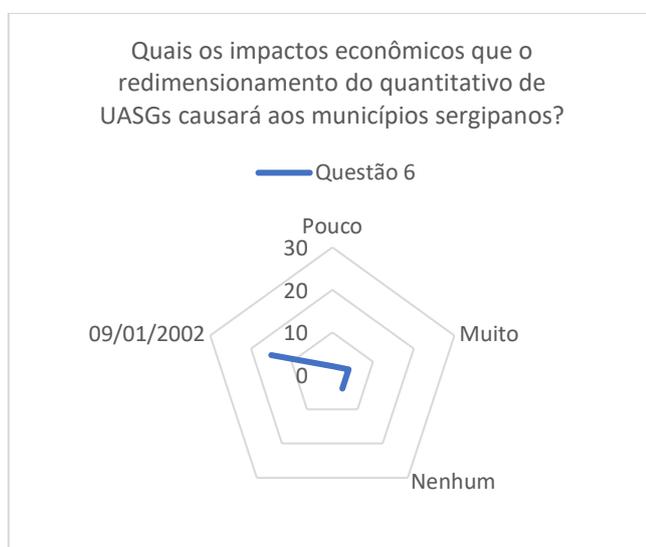


Fonte: elaboração própria (2022)

Os resultados apresentados no gráfico 08 que traz a opinião dos sujeitos em relação aos impactos econômicos que o redimensionamento do quantitativo de UASGs causará aos municípios sergipanos, observa-se as seguintes opiniões: “Acredito que nenhum, já que as compras não são feitas nas cidades onde os campi estão instalados”. “Os municípios de menor porte, ainda que territorialmente esteja o Campus, sejam prejudicados por distanciamento das decisões econômicas.” “Prejudica a economia local por menor circulação da moeda no comércio interno”. “Nenhum prejuízo”. “A princípio não vejo um prejuízo direto para os municípios, visto que os serviços continuarão a ser prestados nos campi e, conseqüentemente, o recolhimento de impostos continuará a ser feito localmente”. “Pode afetar o comércio local, sobretudo a cadeia relacionada a serviços”. “A considerar pelo campus que eu trabalho, entendo que não haverá impacto econômico...” “Falta de mão de obra qualificada na geração de empregos na comunidade local”. “Diminuição do empreendedorismo feito de forma consciente e planejada”. “Creio que nas possibilidades de

gerar empregos locais”. “Impacta nas receitas das prefeituras que deixam de arrecadar os impostos de serviços”. “Pouco impacto nos impostos municipais”. “Pouco impacto”. Evidenciou-se resultados empatados quanto aos impactos econômicos:

### Gráfico 8 – Impactos para os municípios

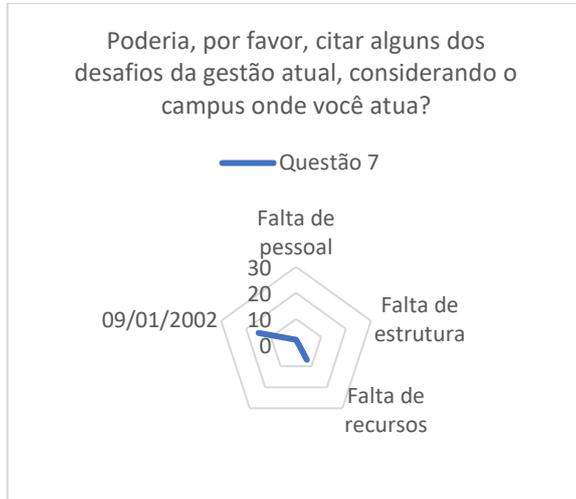


Fonte: elaboração própria (2022)

O quesito 7 questiona sobre os desafios da gestão atual, considerando o campus onde o respondente atua. As respostas rimaram com exposições do tipo: “Desafiador por aumento anualmente dos problemas e necessidades de equipar cada vez mais as condições técnicas pedagógicas e do funcionamento do Campus...”, os recursos do Governo Federal diminuem sem se quer contemplar a defasagem inflacionária...” “Adequar as rotinas dos campi aos suprimidos recursos financeiros”. “Domínio da situação política entre escola e políticos, seleção de terceirizados, matrículas e criação de cursos”. “Lidar com o baixo orçamento disponibilizado. Lidar com a baixa procura devido a pandemia e a queda de empregos”. “Contratação de professores e servidores administrativos”. “gerenciar um Campus com mais de 600 hectares, necessidades urgentes de reformas em edificações antigas, número insuficiente de trabalhadores terceirizados, dentre outros problemas ocasionados pela baixa destinação de recursos orçamentários”. “Todos os anos fazemos a projeção orçamentária em relação as demandas e, invariavelmente, esta é superior aos recursos destinados ao Campus, isso acaba afetando os serviços prestados pela instituição”. “O maior desafio hoje é lidar com a restrição orçamentária, sobretudo a de capital, que limita significativamente a estruturação das salas de aula, laboratórios e ambientes administrativos e impacta também na possibilidade de criação e expansão de cursos”. “A falta de concurso público também tem trazido impacto, dada a saída

de alguns servidores e a falta de reposição”. “Entendo também que a falta de reajuste salarial tem gerado uma desmotivação no quadro funcional da instituição”. Ver a representação no gráfico XX:

**Gráfico 9 – Desafios da gestão**



Fonte: elaboração própria (2022)

A questão 8, espaço aberto para o caso de o entrevistado desejar registrar mais alguma coisa que considera importante sobre a sua experiência com o processo da centralização das aquisições e contratações públicas e do redimensionamento do quantitativo de UASGs apresentou opiniões do tipo: “Acredito que será uma forma de agilizar os trabalhos e evitar retrabalhos”. “Por todo o exposto em minhas respostas, não sou favorável ao processo das concentrações das compras e nem tão pouco ao redimensionamento das UASGs por entender prejudicial as estruturas organizacionais administrativas das gestões dos Campi, bem como depreciar o desenvolvimento socioeconômico do município e do desenvolvimento das comunidades circunvizinhas”. “Sem comentários”. “Sem opinião”. “Não vejo que está dando certo. Há campus com particularidades específicas de difícil atendimento. Centralizar as contratações, talvez gere alguns transtornos de ordem técnica”.

#### 4.4 Análise dos resultados

Pelo exposto, pode-se concluir da pesquisa os seguintes parâmetros: em relação aos custos da educação profissional, científica e tecnológica em Sergipe, os custos para instalação e custeio das unidades administrativas de serviços gerais são vultosos, conforme as evidências apresentadas, extraídas dos relatórios de gestão do período 2015-2020, com subdivisões

categóricas de funcionamento, assistência, capacitação e bens de capital. No entanto, mesmo com a ciência de que estas contas públicas são anualmente aprovadas pelos órgãos de controle da União, cabe salientar que esta análise se restringe a apenas uma vertente das análises de custos, frente a inúmeras que devem ser consideradas para se estimar os custos de implantação e funcionamento de uma unidade administrativa. Em relação as entrevistas podem-se afirmar que os entrevistados são favoráveis ao plano de centralização das aquisições e contratações públicas. Também em comunhão de opiniões, os gestores entrevistados declaram que o plano de centralização é uma boa opção de ação governamental. Na apresentação de opiniões individualizadas há o entendimento de que o plano de centralização de aquisições e contratações públicas trará mais benefícios do que prejuízos aos municípios sergipanos. Há também a opinião em uníssono de que os campi do IFS são instrumentos de desenvolvimento nas localidades onde encontram-se instalados. Já em relação ao redimensionamento do quantitativo de UASGs, os entrevistados apontam que esta ação resultará em prejuízos para a instituição, enquanto que para os municípios, a opinião dos respondentes ficou dividida em relação aos impactos econômicos que o redimensionamento causará aos municípios sergipanos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política de expansão de base territorial que envolve a criação dos Institutos Federais desenvolve ações integradas com significância para o desenvolvimento regional e local. Para melhor situarmos esta relação, voltamo-nos para os ditames de sua Lei de criação, 11.892/2008 quando esta preconiza que a expansão da rede articule e integre o ensino, a pesquisa e a extensão, contribuindo para as potencialidades locais nas ações econômicas e produtivas. Para o desenvolvimento desta pesquisa utilizou-se a coleta de dados que se deu por meio de pesquisa bibliográfica, documental, telematizada e entrevistas. As entrevistas foram realizadas no período de dezembro/2021 e janeiro/2022, contrariando o cronograma de trabalho previamente estabelecido que já pontuava a necessidade de possível alteração, caso houvesse necessidade. Sobre os atores entrevistados, estes atuam localmente um em cada campus do IFS e têm ampla experiência construída com a vivência no dia-a-dia da instituição. Os aspectos das entrevistas retratam com fidelidade as opiniões trazidas pelos entrevistados. Todas as perguntas formuladas foram abertas com impossibilidade de exposição pessoal dos entrevistados em relação às suas percepções sobre os questionamentos apresentados. Quando se iniciou o trabalho de pesquisa constatou-se que a proposta de redimensionamento das Unidades Administrativas de Serviços Gerais apresentada pelo governo federal é assunto de alta relevância para a administração pública federal, haja vista que tal determinação culmina com o desmonte da expansão dos Institutos Federais implantada em governos anteriores

Neste contexto, a principal abordagem deste trabalho foi responder ao seguinte problema de pesquisa: quais as consequências da proposta de redimensionamento do quantitativo das UASGs inativas e do plano de centralização das contratações e aquisições públicas para o IFS? A metodologia utilizada foi suficiente para responder ao problema de pesquisa levantado no início do trabalho. A resposta baseada na pesquisa aplicada indica que o plano de centralização das aquisições e contratações públicas não impacta no funcionamento da instituição e economicamente não afetará os municípios sergipanos.

Para viabilizar alcance aos pressupostos do problema de pesquisa, foi possível elaborar objetivos gerais e específicos, conforme segue: O objetivo geral desta pesquisa foi apontar os possíveis prejuízos que o redimensionamento do quantitativo de UASG do IFS provocará aos municípios sergipanos. Constata-se que o objetivo geral foi atendido. O questionamento foi apresentado no Eixo II da pesquisa, questão (5) e a este respeito, os dados levantados atestam

que os prejuízos não são significativos, haja vista que a contribuição dos campi nos municípios, restringe-se a arrecadação de impostos sobre os serviços.

Os objetivos específicos trazidos à baila buscou analisar o papel do IFS como instrumento de desenvolvimento. O questionamento foi devidamente apresentado no Eixo II, questão (4); efetivamente a pesquisa identificou que a busca por pesquisas recentes sobre o assunto nos mostra que a política projetada para a criação dos institutos federais é sólida, faltando o reconhecimento de sua importância como instituição integradora e que fomenta a mitigação das desigualdades sociais. A este quesito, reafirma-se a importância do IFS como instrumento de desenvolvimento devidamente estratificado nas respostas da pesquisa, coincidindo com os achados de Costa, M. de S. (2016, p. 6). Em relação aos impactos econômicos que o redimensionamento do quantitativo de UASG causará aos municípios sergipanos, a pesquisa sugere que os impactos para os municípios não trazem tanta significância – Eixo II, questão (6). Dessa forma, os resultados encontrados relacionam-se aos de Faveri, Petterini e Barbosa (2018, p. 140) que buscou estimar os efeitos de curto prazo da implantação dos novos *campi* dos IFs sobre um conjunto de indicadores socioeconômicos dos municípios beneficiados. Quanto aos campi que mais contribuem em termos socioeconômicos com os municípios onde encontram-se instalados, por meio de dados de participação dos municípios no PIB sergipano, pode-se concluir através do observatório de Sergipe que Aracaju é o município que mais contribui, em termos percentuais, com a socio economia. As considerações aqui apresentadas levaram em conta análises realizadas frente a estrutura de produção dos municípios sergipanos, suas potencialidades e favorecimentos ao desenvolvimento local, trabalho e renda da população de Sergipe, quantitativo das escolas públicas nos municípios sergipanos associando o quantitativo populacional, média salarial, IDHM e PIB per capita dos municípios em relação ao Estado de Sergipe.

Na realidade, a condensação destes achados ajuda a entender o que as pesquisas anteriores têm trazido até o momento a exemplo de Leite, (2014, p. 52); Costa, (2016, p. 6) e Anjos, (2018, p. 7). Ousa-se afirmar que esta pesquisa traz uma contribuição prática que poderá nortear a alta gestão do IFS a se posicionar frente as inúmeras tentativas de desmonte do ensino público, gratuito e de qualidade em razão da proposta de redimensionamento do quantitativo de UASGs.

Importa também destacar algumas dificuldades e entraves encontrados para a realização deste trabalho, o que não se pode certificar se foi em virtude do estado pandêmico pelo qual estamos atualmente passando e que até a presente data não se tem segurança para afirmar se as atividades laborais e de ensino vão retornar a sua normalidade de carga horária ainda neste mês

de março, mas o fato é que houve algumas resistências dos pesquisados em dar retorno a pesquisa. Inicialmente preparamos as questões no formato impresso, mas como não tivemos quase nenhum retorno, apenas 02 respondentes entregaram os formulários devidamente preenchidos, tivemos que lançar nova estratégia para coleta dos dados. O alvo da pesquisa eram apenas os diretores gerais de cada campus, mas devido as barreiras encontradas, até porque estamos em um ano de política interna na instituição, não obtivemos êxito, sendo necessário a aplicação do plano B, que foi o envio on-line dos formulários. Ainda assim, houve apenas mais um retorno do questionário. Como os diretores gerais são funções da alta gestão, cujo desempenho requer toda disponibilidade à função, e por entender que a entrevista apresentada tinha todas as suas perguntas abertas, o que por certo demanda maior disponibilidade de tempo e causa maior resistência para a formulação de respostas, foi necessário dispor de um espaço de tempo além do esperado para obter o resultado almejado; além disso, devido ao curto período que se tinha disponível para submeter as respostas à análise qualitativa, foi necessário utilizar-se de terceiro recurso: inserir entre os pesquisados outros cargos de gestão como os diretores e gerentes de administração. Pela proximidade das relações de trabalho, obteve-se melhor êxito com o retorno da pesquisa, no entanto, ainda houve a necessidade do acionamento de um representante da reitoria (pró-reitor de desenvolvimento institucional) para complementar o número de pesquisados e dar melhor consistência a pesquisa.

Cabe frisar que na análise e interpretação dos dados, movida pelo desejo natural de confirmação da hipótese levantada, obteve-se um resultado que não condiz com a realidade de funcionamento das unidades de ensino do IFS. Vale também destacar que a centralização das aquisições e contratações públicas foi bem aceita por grande parte dos Institutos Federais distribuídos pelo país, no entanto, a recente experiência tem demonstrado maiores e mais complexos problemas que afetam o bom funcionamento dos campi/IFS que acumulam algumas peculiaridades que o diferencial das unidades que dispõem da oferta de ensino regular.

Por fim, foi possível realizar a análise dos dados com pouca dimensão para a temática proposta, ressaltando que com este trabalho não se pretende esgotar a discussão da expansão e quase que imediata supressão das unidades administrativas da rede EPCT e das contratações e aquisições públicas; na verdade, pela extensão da problemática sugere-se a realização de futuras pesquisas que contribuam para os esclarecimentos das ocorrências que afetam, em termos práticos, a situação econômica destas unidades de ensino, que encontram-se sob ameaça de desordenar conquistas nunca alcançadas pelo ensino público, gratuito e de qualidade que atualmente é ofertado pela rede de educação profissional, científica e tecnológica.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção: homo sacer II, I. 2.** ed. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2007. 142 p.

AMORIN, F. M. Educação e desenvolvimento. **Revista de Administração Pública**, v. 2, n. 4, p. 167-210, 1968.

ARENDT, H. **Entre o Passado e o Futuro.** Tradução: Mauro W. Barbosa, São Paulo, Perspectiva, 1972.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETO, D. J. de S., **Expectativa de vida e gastos com saúde no Brasil.** Dissertação (Mestrado em Gestão e Economia da Saúde) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA. P.53. 2020.

BECKER, Gary S. **Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to Education.** 2d ed. New York: Columbia University Press for NBER, 1975. Disponível em: <http://www.econlib.org/library/Enc/HumanCapital.html>. Acesso em 15/09/2021.

BOLAÑO, César. **O conceito de cultura em Celso Furtado.** Salvador: EDUFBA, 2015.

BRASIL. Lei n. 11.534, de 25 de outubro de 2007. Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências. Brasília, DF: Palácio do Planalto, 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/11534.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11534.htm). Acesso em: 23 mar.2021.

BRASIL. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Palácio do Planalto, 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm). Acesso em: 23 mar.2021.

BRASIL. Lei n. 3.552, de 16 de fevereiro de 1959. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. Brasília, DF: Palácio do Planalto, 1959. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/13552.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/13552.htm). Acesso em: 24 mar.2021.

BRASIL. Lei n. 8.731, de 16 de novembro de 1993. Transforma as Escolas Agrotécnicas Federais em autarquias e dá outras providências. Brasília, DF: Palácio do Planalto, 1993. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18731.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18731.htm). Acesso em: 22 mar.2021.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Palácio do Planalto, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 24 mar. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.415 de 16/ de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007. Brasília, DF: Palácio do Planalto, 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm). Acesso 24 mar.2021.

BRASIL. Lei n. 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília, DF: Palácio do Planalto, 1994. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18948.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18948.htm). Acesso em: 20 jul.2017. - 17 - Revista Vozes dos Vales – UFVJM – MG – Brasil – Nº 13 – Ano VII – 05/2018 Reg.: 120.2.095–2011 – UFVJM – QUALIS/CAPES – LATINDEIX – ISSN: 2238-6424 – [www.ufvjm.edu.br/vozes](http://www.ufvjm.edu.br/vozes).

BRASIL. Decreto-lei n. 8.621, de 10 de janeiro de 1946 - DOU DE 12/01/1946. Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/del8621.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del8621.htm). Acesso em: 23 mar.2021.

BRASIL. Projeto de Lei 3775, de 23 de julho de 2008. Projeto de Lei dos Institutos Federais de Ciência, Educação e Tecnologia. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=405479>. Acesso: 14 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, 2017. Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/par/190-secretarias-112877938/setec>. Acesso em: 25 mar.2021.

BRASIL. Ministério da Educação. SETEC. Arquivos históricos centenários. 2012. Brasília, DF. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico\\_educacao\\_profissional.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf). Acesso em: 25 mar.2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, DF. v. 2, n. 2, nov. 2009. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000013581.pdf>. Acesso em: 24 mar.2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes, 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&Itemid=30192). Acesso em: 24 mar.2021.

BRITO, José Wilson Aquino de & Gonçalves, Eduardo & Taveira, Juliana Gonçalves, 2018. "**Externalidades do mercado de trabalho e crescimento regional no Brasil (1996-2008)**," *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos (ABER), vol. 12(2), pages 261-276.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970**. 1981. 3 v. Tese (livre-docência) Instituto de Economia, Instituto de Filosofia e Ciências

Humanas, Campinas, SP. Disponível em:

<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285676>. Acesso em 19 mai. 2021.

CANO, Wilson. **Brasil: construção e desconstrução do desenvolvimento**. Texto para Discussão. Instituto de Economia/UNICAMP, Campinas, n. 304, jun. 2017

CANO, W. Brasil – construção e desconstrução do desenvolvimento. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 26, n. 2, p. 265–302, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8650933>. Acesso em: 6 nov. 2021.

CANO, W. UMA AGENDA NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO. **Revista Tempo do Mundo**, v. 2, n. 2, p. 7-39, 9 dez. 2019.

CARDOSO, FERNANDA. **Nove Clássicos do Desenvolvimento Econômico**/Fernanda Cardoso. – 1.ed. – Jundiaí [SP]: Paco, 2019.

CARDOSO, Fernando Henrique. Os regimes autoritários na América latina. In: COLLIER, David (Org.). **O novo autoritarismo na América latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. cap. 2, p. 41-62.

CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octávio. **Homem e sociedade: leituras básicas de sociologia geral**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

CASTORIADIS, Cornelius. **Sujeito e Verdade no Mundo Social e Histórico**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H.; MACIEL, M. L. (Comp.). **Systems of innovation and development: Evidence from Brazil**. Cheltenham, RU: Edward Elgar, 2003.

CIAVATTA, M. UNIVERSIDADE, PECADO NATIVO. **Revista Trabalho Necessário**, v. 1, n. 1, 25 fev. 2003.

CIAVATTA, M. O ENSINO INTEGRADO, A POLITECNIA E A EDUCAÇÃO OMNILATERAL. POR QUE LUTAMOS? / The integrated education, the polytechnic and the omnilateral education. Why do we fight? **Trabalho & Educação**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 187–205, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em: 28 jun. 2021.

COMPRASNET. **Portal de compras do Governo Federal**. Gerenciado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em: < <http://www.comprasnet.gov.br/>>. FONSECA, Celso Suckow. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.

CRUZ, V. M. DE A. C.; JORGE, C. M.; SILVA F. F. DA.; A educação profissional no Brasil frente às políticas públicas. **Revista Cesumar Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, v.19, n.1, p. 29-63, jan./jun. 2014 - ISSN 1516-2664.

COSTA, M. de S. **Expansão do Instituto Federal de Sergipe: uma análise sobre resultados alcançados na fase II.** São Cristóvão. Dissertação (mestrado Profissional em Administração Pública) – Universidade Federal de Sergipe, 2016.

DA SILVA, C. M.; KRONEMBERGER, G. A.; BORGES, R. DOS S. A EDUCAÇÃO PÚBLICA SOB FOGO CRUZADO: CONVERSA COM GAUDÊNCIO FRIGOTTO. **Revista Trabalho Necessário**, v. 18, n. 36, p. 256-278, 22 maio 2020.

DE OLIVEIRA, R. A teoria do capital humano e a educação profissional brasileira. **Boletim Técnico do Senac**, v. 27, n. 1, p. 26-37, 2 abr. 2001.

DIAS, TEIXEIRA e ZAMPROGNO. **Revista Eletrônica Gestão e Serviços** v.7, n. 2, pp. 1692-1714, julho/dezembro 2016. ISSN Online: 2177-7284 e-mail: [regs@metodista.br](mailto:regs@metodista.br). São Paulo. Portal Metodista de Periódicos, Científico e Acadêmico.

DOMÍNGUEZ, M.<sup>a</sup> A.S. La política regional en el primer franquismo, los Planes Provinciales de ordenación económica y social. **Revista de História Industrial**, 16, 1999: 91-114. Em tese, Florianópolis, v. 18, n.01, p. 324-354, jan/jun., 2021. Univ. Federal de Santa Catarina. ISSN 1806-5023 DOI: [https://doi.org/10.5007/1806-5023.2021\\_e\\_74269](https://doi.org/10.5007/1806-5023.2021_e_74269).

ESPERIDIÃO, F., MATOS, E. N. E., SANTOS, W. **Desconcentração produtiva regional, políticas estaduais de desenvolvimento industrial e sua interiorização: o caso de Sergipe.** Relatório Técnico Final de Pesquisa. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2013.

FAVERI, D. B. de; PETTERINI, F. C.; BARBOSA, M. P. UMA AVALIAÇÃO DO IMPACTO DA POLÍTICA DE EXPANSÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS NAS ECONOMIAS DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. **Planejamento e Políticas Públicas**, [S. l.], n. 50, 2021. Disponível em: [//www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/742](http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/742). Acesso em: 29 jun. 2021.

FONTES, R.; et al. **Economia: um enfoque básico.** São Paulo: Editora Atlas, 2010.

FRIGOTTO. **Revista Trabalho Necessário**, v. 18, n. 36, p. 256-278, 22 maio 2020.

FURTADO, C. Formação de Capital e Desenvolvimento Econômico. **Revista Brasileira de Economia**, dezembro, 1951.

FURTADO, C. **Ensaio sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas.** Rio de Janeiro: 1957. Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2008.

GARCIA, A. de C. et al. **Revista Vozes dos Vales da UFVJM: Publicações Acadêmicas – MG – Brasil – Nº 13 – Ano VII – 05/2018** Reg.: 120.2.095–2011 – PROEXC/UFVJM – ISSN: 2238-6424. Qualis-Capes-Latindex – [www.ufvjm.edu.br/vozes](http://www.ufvjm.edu.br/vozes)

GARCIA, S. R. O. O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil. In: **Trabalho e Crítica - anuário do GT Trabalho e Educação da ANPED.** São Leopoldo: Unisinos, 2000. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IFPR). Dados históricos. Disponível em: Acesso em: 24 mar 2021.

GARCIA, Sandra Regina de oliveira. “O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil”. In: **Trabalho e Crítica**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2000.

GAUDÊNCIO FRIGOTTO; MARIA CIAVATTA; MARISE RAMOS. A Política de Educação Profissional no Governo Lula: Um Percurso Histórico Controvertido. **Educ. Soc., Campinas**, vol. 26, n. 92, p. 1087-1113, Especial - Out. 2005 1087 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. **Finanças públicas**: teoria e prática no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

GOMES, ANA SUELEN TOSSIGE; MATOS, ANDITYAS SOARES DE MOURA COSTA. **Rev. Direito e Práx.**, Rio de Janeiro, Vol. 08, N.3, 2017, p. 1760-1787 DOI: 10.1590/2179-8966/2017/21373| ISSN: 2179-8966

HANSEN, Dean Lee (2001) Espaço Local e os Novos Processos do Desenvolvimento Econômico, In: Nilton Pedro da Silva e Dean Lee Hansen (Orgs.) **Economia Regional e Outros Ensaios**. Aracaju: Editora Universidade Federal de Sergipe.

HANSEN, Dean Lee (2021) Educação e Desenvolvimento Local, In: Dean Lee Hansen. **Economia Regional e Outros Ensaios**. Aracaju: Editora Universidade Federal de Sergipe.

JORGE, M. A., MENESES, N. S., OLIVEIRA, M. M. S., SANTOS, F. Medindo o desenvolvimento socioeconômico dos municípios sergipanos através de três índices diferenciados. **Revista Econômica do Nordeste**, v.45, n.1, 2014.

JORGE, M. A.; FREI, F.; SALES, J. M. S.; LIMA, B. M. CÁLCULO E IMPLEMENTAÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO MUNICIPAL (IDGM) NO MUNICÍPIO DE ITABAIANA/SE. **Planejamento e Políticas Públicas**, [S. l.], n. 34, 2021. Disponível em: [//www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/166](http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/166). Acesso em: 7 jun. 2021.

KUENZER, Acácia Zeneida **Educação e trabalho no Brasil**: o estado da questão / Acácia Zeneida Kuenzer. — 2. impressão. — Brasília: INEP; Santiago: REDUC, 1991. 125 p.; 29,7 x 21,0 cm.

KUNZE, Nádía Cuiabano. **A Escola de Aprendizizes Artífices de Mato Grosso (1909-1942)**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) -Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2005.

KUNZE, Nádía Cuibano. O Surgimento da Rede Federal de Educação Profissional nos Primórdios do Regime Republicano Brasileiro. **Revista Bras. de Ed. Prof. e Tecnológica**. Florianópolis, v. 13, n. 01, p. 19-210, jan./jun. 2012. (artigo em periódico)

LEWIS, W. Arthur. O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra. In:

MACHADO, Lucília R. S. Mudanças tecnológicas e a educação da classe trabalhadora. In: CBE Conferência Brasileira de Educação. **Trabalho e educação**. Campinas: Papyrus, 1992. p. 9-23.

MANFREDI, Silvia. Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARINI, Marcos Junior; SILVA, Christian Luiz da. Desenvolvimento Regional e Arranjos Produtivos Locais: uma abordagem sob a ótica interdisciplinar. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S.l.], v. 8, n. 2, jun. 2012. ISSN 1809-239X. Disponível em: <<https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/669>>. Acesso em: 25 maio 2021.

MARSHAL. A. **Princípios de Economia**. Tradução Luiz João Baraúna, São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARSCHALL, A.; **Principles of Economics** (8th ed.) [1890]; The Online Library of Liberty - A Project of Liberty Fund, Inc. Site: [http://files.libertyfund.org/files/1676/Marshall\\_0197\\_EBk\\_v6.0.pdf](http://files.libertyfund.org/files/1676/Marshall_0197_EBk_v6.0.pdf)

MEDEIROS, Lílian Gobbi Dutra; ALBERTO, Márcia de Souza Oliveira Paes Leme; SANTIAGO, Léia Adriana da Silva. ESTADO DA ARTE: A Integração Curricular no Ensino Médio Integrado dos Institutos Federais. **Revista Contexto e Educação**. Editora Unijuí/RS • ISSN 2179-1309 • Ano 35 • nº 112 • set./dez. 2020 P. 29-44 <http://dx.doi.org/10.21527/2179-1309.2020.112.29-44>

MELO, R. O. L., SUBRINHO, J. M. P., FEITOSA, C. O. Indústria e desenvolvimento em Sergipe. In: MELO, R. O. L. **Economia Sergipana Contemporânea (1970/2010)**. Aracaju: Editora Diário Oficial, Editora UFS, 2012

MINCER, J.; Investment in Human Capital and Personal Income Distribution. **Journal of Political Economy**, 1958.

MONTEIRO NETO A. **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**, 2 / Aristides Monteiro Neto (Organizador); Carlos Antônio Brandão ... [et al.]. - Rio de Janeiro: Ipea, 2020. 352p.: il., gráficos., mapas color.

MUÑOZ, ALEJANDRO MUÑOZ, PINTO, FÁBIO DE ALMEIDA; NASCIMENTO, CAROLINA GOMES (organizadores). **Plano de desenvolvimento regional do estado de Sergipe**. Editora IABS, Brasília-DF, Brasil - 2017.

NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. **O Patronato Agrícola São Maurício: Célula Mater do Ensino Agrícola Federal em Sergipe (1924-1934)**. Aracaju: IFS, 2019.

NIQUITO, T. W.; RIBEIRO, F. G.; PORTUGAL, M. S. IMPACTO DA CRIAÇÃO DAS NOVAS UNIVERSIDADES FEDERAIS SOBRE AS ECONOMIAS LOCAIS. **Planejamento e Políticas Públicas**, [S. l.], n. 51, 2021. Disponível em: [//www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/839](http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/839). Acesso em: 6 jun. 2021.

NOSELLA, Paolo. Ensino médio: em busca do princípio pedagógico. **Educação & Sociedade** [online]. 2011, v. 32, n. 117 [Acessado 18 junho 2021], pp. 1051-1066. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-73302011000400009>>. Epub 03 Fev 2012. ISSN 1678-4626. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302011000400009>.

NOSELLA, Paolo. GOMES, Jarbas Maurício. Ensino Médio e Educação Profissionalizante. **Revista Binacional Brasil Argentina**. Vitória da Conquista/BA. V.5, nº 1 e 2, p. 009 a 026. Julho/2016.

NOSELLA, P. Trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores: para além da formação politécnica. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, 2007. ISSN 14132478. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/26463368\\_Trabalho\\_e\\_perspectivas\\_de\\_formacao\\_dos\\_trabalhadores\\_para\\_além\\_da\\_formação\\_politécnica](https://www.researchgate.net/publication/26463368_Trabalho_e_perspectivas_de_formacao_dos_trabalhadores_para_além_da_formação_politécnica). Acesso em 28.06.2021.

OECD (2008), *Panorama da educação 2008: Indicadores OCDE* (Summary), OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/eag-2008-sum-pt>.

OECD (2009), *Education at a Glance 2009: OECD Indicators* (Summary in Portuguese), OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/eag-2009-sum-pt>.

OECD (2010), *Education at a Glance 2010: OECD Indicators* (Summary in Portuguese), OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/eag-2010-sum-pt>.

OECD (2011), *Education at a Glance 2011: OECD Indicators* (Summary in Portuguese), OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/eag-2011-sum-pt>.

OECD (2012), *Education at a Glance 2012: OECD Indicators* (Summary in Portuguese), OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/eag-2012-sum-pt>.

OECD (2013), *Education at a Glance 2013: OECD Indicators* (Summary in Portuguese), OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/eag-2013-sum-pt>.

OECD (2014), *Education at a Glance 2014: OECD Indicators* (Summary in Portuguese), OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/eag-2014-sum-pt>.

OECD (2015), *Education at a Glance 2015: OECD Indicators* (Summary in Portuguese), OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/eag-2015-sum-pt>.

OECD (2016), *Education at a Glance 2016: OECD Indicators* (Summary in Portuguese), OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/eag-2016-sum-pt>.

OECD (2017), *Education at a Glance 2017: OECD Indicators* (Summary in Portuguese), OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/eag-2017-sum-pt>.

OECD (2018), *Education at a Glance 2018: OECD Indicators* (Summary in Portuguese), OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/eag-2018-sum-pt>.

OECD (2019), *Education at a Glance 2019: OECD Indicators* (Summary in Portuguese), OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/eag-2019-sum-pt>.

OECD (2020), *Education at a Glance 2020: OECD Indicators* (Summary in Portuguese), OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/eag-2020-sum-pt>.

OLIVEIRA, Michele Santos e HANSEN, Dean Lee, Universidade Federal de Sergipe – UFS, Brasil. V.7, n. 9 (2011); september/setembro 2011- Artigos. **Políticas Públicas e Desenvolvimento**: o Papel do Núcleo de Arranjos Produtivos Locais de Sergipe.

OLIVEIRA, G. B. **Rev FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2. P. 37-48. Mai/ago2002 Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento.

PACHECO, E. Institutos federais: uma revolução na educação tecnológica. São Paulo: Moderna, 2011. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica** / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. (2009). Brasília: MEC, SETEC, 2009.

PEREIRA, Luiz Augusto Caldas. **A rede Federal de Educação Profissional e o desenvolvimento local**. – 2003. Dissertação de Mestrado.

PEREIRA, Antônio. O educador social e suas competências de atuação profissional: um trabalhador da Educação pela LDBEN n.º 9.394/96. **Debates em Educação**, Maceió, v. 11, n. 23, p. 311-332, abr. 2019. ISSN 2175-6600. Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/5466>>. Acesso em: 07 maio 2021. doi: <https://doi.org/10.28998/2175-6600.2019v11n23p311-332>.

PEREIRA, Luiz Augusto Caldas; DA CRUZ, José Luis Vianna. OS INSTITUTOS FEDERAIS E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: INTERFACE POSSÍVEL. **HOLOS**, [S.l.], v. 4, p. 1-18, dez. 2019. ISSN 1807-1600. Disponível em: <<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/7992>>. Acesso em: 14 set. 2021. doi:<https://doi.org/10.15628/holos.2019.7992>.

PEDRAZA, N. A. El clima y la satisfacción laboral del capital humano: factores diferenciados en organizaciones públicas y privadas. **Innovar**, [S. l.], v. 30, n. 76, p. 9-24, 2020. DOI: 10.15446/innovar. v30n76.85191. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/innovar/article/view/85191>. Acesso em: 15 set. 2021.

RAMOS, Marise Nogueira. POLÍTICAS E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: onde estamos, como chegamos e para onde vamos? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 26, n. 4, out./dez. 2019.

ROCHA, R. M. Controle Interno: Avaliação Da Estrutura Do Sistema De Controle Interno Do Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia Do Norte De Minas Gerais – IFNMG. Salvador. Universidade Federal da Bahia Escola de Administração Núcleo de Pós-Graduação em Administração – NPGA Mestrado Profissional Em Administração – MPA, 2017

ROSENSTEIN-RODAN, P. N. Problemas de industrialização da Europa Oriental e Sul-Oriental. In: AGARWALA A. N. e SING S. P. A economia do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora Forense 1969.

ROMER, Paul M., 1990. "**Human capital and growth: Theory and evidence**," Carnegie-Rochester Conference Series on Public Policy, Elsevier, vol. 32(1), pages 251-286, January.

SAVIANI, Dermeval, 1944 - **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações/Dermeval Saviani-11.ed.rev. — Campinas, SP: Autores Associados, 2011. — (Coleção educação contemporânea).

SAVIANI, Dermeval, 1944 – **Escola e Democracia**/Dermeval Saviani-11.ed.rev. — Campinas, SP: Autores Associados, 2012. — (Coleção polêmicas do nosso tempo; 5).  
SCALON, Maria Celi. Mobilidade Social no Brasil: padrões e tendências/Maria Celi Scalon – Rio de Janeiro: Revan; JUPERJ-UCAM, 1999 – 192p.

SCHULTZ, T. W. **O valor econômico da educação**. Trad. de P.S. Werneck. Rev. Técnica de C.A. Pajuaba. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SERGIPE- se.gov.br. Agência de Notícias do Governo de Sergipe. *Centros profissionalizantes priorizam vocação econômica da região. Comitiva governamental visita canteiro de obras do centro de Umbaúba*. Umbaúba/SE.11.04. SÍLVIO OLIVEIRA, 2016. Disponível em: [Sergipe \(www.se.gov.br\)](http://www.se.gov.br) . Acesso em: 31.03.2021.

SERGIPE- se.gov.br. Agência de Notícias do Governo de Sergipe. *Ciência e sabedoria popular criam projetos que geram renda em povoados de Brejo Grande*. Brejo Grande/SE.04.11. SÍLVIO OLIVEIRA, 2016. Disponível em: [Sergipe \(www.se.gov.br\)](http://www.se.gov.br) . Acesso em: 31.03.2021.

SILVA, Caetana Juracy Resende (Org.). Institutos Federais lei 11.892, de 29/11/2008: comentários e reflexões. Brasília: IFRN, 2009. Disponível em: Acesso em: 24 mar.2021.

SILVA, LEONARDO THOMPSON DA. **A dinâmica geográfica da expansão dos institutos federais no estado da Bahia: regionalizações e reordenamento'** 27/12/2018 161 f. Doutorado em GEOGRAFIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária: Instituto de Geociências da UFBA

SILVA, R. de O.; MARQUES, M. D. Neoliberalismo e desenvolvimento regional: obstáculos da política regional no Brasil. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, [S. l.], v. 10, p. 348–369, 2020. DOI: 10.24302/drd.v10i0.2686. Disponível em: <http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/2686>. Acesso em: 19 maio. 2021.

SILVA, Francislene Rosas da et al. TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: DAS ESCOLAS DE APRENDIZES ARTÍFICES AOS INSTITUTOS FEDERAIS E OS DESAFIOS DO ENSINO VERTICALIZADO. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 2, n. 19, p. e9769, jun. 2020. ISSN 2447-1801. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/9769>>. Acesso em: 15 maio 2021. doi:<https://doi.org/10.15628/rbept.2020.9769>.

SILVA, L. T. **A dinâmica geográfica da expansão dos Institutos Federais no Estado da Bahia**: Regionalizações e reordenamento. Salvador. TESE. UFBA, 2019.

SOARES, E. J.; **Capital humano e desenvolvimento regional**: o papel dos institutos federais para a qualificação profissional nos territórios da cidadania em Santa Catarina no período 2008- 2018. Dissertação. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Repositório UTFPR.

SOUZA, M. S. P. S. Souza, « Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como vetores de desenvolvimento no estado do Rio de Janeiro: a perspectiva de gestores de

unidades », **Espaço e Economia** [Online], 14 | 2019, consultado 19 fevereiro 2022. URL: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/5757>; DOI: 10.4000/espacoeconomia.5757

SOUZA, Antônia de Abreu; NUNES, Claudio Ricardo Gomes de Lima; OLIVEIRA Elenice Gomes de. **Políticas públicas para a educação profissional e tecnológica no Brasil**.

Fortaleza: Edições UFC, 2011.

TAVARES, Denísia Araújo Chagas. **Gestão pública de resíduos sólidos da construção civil em Aracaju: um desafio ambiental/Dissertação**. São Cristóvão, 2007.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE. Portal da Transparência. Sergipe. Disponível em: <http://www.tce.se.gov.br>. Acesso em 22/05/2021.

TURMENA, Leandro; NEVES de AZEVEDO, Mário Luiz. A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: os Institutos Federais em questão. **Revista Diálogo Educacional**, vol. 17, núm. 54, DOI: 2017, pp. 1067-1084 Pontifícia Universidade Católica do Paraná - Paraná, Brasil.

WEBER, Max. Classe, estamento, partido. In: **Ensaio de sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, c1982. 530 p. (Biblioteca de Ciências Sociais) ISBN: 8521613210

WEBER, Max: **Essays in Sociology** (Translated, Edited and with an Introduction by H.H. Gerth and C. Wright Mills) Publicado em 1946 pela Oxford University Press, Inc. Traduzido da sexta impressão (Galaxy Book), 1963. Copyright © Oxford University Press, Inc., 1946. Edições brasileiras: 1967, 1971, 1974, 1979

## ANEXOS

## ANEXO A – Organograma do Instituto Federal de Sergipe - IFS



**ANEXO B** – Decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909, cria nos Estados brasileiros as Escolas de Aprendizes Artífices.

### **DECRETO Nº 7.566, DE 23 DE SETEMBRO DE 1909**

*Créa nas capitães dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primario e gratuito*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em execução da lei n. 1.606, de 29 de dezembro de 1906:

Considerando:

que o augmento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletarias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da lueta pela existencia:

que para isso se torna necessario, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensavel preparo tecnico e intelectual, como faze-los adquirir habitos de trabalho proficuo, que os afastara da ociosidade ignorante, escola do vicio e do crime;

que é um dos primeiros deveres do Governo da Republica formar codadões uteis à Nação:

Decreta:

Art. 1º. Em cada uma das capitães dos Estados da Republica o Governo Federal manterá, por intermedio do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, uma Escola de Aprendizes Artífices, destinada ao ensino profissional primario gratuito.

Parapho unico. Estas escolas serão installadas em edificios pertencentes à União, existentes e disponiveis nos Estados, ou em outros que pelos governos locais forem cedidos permanentemente para o mesmo fim.

Art. 2º. Nas Escolas de Aprendizes Artífices, custeadas pela União, se procurará formar operarios e contra-mestres, ministrando-se o ensino pratico e os conhecimentos technicos necessarios aos menores que pretendem aprender um officio, havendo para isso até o numero de cinco officinas de trabalho mnual ou mecanico que forem mais convenientes e necessarias no Estado em que funcionar a escola, consultadas, quanto possivel, as especialidades das industrias locais.

Paragrapho unico. Estas officinas e outras, a juizo do Governo, ir-se-hão installando à medida que a capacidade do predio-escolar, o numero de alumnos e demais circumstancias o permittirem.

Art. 3º. O curso de officinas durará o tempo que for marcado no respectivo programa, aprovado pelo ministro, sendo o regimen da escola do externato, funcionando das 10 horas da manhã às 4 horas da tarde.

Art. 4º. Cada escola terá um director, um escripturario, tantos mestres de officinas quantos sejam necessarios e um porteiro continuo.

§ 1º. O director será nomeado por decreto e vencerá 4:800\$ annuaes.

§ 2º. O escripturario e o porteiro-continuo serão nomeados por portaria do ministro, vencendo o primeiro 3:000\$ e o ultimo 1.800\$ annuaes.

§ 3º. Os mestres de officinas serão contractados por tempo não excedente a quatro annos, vencendo 200\$ mensaes além da quota a que se refere o art. 11 do presente decreto.

Art. 5º. As Escolas de Aprendizizes Artifices receberão tantos educandos quantos comporte o respectivo predio.

Art. 6º. Serão admitidos os individuos que o requererem dentro do prazo marcado para a matricula e que possuirem as seguintes requisitos, preferidos os desfavorecidos da fortuna:

a) idade de 10 annos no minimo e de 13 annos no maximo;

b) não soffrer o candidato molestia infecto-contagiosa, nem ter defeitos que o impossibilitem para o aprendizado do officio.

§ 1º. A prova desses requisitos se fará por meio de certidão ou attestado passador por autoridade competente.

§ 2º. A prova de ser o condidato destituido de recursos será feita por attestação de pessoas idoneas, a juizo do director, que poderá dispensal-a quando conhecer pessoalmente as condições de requerente à matricula.

Art. 7º. A cada requerente será apenas facultada a aprendizagem de um só officito, consultada a respectiva aptidão e inclinação.

Art. 8º. Haverá em cada Escola de Aprendizizes Artifices dous cursos nocturnos: primario, obrigatorio para os alumnos que não souberem ler, escrever e contar, e outro de desenho, tambem obrigatorio, para os alumnos que carecerem dessa disciplina para o exercicio satisfactorio do officio que aprenderem.

Art. 9º. Os cursos nocturnos, primario e de desenho ficarão a cargo do director da escola.

Art. 10. Constituirá renda da escola o producto dos artefactos que sahirem de suas officinas.

§ 1º. Esta renda será arrecadada pelo director da escola, que com ella satisfará a compra de materiais necessarios para os trabalhos das officinas.

§ 2º. Semestralmente o director dará balanço na receita e despeza das officinas e recolherá o saldo à Caixa Economica ou Collectoria Federal, para o destino consignado no artigo seguinte.

Art. 11. A renda liquida de cada officina será repartida em 15 quotas iguaes, das quaes uma pertencerá ao director, quatro ao respectivo mestre e 10 serão distribuidas por todos os alumnos da officina, em premios, conforme o grão de adeantamento de cada um e respectiva aptidão.

Art. 12. Haverá annualmente uma exposição dos artefactos das officinas da escola, para o julgamento do grão de adeantamento dos alumnos e distribuição dos premios aos mesmos.

Art. 13. A comissão julgadora para a distribuição dos premios a que se referem os arts. 11 e 12 será formada pelo director da escola, o mestre da respectiva officina e o inspector agricola do districto.

Art. 14. No regimento interno das escolas, que será opportunamente expedido pelo ministro, serão estabelecidas as attribuições e deveres dos empregados, as disposições referentes à administração da escola das officinas e outras necessarias para seu regular funcionamento.

Art. 15. Os programmas para os cursos serão formulados pelo respectivo director, de accordo com os mestres das officinas, e submetidos à approvação do ministro.

Art. 16. As Escolas de Aprendizes Artifices fundadas e custeadas pelos Estados, Municipalidades ou associações particulares, modeladas pelo typo das de que trata o presente decreto, poderão gozar de subvenção da União, marcada pelo ministro, tendo em vista a verba que fôr consignada para esse effeito no orçamento do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio.

Art. 17. Aos inspectores agricolas compete, dentro dos respectivos districtos, a fiscalização das Escolas de Aprendizizes Artifices custeadas ou subvencionadas pela União.

Art. 18. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1909, 88º da Independencia e 21º da Republica.

Nilo Peçanha  
*A. Candido Rodrigues*

## ANEXO C – Portaria que determina o redimensionamento de UASGs

23293/2021 Portaria Nº 13.623, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019 - Portaria Nº 13.623, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019 - DIUJ - Imprensa Nacional

**DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**  
Publicado em: 12/12/2019 | Edição: 240 | Seção: 1 | Página: 47  
Órgão: Ministério da Economia/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Gestão

**PORTARIA Nº 13.623, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019**

Estabelece diretrizes para redimensionamento do quantitativo de Unidades Administrativas de Serviços Gerais - Uasg, pelos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 127, inciso VII, do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e o art. 9º do Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, resolve:

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º Esta Portaria estabelece diretrizes para o redimensionamento do quantitativo de Unidades Administrativas de Serviços Gerais - Uasg, pelos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

Art. 2º Os órgãos e entidades deverão realizar o redimensionamento do quantitativo de suas Uasg, por Estado ou Distrito Federal, visando à centralização de contratações entre as unidades administrativas que estão na sua esfera de atuação.

Parágrafo único. Ficam estabelecidos os seguintes parâmetros mínimos para o redimensionamento das Uasg de que trata o caput, nos casos em que o quantitativo de Uasg existente no momento de publicação desta Portaria for superior a uma Uasg por órgão ou entidade no respectivo Estado ou Distrito Federal:

- I - Redução de 50% das Uasg, até 30 de junho de 2020;
- II - Redução de 20% das Uasg remanescentes, até 31 de março de 2021; e
- III - Redução de 20% das Uasg remanescentes, até 31 de março de 2022.

**CAPÍTULO II**  
**CENTRALIZAÇÃO DE CONTRATAÇÕES**

Plano de Centralização de Contratações Públicas

Art. 3º Para o cumprimento do disposto no art. 2º, os órgãos e entidades deverão elaborar, no prazo de cento e vinte dias, a contar da data de publicação desta Portaria, o Plano de Centralização de Contratações Públicas, que conterá, no mínimo:

- I - diagnóstico dos Planos Anuais de Contratação das Uasg sob a esfera de atuação dos órgãos ou entidades, contemplando as possibilidades de agregação de bens e serviços de objetos de mesma natureza e identificando indícios de sobreposição e duplicidade de atividades nas unidades administrativas;
- II - com base no diagnóstico de que trata o inciso I, apresentar a relação de Uasg passíveis de inativação, e as medidas em termos de eventual realocação de recursos de pessoal a serem tomadas em prol da centralização de que trata o caput; e
- III - análise de viabilidade da centralização das contratações públicas, apresentando os impactos sobre a manutenção da continuidade do atendimento às demandas de bens e de serviços.

<https://www.planalto.gov.br/ccivil/02/2019/12/20191210st0013.htm>

12

Parágrafo único. Os Planos de Centralização de Contratações Públicas que não cumprirem os parâmetros mínimos fixados no art. 2º deverão conter as justificativas para o não cumprimento e ser encaminhados à Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, para análise e aprovação.

Art. 4º Os órgãos e entidades que não observarem o disposto nesta Portaria terão as Uasg inativadas, após a análise, pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, sobre eventuais impactos sobre licitações em andamento.

### CAPÍTULO III

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

##### Orientações gerais

Art. 5º Os casos omissos decorrentes da aplicação desta Portaria serão dirimidos pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

##### Vigência

Art. 6 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**CRISTIANO ROCHA HECKERT**

*Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.*

**ANEXO D – Constituição de Comissão para estudo de viabilidade do redimensionamento**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**

**PORTARIA Nº 816, DE 06 DE MARÇO DE 2020**

**A REITORA DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE**, nomeada pelo Decreto de 03/10/2018, publicado no DOU de 04 subsequente, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 11.892/2008, e considerando o memorando 07/2020/PRODIN,

**RESOLVE:**

Art. 1º Instituir, no âmbito do IFS, estudo visando estabelecer diretrizes para redimensionamento do quantitativo de Unidades Administrativas de Serviços Gerais – UASG.

Art. 2º Constituir comissão específica para proceder aos trabalhos de análise quanto a viabilidade de realizar o redimensionamento do quantitativo de Unidades Administrativas de Serviços Gerais – UASG, conforme estabelecido na Portaria n.º 13.623, de 10 de dezembro de 2019, com a seguinte composição:

- Ider de Santana Santos, matrícula SIAPE 1111970 (Presidente);
- Carla Patrícia de Araújo Carvalho, matrícula SIAPE 1155458;
- Celso Tavares dos Santos, matrícula SIAPE 279144;
- Paulo Rege Santos Matos, matrícula SIAPE 1842964;
- Diego Rodrigues da Silva Santos, matrícula SIAPE 1511390.

Art. 3º A comissão terá as seguintes atribuições e prazos:

- Elaborar o Plano de Centralização de Contratações Públicas até o dia 07 de abril de 2020;
- Apresentar estudo para redimensionamento do quantitativo de Unidades Administrativas de Serviços Gerais – UASG no âmbito do IFS até o dia 07 de abril de 2020.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

RUTH SALES GAMA DE ANDRADE

## ANEXO E - Relatório da Comissão designada para avaliar a possibilidade de redimensionamento das Unidades Administrativas de Serviços Gerais – UASGs.

 <b>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</b> SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO	 <b>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</b> SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
 <b>PROAD</b> Pró-reitoria de Administração	
<h1>Plano de Centralização das Contratações</h1>	<p>Aracaju, junho/2020</p>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe Av. Jorge Amado, 1551, Loteamento Garcia Bairro Jardim, Aracaju - SE. CEP 49.025-330   Tel.: (79) 3711-1415 www.if.edu.br   proad@if.edu.br	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe Av. Jorge Amado, 1551, Loteamento Garcia Bairro Jardim, Aracaju - SE. CEP 49.025-330   Tel.: (79) 3711-1415 www.if.edu.br   proad@if.edu.br

### 1 Introdução

A Portaria Nº 13.623, de 10 de dezembro de 2019, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo digital do Ministério da Economia, estabelece diretrizes para o redimensionamento do quantitativo de Unidades Administrativas de Serviços Gerais – UASGs e a apresentação do Plano de Centralização de Contratações Públicas, pelos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

O Instituto Federal de Sergipe, em seu atual modelo de planejamento de aquisições e contratações, realiza ações para a racionalização das aquisições, unindo demandas comuns e evitando múltiplos processos através de planejamentos anuais com compras compartilhadas.

Na próxima seção será detalhado o modelo atual de Planejamento de Aquisições e Contratações, bem como o diagnóstico dos Planos Anuais de Contratações das UASGs da Instituição. Após isso, nas seções 3 e 4, serão verificadas as relações de UASGs passíveis de inativação e a análise de viabilidade do Plano.

### 2 Diagnóstico dos Planos Anuais de Contratação

Inicialmente, informamos que o Instituto Federal de Sergipe utiliza de uma metodologia de planejamento de aquisições e contratações compartilhadas, na qual as aquisições são racionalizadas, de forma a unir as demandas comuns das Unidades e evitar a multiplicidade de processos com o mesmo objeto de contratação.

Essa formatação de planejamento, propicia economia na quantidade de licitações a serem realizadas, resultando num planejamento anual de aquisições eficiente, realizado de maneira compartilhada entre as Unidades.

Atualmente, nossos procedimentos licitatórios são iniciados a partir de um fluxo de planejamento, cujo primeiro passo é a definição de quais tipos de aquisições serão trabalhadas no ano. A partir dessa definição, realiza-se o processo de padronização das especificações dos itens para cada licitação, tendo a participação de todas as nossas unidades (UASG). Com a conclusão desta etapa, cada unidade efetua o levantamento interno das demandas, sendo estas encaminhadas ao Departamento de Licitações e Contratos (DELC). Neste, as demandas são unificadas em uma planilha, onde é dado conhecimento a todas as UASG, na sequência ocorre a divisão das licitações por UASG, onde cada unidade fica responsável em abrir um único processo que receberá as demandas das outras unidades, referente a este mesmo objeto, o qual terá as informações necessárias para execução da licitação, estando essa sob a responsabilidade gerencial da unidade (UASG) que foi determinada pela DELC em reunião conjunta.

Desse modo, conseguimos dividir nossas necessidades de aquisições (licitações) de acordo com a capacidade de cada unidade (UASG) em relação ao quantitativo de servidores (pregoeiros). Os processos são feitos de forma planejada e preservamos a economia de escala em todos os nossos procedimentos. Uma vez que, cada campus adquire o conhecimento prévio dos produtos ou serviços que serão licitados, os quais estarão sob a responsabilidade da sua equipe de servidores. Isso, em função da base estabelecida por meio do planejamento anual e da padronização de especificações entre todas as UASG, gerando por conseguinte a economia de escala que é objeto da Portaria nº 13.623/2019.

O supracitado compartilhamento dos processos licitatórios ocorre ainda em função da Reitoria e dos *campi* possuírem quantitativo de cargos atrelados a Portaria nº 246 do Ministério da Educação, de 15 de abril de 2016. Nesta, dentro do quantitativo de servidores técnico-administrativos para cada campus, encontra-se previsto a existência de servidores designados para atuação em aquisições e contratos.

Este modelo de contratações, utilizado em nossa Instituição, adota o uso da metodologia de utilização das **Unidades Supridoras**<sup>1</sup> para fins de operacionalização do Plano Anual de Compras e Contratações do IFS. Nessa sistemática, a DELC recebe todas as demandas dos Campi e da Reitoria, analisa e consolida em uma única planilha todas as licitações a serem realizadas. O principal ganho é impedir a execução de licitações não planejadas inicialmente pelas unidades (UASG), assim, gerando menores custos de pedidos (custos de instrução processual), melhor acompanhamento dos prazos de execução, além de promover o incremento do potencial de controle institucional (externo e interno) e social. Tendo a possibilidade desta planilha ser divulgada na página do IFS na internet, dando acesso público aos objetos (materiais e serviços) que se pretende licitar.

A nova metodologia permitiu uma agilidade na quantidade de licitações realizadas pelo IFS, diminuindo significativamente a utilização de Pregões SRP de outros órgãos (caronas), diminuindo a quantidade de dispensas de licitações realizadas, ficando este tipo de contratações para serviços de fornecimento energia, água e esgoto, e situações específicas de algumas unidades, cuja contratação por motivos diversos não é possível por Pregão.

Portanto, o compartilhamento dos nossos processos licitatórios foi medida que, até então, respeitando as nossas limitações estruturais, e a obrigatoriedade de um quantitativo mínimo de servidores por unidade, alcançou maior economia de escala, menores custos de pedido (custos de instrução processual).

Em relação a **"Avaliar as possibilidades de agregação de aquisições de bens e contratações de serviços"**, informamos que não existem contratações desagregadas, pois as metodologias apresentadas acima, garante a

<sup>1</sup> Unidades Supridoras - Portaria nº 4003/2018/IFS - [http://www.ifs.edu.br/images/Documentos/2019/1/Anexo\\_informativo\\_4003\\_20181.pdf](http://www.ifs.edu.br/images/Documentos/2019/1/Anexo_informativo_4003_20181.pdf)

agregação das contratações, pois todas a contratações, inclusive inexigibilidade, já são executadas de forma compartilhada.

No que tange a **"Identificar indícios de sobreposição e duplicidade de atividades"**, o **cronograma das licitações elaborado pela DELC**<sup>2</sup> evita que ocorra sobreposição e duplicidade de atividades licitatórias no IFS.

Todos os planos, fluxos, modelos e legislação do IFS que tratam das licitações, podem ser acessados no endereço eletrônico: <http://www.ifs.edu.br/licitacoes-e-contratos/licitacoes/pregoes>.

Após este diagnóstico, na próxima seção trataremos da análise e da proposição da relação de UASGs passíveis de inativação.

<sup>2</sup> Cronograma de licitações do PGC 2020 do IFS - [http://www.ifs.edu.br/images/DELC/cronograma\\_2020\\_serie/C15/A3a\\_06\\_serie/C15A7n\\_2020.pdf](http://www.ifs.edu.br/images/DELC/cronograma_2020_serie/C15/A3a_06_serie/C15A7n_2020.pdf)

### 3 Relação de UASG Passíveis de Inativação

Diante do exposto na segunda seção, **Diagnóstico dos Planos Anuais de Contratação**, e as justificativas a serem apresentadas na próxima, na qual é feita a **Análise de Viabilidade da Centralização das Contratações**, conclui-se que o previsto no Art. 2º da Portaria 13.623/2019 e em seu parágrafo único, não será passível de implementação por não termos nenhuma **UASG passível de inativação**. Contudo, propomos a transformação de algumas **UASG com perfil de acesso para compras em UASG com perfil de acesso para consulta, financeiro, contrato e lançamento de IRP**, respeitando as observações abaixo elencadas e de acordo com as informações / questionamentos apresentados na Seção 4.

O IFS possui atualmente **11 UASG**, em que todas, executam processos licitatórios e contratações de uma forma geral, exceção para a UASG 152426 do Campus Poço Redondo cuja autorização de funcionamento ocorreu pela Portaria n.º 541, de 15 de junho de 2020 do Ministério da Educação. Para atender o previsto na Portaria 13.623/2019, além de manter a "Autonomia Administrativa e Financeira" dos Campi, conforme rege a Lei de Criação dos Institutos Federais, e considerando o esclarecimento dirimido pela Secretaria de Gestão (SEGES) e Coordenação-Geral de Serviços aos Sistemas Estruturantes:

"UASG financeiras, poderão sim ser incluídas como participantes de licitação por registro de preços, ou seja, as mesmas não farão compras, mas participarão das licitações, com suas respectivas quantidades, para que, após a homologação da licitação, possam emitir seus empenhos, e dessa forma a UASG Gerenciadora poderá fazer o controle de quantidade por UASG" (SEGES, 2020)".

Diante disso, apresentamos a proposição para que a **UASG 158134** permaneça com os perfis **CON-GERAL, CADASTRO, COMPRAS, CONTRATO, FISCAL, FINANCEIRO, IRP, RDCXXX, PRESIDENTE, DIVULGAX, HOMOLOGADOR, PREGOEIRO, RESP-ÓRGÃO** e com nível de acesso de **Órgão ou UASG de acordo com a necessidade. O que permite o cadastramento de fornecedor, lançamento de IRP, divulgação de licitação, acompanhamento da execução de contrato, execução financeira, a**

**adjudicação e homologação de pregão**, centralizando todas as Licitações da Instituição nesta Unidade de Compra. As **UASG 158392, 158393, 152426, 158394, 152430, 152420, 154680, 154679, 154681 e 152426** passarão a ser apenas UASG com os perfis **CON-GERAL, CADASTRO, CONTRATO, FISCAL, FINANCEIRO, IRP, e RESP- UASG, e com nível de acesso de UASG. O que permite o cadastramento de fornecedor, lançamento de IRP acompanhamento da execução de contrato e execução financeira, podendo esta UASG ainda participarem na origem de pregões tradicionais, IRPs, e pregões SRP, inclusive de UASG fora da Raiz do IFS, sendo suas demandas lançadas e gerenciadas pela UASG de compras (158134).**

Embora o art. 2º, parágrafo único, da portaria tenha como previsão o redimensionamento (redução quantitativa) das UASG de compras de forma gradual, em três ondas, conforme exposto abaixo, nossa Instituição optou por promover este ajuste em apenas uma onda, com a proposição de ocorrer em **03 de agosto de 2020**.

Parágrafo único. Ficam estabelecidos os seguintes parâmetros mínimos para o redimensionamento das Uasg de que trata o caput, nos casos em que o quantitativo de Uasg existente no momento de publicação desta Portaria for superior a uma Uasg por órgão ou entidade no respectivo Estado ou Distrito Federal:  
I - Redução de 50% das Uasg, até 30 de junho de 2020;  
II - Redução de 20% das Uasg remanescentes, até 31 de março de 2021;  
e  
III - Redução de 20% das Uasg remanescentes, até 31 de março de 2022.  
(Art 2º, parágrafo único, da Portaria Nº 13.623 /2019/SEGES)

Os Campi continuam executando os contratos e realizando os pagamentos, uma vez que, permanecem com o perfil de contratos e financeiro.

Após essa proposição, daremos seguimento a análise de viabilidade na centralização das contratações, conforme Seção 4.

#### 4 Análise de Viabilidade da Centralização das Contratações

Conforme previsto na Lei nº 11.892/2008, os Institutos Federais (IFs) são instituições multicampi (Art. 2º) que possuem natureza jurídica de autarquia e são detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar (Art. 1º), possuindo proposta orçamentária anual identificada para cada campus e a reitoria (Art. 9º).

O Decreto nº 7.022, de 02 de dezembro de 2009, considerando a estrutura multicampi e a institucionalidade dos IFs, prevê que os órgãos centrais dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal “[...] prestarão orientação e assistência técnica prioritária ao Ministério da Educação e às Reitorias dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, objetivando assegurar a efetiva operacionalização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica” (Art. 1º, parágrafo segundo).

O referido Decreto também estabelece o registro dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob a forma multicampi, tendo a Reitoria por matriz e os campi que os integram como filiais. Ademais, de forma a efetivar o previsto na Lei nº 11.892/2008, os IFs possuem UASG distintas para a Reitoria e cada um de seus campi com autonomia, dentro dos parâmetros do órgão, para realizarem suas contratações.

Vejamos ainda que os Institutos Federais se diferenciam sobremaneira dos demais órgãos da Administração Pública, haja vista, a grande variação de itens que são adquiridos ano a ano, em função das realidades de cada unidade. Pois há uma grande distinção entre os campi e os cursos ofertados, estágio de desenvolvimento de cada unidade, assim como, há significativas diferenças entre os projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos anualmente em cada unidade da rede.

Isto posto, nos parece razoável que o IFS possa utilizar o previsto no Parágrafo Único do Art. 3º da Portaria 13.623, elaborando o Plano de Centralização de Contratações, buscando assim, maior eficiência nas aquisições. Contudo, como demonstrado na Seção 2, na qual é justificado a não redução do quantitativo de UASG devido à sua estrutura multicampi, assim, devendo ser adotado o uso de

#### UASG com perfil de acesso para consulta, financeiro, contrato e lançamento de IRP, conforme elencado na Seção 3.

Considerando ainda a nossa estrutura multicampi, a diminuição de UASG tornaria as aquisições diretas, de dispensas de licitação por pequeno valor (art. 24, incisos I e II, da Lei 8.666/93), impraticáveis. Uma vez que o limite previsto na legislação é baixo quando pensamos em instituições multicampi que atuam em áreas diversas.

A necessidade de realização de maior número de pregões, com demandas específicas de baixo valor, aumentaria os custos administrativos. Nos casos de itens desertos ou cancelados nas licitações, repeti-la para poucos itens é antieconômico, onerando demasiadamente a administração. Mais vantajoso é a operacionalização de dispensa de licitação. Porém, tendo menos UASG, menor a possibilidade de dispensas por pequeno valor.

Tendo em vista o exposto nos parágrafos acima e o modelo de interiorização dos nossos Campi, salientamos que há demandas nas quais os fornecedores não participam de pregões, sendo necessário suprir as demandas com processos de dispensa de licitação, consequentemente fomentando a economia regional/local. Por exemplo, têm-se a aquisição de objetos em que a entrega é parcelada, frequente e de pequena monta, por exemplo, água mineral nos Campi afastados da capital (Cotação 01/2018 do Campus Propriá e Cotação 01/2018 do Campus Itabaiana), que precisam ser atendidas por fornecedores locais, grandes fornecedores localizados na capital não têm interesse em participar destas licitações do interior do Estado e com valores estimados que não despertam interesse.

Outras aquisições que se tornariam prejudicadas e/ou inexequíveis, seriam as de alimentos da agricultura familiar nos termos da Lei 11.947/2009 e da Resolução CD-FNDE 26 de 2013. Uma vez que a regionalidade é o fator principal para esta contratação. Visto que, trata-se de aquisição de alimentos perecíveis (PNAE e PAA), os quais demandam entregas frequentes e de pequeno quantitativo, cujos agricultores não teriam condições de atender a um campus distante.

Com relação a movimentação de servidores, ao analisar o previsto no inciso II do Art. 3º, percebe-se que a aplicação das medidas previstas na Portaria nº 13.623/2019 – SEGES/ME, resultarão certamente na necessidade de realocação

Plano de Centralização de Contratações PROAD - IFS

de pessoal, posto que o quadro de servidores da Reitoria atualmente não comportaria a demanda resultante da aplicação da supracitada portaria. Nisso, conseqüentemente, esbarraríamos na necessidade de contratação de novos servidores ou realocação dos servidores que trabalham nos Departamentos de Administração dos Campi. Não obstante, esta ação possivelmente iria de encontro a Portaria nº 246/2016 do Ministério da Educação.

Além disso, atualmente, não há espaço físico suficiente na Reitoria para comportar a contratação de tal quantitativo de servidores ou a remoção destes, advindos de outras unidades. Destacando-se ainda, conforme já exposto, que as unidades e as atividades destes servidores não ficam restritas às áreas licitatórias. Compreendendo também o planejamento de aquisições, participação em comissões e assessoramento da Direção Geral do Campus em assuntos relacionados as licitações e planejamento.

Para atender a centralização das contratações, seguindo o modelo proposto neste plano, a estrutura de pessoal na Reitoria deverá ser ajustada, conforme descrito abaixo nas subseções:

**4.1 Departamento de Licitações e Contratos – DELC (Reitoria)**

O Departamento de Licitações e Contratos, tendo como objetivo: planejar, coordenar e realizar licitações, incluindo apoio aos procedimentos de dispensas, inexigibilidade de licitações e adesões a atas de registro de preços, quando couber.

O quadro atual do Departamento de Licitações e Contratos (DELC) é composto por 07 servidores, distribuídos da seguinte forma: 03 no setor de licitações e 04 no setor de contratos. Abaixo, apresentamos os quantitativos dos servidores que atuam nas áreas de licitações e contratos de todo o IFS:



pág. 11

Plano de Centralização de Contratações PROAD - IFS

CAMPUS	QUANTIDADE DE SERVIDORES POR SETOR	
	SETOR DE LICITAÇÕES	SETOR DE CONTRATOS
ARACAJU	01	04
BOQUIRÃO	04	02
TOULOU ALBERTO	02	03
PROCURA	01	01
ARACAJU	01	02
BOQUIRÃO	01	01
PROCURA	01	01
ESTRÉLIA	01	01
SOLITA	01	01
SOCORMO	01	01

A seguir apresentamos a estrutura atual da DELC (Reitoria):



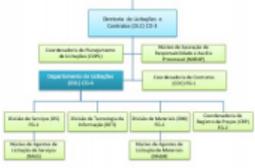
**4.2 Diretoria de Licitações e Contratos (DLC/PROAD/REITORIA)**

A Diretoria de Licitações e Contratos possui o objetivo de gerenciar todas as atividades relacionadas à área de compras, tanto no âmbito operacional com as atividades ligadas às aquisições quanto no quesito estratégico, interligando-se às unidades de gestão, monitorando, capacitando e mapeando possibilidades de se adquirir e contratar da melhor maneira possível.

O quadro a ser estruturado da DLC será composto por unidades de cunho operacional, mas também de cunho tático e estratégico. Abaixo, a nova estrutura de pessoal para condução dos processos a partir da centralização das contratações:



pág. 12

Plano de Centralização de Contratações PROAD - IFS	Plano de Centralização de Contratações PROAD - IFS
 <p>A Coordenadoria de Planejamento de Licitações será a responsável por coordenar e mapear as necessidades das diferentes unidades em todos os campi e condensá-las num documento único a ser publicado no site do IFS, gerenciar o sistema PGC – Plano de Gerenciamento das Contratações, controlar a autuação e registro de processos sincronizados com a necessidade e o calendário dos certames ao longo dos períodos.</p> <p>O Núcleo de Apuração de Responsabilidade e Auxílio Processual será responsável por atuar como assessoria executiva destinada à atividade operacional emitir despacho de mero expediente; comandar a apuração de responsabilidade junto à área de licitações e de contratos da Reitoria até o final do processo de imposição de penalidade.</p> <p>A Coordenadoria de Contratos será responsável por coordenar atividades relacionadas ao controle dos atos contratuais, como repactuações, aditivos, apostilas e quaisquer outros ajustes que sejam necessários.</p> <p>O Departamento de Licitações será responsável por comandar à área de licitações, interligando todas as divisões da área, monitorando e coordenando duas atividades, controlando calendário e tempo de execução dos todos os atos processuais administrativos.</p> <p>A Divisão de Serviços será responsável por executar as compras relacionadas à área de serviços, sejam eles com prestação de mão de obra terceirizada com dedicação exclusiva ou não.</p> <p>A Divisão de Tecnologia da Informação será responsável pela execução das aquisições relacionadas à área de serviços e de materiais que tem a Diretoria de</p> <p style="text-align: center;"> INSTITUTO FEDERAL Sergipe</p> <p style="text-align: right;">pág. 13</p>	<p>Tecnologia de Informação como demandante, por se tratar de instrução normativa específica.</p> <p>A Divisão de Materiais será responsável por executar as compras relacionadas à área de materiais necessários ao IFS, nacionais ou importando, das diferentes atividades estruturantes do IFS.</p> <p>A Coordenadoria de Registro de Preços será responsável por mapear e comparar das demandas existentes no sistema PGC e identifica-las em licitações a serem relacionadas ao longo do períodos anuais por outras UASG espalhadas pelo UASG a fim de atuarmos como participantes dessas aquisições, reduzindo tempo esforços e recursos, além de apoiar às diferentes unidades supridoras na confecção e elaboração dos documentos de formalização e demanda, estudos preliminares e mapa de risco, atuando na equipe de planejamento da contratação quando for necessário.</p> <p>O Núcleo de Agentes de Licitações de Serviços será responsável por realizar pregões, adesões, chamadas públicas e contratações diretas junto ao sistema comprasnet de demandas ligados à área de serviços;</p> <p>O Núcleo de Agentes de Licitações de Materiais será responsável por realizar pregões, adesões, chamadas públicas e contratações junto ao sistema comprasnet de demandas relacionadas à área de materiais.</p> <p>A nova estrutura para operacionalização necessitará da remoção de 05 (cinco) servidores dos Campi Estância, Itabaiana, Lagarto, Propriá e Tobias Barreto, sendo um de cada unidade. Os servidores das áreas de licitações dos Campi Aracaju, Glória, São Cristóvão e Socorro continuaram nestas unidades, contudo subordinados a DLC, uma vez que, a estrutura física atual não permite o remanejamento destes servidores para a DLC. Portanto, estes servidores apesar de estarem nos Campi realizarão licitações pela UASG da Reitoria 158134. De forma que nos Campi os servidores não terão perfil de compras nas UASG.</p> <p>A Reitoria poderá realizar remanejamento de funções gratificadas dos Campi para a Reitoria, visando adequado funcionamento da estrutura proposta.</p> <p>Apresentados, portanto, os esclarecimentos acima tratados, destacamos novamente que os Instituto Federais foram criados nos termos da Lei nº 11.892/2008 a qual dispõe no parágrafo único, do art. 1º que tais instituições “[...] possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa,</p> <p style="text-align: center;"> INSTITUTO FEDERAL Sergipe</p> <p style="text-align: right;">pág. 14</p>

patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar". Sendo esta autonomia, que restará prejudicada em função das modificações propostas pela Portaria nº 13.263/SEGES/ME, posto que haverá modificação de um modelo de trabalho que é voltado para o compartilhamento das aquisições mediante divisão das atribuições dentre as nossas unidades de ensino de acordo com a capacidade, quantitativo de servidores e necessidades de cada uma destas.

Por fim, **ratificamos** que, conforme deixamos evidenciado no presente plano a finalidade perseguida pela Portaria nº 13.623/2019 – SERES/ME, já se faz presente em nossa Instituição e nas nossas licitações. Diante disso, a inativação das UASG é medida que provocará prejuízos a Instituição superiores aos benefícios que poderiam ser obtidos. Sendo que a nossa proposta é do uso nos Campi de UASG com os perfis CON-GERAL, CADASTRO, CONTRATO, FISCAL, FINANCEIRO, IRP, e RESP- UASG, e com nível de acesso de UASG. **O que permite o cadastramento de fornecedor, lançamento de IRP, acompanhamento da execução dos contratos e execução financeira, podendo esta UASG ainda participar na origem de pregões tradicionais, IRPs, e pregões SRP, bem como realizar adesão (carona) a pregões.** E, reforçamos a necessidade de orientação por parte da SEGES no sentido de como proceder em situações que ensejam em dispensas por situações de itens desertos em licitações, situação que pode ocorrer.

Assim, submetemos à apreciação.

Sendo o que temos para o momento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

Ider de Santana Santos  
Pró-reitor de Administração

**Ruth Sales Gama de Andrade**  
Reitora

## ANEXOS F – Dados dos municípios sergipanos

## Sergipe

Municípios	Gentílico	Matrículas no ensino médio	Número de estabelecimentos de ensino médio	População estimada	Salário médio mensal dos trabalhadores formais	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	PIB per capita
Amparo do São Francisco	sergipano ou sergipense	83 matrículas	1 escolas	2380 pessoas	2,0 salários mínimos	0,611	11686,42 R\$
Aquidabã	sergipano ou sergipense	765 matrículas	2 escolas	21681 pessoas	1,6 salários mínimos	0,578	10753,21 R\$
Aracaju	sergipano ou sergipense	22969 matrículas	93 escolas	664908 pessoas	3,2 salários mínimos	0,770	26622,38 R\$
Arauçá	sergipano ou sergipense	388 matrículas	1 escolas	9947 pessoas	2,2 salários mínimos	0,595	10687,24 R\$
Areia Branca	sergipano ou sergipense	366 matrículas	1 escolas	18686 pessoas	2,2 salários mínimos	0,579	10275,35 R\$
Barra dos Coqueiros	sergipano ou sergipense	614 matrículas	4 escolas	30930 pessoas	2,7 salários mínimos	0,649	16438,72 R\$
Boquim	sergipano ou sergipense	932 matrículas	4 escolas	26899 pessoas	2,3 salários mínimos	0,604	10937,23 R\$
Brejo Grande	sergipano ou sergipense	341 matrículas	2 escolas	8353 pessoas	1,8 salários mínimos	0,540	9182,74 R\$
Campo do Brito	sergipano ou sergipense	507 matrículas	2 escolas	18218 pessoas	1,8 salários mínimos	0,621	10975,49 R\$
Canhoba	sergipano ou sergipense	126 matrículas	1 escolas	4006 pessoas	2,1 salários mínimos	0,569	10867,16 R\$
Canindé de São Francisco	sergipano ou sergipense	1183 matrículas	2 escolas	30402 pessoas	2,7 salários mínimos	0,567	73005,72 R\$
Capela	sergipano ou sergipense	1151 matrículas	4 escolas	34514 pessoas	1,8 salários mínimos	0,615	11067,57 R\$
Carira	sergipano ou sergipense	570 matrículas	1 escolas	22239 pessoas	2,2 salários mínimos	0,588	9961,02 R\$
Carmópolis	sergipano ou sergipense	493 matrículas	3 escolas	16937 pessoas	2,5 salários mínimos	0,643	24617,01 R\$
Cedro de São João	sergipano ou sergipense	146 matrículas	1 escolas	5913 pessoas	1,7 salários mínimos	0,623	9240,22 R\$
Cristinápolis	sergipano ou sergipense	642 matrículas	1 escolas	18029 pessoas	2,0 salários mínimos	0,553	11570,60 R\$
Cumbe	sergipano ou sergipense	100 matrículas	1 escolas	3998 pessoas	1,7 salários mínimos	0,604	9271,46 R\$
Divina Pastora	sergipano ou sergipense	196 matrículas	1 escolas	5215 pessoas	2,3 salários mínimos	0,610	30179,85 R\$
Estância	sergipano ou sergipense	2549 matrículas	9 escolas	69556 pessoas	2,2 salários mínimos	0,647	24677,68 R\$
Feira Nova	sergipano ou sergipense	144 matrículas	1 escolas	5601 pessoas	2,1 salários mínimos	0,584	10308,38 R\$
Frei Paulo	sergipano ou sergipense	392 matrículas	1 escolas	15556 pessoas	1,5 salários mínimos	0,589	14054,71 R\$
Gararu	sergipano ou sergipense	410 matrículas	2 escolas	11601 pessoas	2,3 salários mínimos	0,564	8931,64 R\$
General Maynard	sergipano ou sergipense	208 matrículas	1 escolas	3384 pessoas	1,9 salários mínimos	0,645	9580,78 R\$
Gracho Cardoso	sergipano ou sergipense	162 matrículas	1 escolas	5824 pessoas	1,9 salários mínimos	0,577	10474,29 R\$
Ilha das Flores	sergipano ou sergipense	259 matrículas	2 escolas	8521 pessoas	1,8 salários mínimos	0,562	8448,23 R\$
Indiaroba	sergipano ou sergipense	717 matrículas	2 escolas	18149 pessoas	2,3 salários mínimos	0,580	10378,32 R\$
Itabaiana	sergipano ou sergipense	3294 matrículas	11 escolas	96142 pessoas	1,6 salários mínimos	0,642	19020,44 R\$

Itabaianinha	sergipano ou sergipense	1983 matrículas	5 escolas	42166 pessoas	1,8 salários mínimos	0,556	10270,14 R\$
Itabi	sergipano ou sergipense	172 matrículas	1 escolas	4886 pessoas	1,9 salários mínimos	0,602	10881,59 R\$
Itaporanga d'Ajuda	sergipano ou sergipense	982 matrículas	2 escolas	34709 pessoas	2,3 salários mínimos	0,561	26581,30 R\$
Japaratuba	sergipano ou sergipense	600 matrículas	2 escolas	18907 pessoas	6,5 salários mínimos	0,621	21171,11 R\$
Japoatã	sergipano ou sergipense	574 matrículas	4 escolas	13429 pessoas	1,9 salários mínimos	0,560	12407,61 R\$
Lagarfo	sergipano ou sergipense	4061 matrículas	8 escolas	105221 pessoas	1,8 salários mínimos	0,625	14239,60 R\$
Laranjeiras	sergipano ou sergipense	980 matrículas	1 escolas	30080 pessoas	3,2 salários mínimos	0,642	29166,26 R\$
Macambira	sergipano ou sergipense	249 matrículas	1 escolas	6961 pessoas	1,6 salários mínimos	0,583	9345,49 R\$
Malhada dos Bois	sergipano ou sergipense	130 matrículas	1 escolas	3699 pessoas	1,6 salários mínimos	0,599	11663,61 R\$
Malhador	sergipano ou sergipense	295 matrículas	2 escolas	12653 pessoas	2,2 salários mínimos	0,587	10060,15 R\$
Maruim	sergipano ou sergipense	583 matrículas	3 escolas	17271 pessoas	2,3 salários mínimos	0,618	18454,65 R\$
Moita Bonita	sergipano ou sergipense	254 matrículas	1 escolas	11348 pessoas	1,9 salários mínimos	0,587	11419,09 R\$
Monte Alegre de Sergipe	sergipano ou sergipense	381 matrículas	1 escolas	15175 pessoas	2,4 salários mínimos	0,553	9186,21 R\$
Muribeca	sergipano ou sergipense	294 matrículas	1 escolas	7639 pessoas	2,1 salários mínimos	0,626	11999,29 R\$
Neópolis	sergipano ou sergipense	626 matrículas	6 escolas	18703 pessoas	1,8 salários mínimos	0,589	13541,89 R\$
Nossa Senhora Aparecida	sergipano ou sergipense	286 matrículas	1 escolas	8809 pessoas	1,7 salários mínimos	0,577	9529,54 R\$
Nossa Senhora da Glória	sergipano ou sergipense	1852 matrículas	6 escolas	37324 pessoas	1,9 salários mínimos	0,587	15374,22 R\$
Nossa Senhora das Dores	sergipano ou sergipense	879 matrículas	3 escolas	26795 pessoas	2,0 salários mínimos	0,600	11152,16 R\$
Nossa Senhora de Lourdes	sergipano ou sergipense	295 matrículas	2 escolas	6496 pessoas	2,0 salários mínimos	0,598	9427,13 R\$
Nossa Senhora do Socorro	sergipano ou sergipense	4527 matrículas	17 escolas	185706 pessoas	2,1 salários mínimos	0,664	14090,75 R\$
Pacatuba	sergipano ou sergipense	569 matrículas	2 escolas	14540 pessoas	2,5 salários mínimos	0,555	12256,49 R\$
Pedra Mole	sergipano ou sergipense	94 matrículas	1 escolas	3285 pessoas	2,3 salários mínimos	0,593	9357,23 R\$
Pedrinhas	sergipano ou sergipense	391 matrículas	1 escolas	9665 pessoas	2,2 salários mínimos	0,592	8564,54 R\$
Pinhão	sergipano ou sergipense	222 matrículas	1 escolas	6627 pessoas	2,3 salários mínimos	0,583	8341,66 R\$
Pirambu	sergipano ou sergipense	336 matrículas	1 escolas	9359 pessoas	2,4 salários mínimos	0,603	12001,52 R\$
Poço Redondo	sergipano ou sergipense	973 matrículas	4 escolas	35122 pessoas	1,9 salários mínimos	0,529	8613,54 R\$
Poço Verde	sergipano ou sergipense	940 matrículas	1 escolas	23867 pessoas	2,0 salários mínimos	0,561	10106,57 R\$
Porto da Folha	sergipano ou sergipense	982 matrículas	8 escolas	28693 pessoas	2,2 salários mínimos	0,588	9178,86 R\$
Propriá	sergipano ou sergipense	1190 matrículas	6 escolas	29692 pessoas	2,0 salários mínimos	0,661	17368,48 R\$
Riachão do Dantas	sergipano ou sergipense	686 matrículas	2 escolas	19809 pessoas	2,1 salários mínimos	0,539	13472,86 R\$
Riachuelo	sergipano ou sergipense	405 matrículas	1 escolas	10284 pessoas	2,1 salários mínimos	0,617	16934,67 R\$
Ribeirópolis	sergipano ou sergipense	546 matrículas	2 escolas	18773 pessoas	2,0 salários mínimos	0,613	16712,77 R\$
Rosário do Catete	sergipano ou sergipense	274 matrículas	1 escolas	11008 pessoas	4,4 salários mínimos	0,631	36097,44 R\$
Salgado	sergipano ou sergipense	651 matrículas	2 escolas	20025 pessoas	1,7 salários mínimos	0,609	8747,80 R\$
Santa Luzia do Itanh	sergipano ou sergipense	334 matrículas	1 escolas	14121 pessoas	2,0 salários mínimos	0,545	11359,84 R\$
Santa Rosa de Lima	sergipano ou sergipense	183 matrículas	1 escolas	3923 pessoas	2,0 salários mínimos	0,592	11111,81 R\$
Santana do São Francisco	sergipano ou sergipense	245 matrículas	2 escolas	7844 pessoas	2,2 salários mínimos	0,590	8917,56 R\$
Santo Amaro das Brotas	sergipano ou sergipense	320 matrículas	1 escolas	12151 pessoas	2,4 salários mínimos	0,637	10468,29 R\$
São Cristóvão	sergipano ou sergipense	2661 matrículas	10 escolas	91093 pessoas	3,6 salários mínimos	0,662	10061,71 R\$
São Domingos	sergipano ou sergipense	322 matrículas	1 escolas	11207 pessoas	1,6 salários mínimos	0,588	9244,47 R\$
São Francisco	sergipano ou sergipense	172 matrículas	1 escolas	3781 pessoas	1,8 salários mínimos	0,587	10031,79 R\$
São Miguel do Aleixo	sergipano ou sergipense	161 matrículas	1 escolas	3947 pessoas	1,7 salários mínimos	0,567	9354,91 R\$
Simão Dias	sergipano ou sergipense	1565 matrículas	5 escolas	40606 pessoas	1,7 salários mínimos	0,604	13014,14 R\$
Siriri	sergipano ou sergipense	282 matrículas	1 escolas	8970 pessoas	2,4 salários mínimos	0,609	16159,95 R\$
Telha	sergipano ou sergipense	116 matrículas	1 escolas	3249 pessoas	1,8 salários mínimos	0,604	9854,68 R\$
Tobias Barreto	sergipano ou sergipense	1997 matrículas	5 escolas	52530 pessoas	1,9 salários mínimos	0,557	10753,11 R\$

Tomar do Geru	sergipano ou sergipense	423 matrículas	1 escolas	13535 pessoas	2,0 salários mínimos	0,551	9325,03 R\$
Umbaúba	sergipano ou sergipense	1189 matrículas	4 escolas	25550 pessoas	1,7 salários mínimos	0,579	13652,61 R\$

Fonte 1 - panorama\_configuration\_municipio\_populacao\_estimada: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1o de julho de 2020

Fonte 2 - panorama\_configuration\_municipio\_idhm: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD

Fonte 3 - panorama\_configuration\_municipio\_pib\_per\_capita: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

Nota 1 - panorama\_configuration\_municipio\_matriculas\_medio: Inclui matrículas do ensino médio propedêutico, normal/magistério e médio integrado (Técnico integrado) de ensino regular e/ou especial

Nota 2 - panorama\_configuration\_municipio\_populacao\_estimada: Para "dúvidas e contestações" [clique aqui](<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html>)

## ANEXO G – Oferta de Cursos em todos os campi IFS

CAMPUS	CURSO	NÍVEL DE FORMAÇÃO
Aracaju	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pesca</li> <li>• Desenho de Construção Civil</li> <li>• Hospedagem</li> <li>• Alimentos</li> <li>• Edificações</li> <li>• Eletrotécnica</li> <li>• Eletrônica</li> <li>• Informática</li> <li>• Química</li> <li>• Petróleo e Gás</li> <li>• Segurança no Trabalho</li> <li>• Guia de Turismo</li> </ul>	Técnico de Nível Médio
Aracaju	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bacharelado em Engenharia Civil</li> <li>• Tecnologia de Gestão de Turismo</li> <li>• Licenciatura em Matemática</li> <li>• Licenciatura em Química</li> <li>• Tecnologia em Saneamento Ambiental</li> </ul>	Graduação em Nível Superior
Lagarto	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Edificações</li> <li>• Eletromecânica</li> <li>• Rede de Computadores</li> <li>• Manutenção e Suporte de Informática</li> </ul>	Técnico de Nível Médio
Lagarto	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tecnologia em Automação Industrial</li> <li>• Licenciatura em Física</li> <li>• Bacharelado em sistemas de Informação</li> </ul>	Graduação em Nível Superior
São Cristóvão	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agrimensura</li> <li>• Agropecuária</li> <li>• Agroindústria</li> <li>•</li> </ul>	Técnico de Nível Médio
São Cristóvão	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tecnologia em Agroecologia</li> <li>• Tecnologia em Alimentos</li> </ul>	Graduação em Nível Superior
Estância	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Edificações</li> <li>• Eletrotécnica</li> </ul>	Técnico de Nível Médio
Glória	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recursos Pesqueiros</li> <li>• Agroecologia</li> <li>• Alimentos</li> </ul>	Técnico de Nível Médio
Glória	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tecnologia em Laticínios</li> </ul>	Graduação em Nível Superior
Itabaiana	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Manutenção e Suporte de Informática</li> </ul>	Técnico de Nível Médio

**ANEXO H – Roteiro de Entrevista****UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA PROGRAMA DE  
PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM ECONOMIA****ENTREVISTA**

Este estudo tem como objetivo identificar os efeitos do plano de centralização das contratações públicas no Instituto Federal de Sergipe e as consequências do redimensionamento do quantitativo de UASG. Neste sentido, solicito a colaboração de V.Sa., respondendo essa entrevista.

Ressaltamos que todos os dados aqui coletados serão mantidos em sigilo. Trata-se de uma atividade acadêmica para a conclusão do mestrado profissional em economia, sob a orientação do prof.: Dr. Dean Lee Hansen vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Economia/PROPEC/UFS.

Antecipadamente agradeço vossa colaboração por compartilhar seus conhecimentos, tornando conhecida sua opinião de forma clara e objetiva

Elizete Ferreira dos Santos Santana

Concludente do Mestrado Profissional em Economia

## ROTEIRO DE ENTREVISTA. CAMPO DE PESQUISA:

**Perfil geral do entrevistado (a):**

Sexo: ( ) Masculino ( ) feminino

1- Campus de atuação do entrevistado:

\_\_\_\_\_

2- Formação acadêmica/cargo/função (área de atuação no IFS):

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

3- Quantos anos de experiência na instituição?

\_\_\_\_\_

4- Quantos anos de experiência como

Docente: \_\_\_\_\_

Técnico Administrativo: \_\_\_\_\_

Em Cargo de Gestão: \_\_\_\_\_

**Eixo 1- (Gestão e Administração Institucional)**

1- Considerando a sua experiência de trabalho no IFS, como você analisa o plano de centralização das contratações públicas adotado pelo governo federal? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

2- Na sua opinião, o plano de centralização das aquisições e contratações públicas causará danos ou trará benefícios para as Instituições da rede EPT?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

3- Dê sua opinião sobre o plano de centralização das contratações públicas.

---

---

---

**Eixo 2- (Desenvolvimento regional)**

- 4- Na sua opinião, os campi do IFS são instrumentos de desenvolvimento nas localidades onde encontram-se instalados?

---

---

---

- 5- Você tem conhecimento da proposta de redimensionamento do quantitativo de UASGs pelo governo federal? Na sua opinião o redimensionamento trará benefícios ou prejuízos para a Instituição?

---

---

---

- 6- Quais os impactos econômicos que o redimensionamento do quantitativo de UASGs causará aos municípios sergipanos?

---

---

---

- 7- Poderia, por favor, citar alguns dos desafios da gestão atual, considerando o campus onde você atua?

---

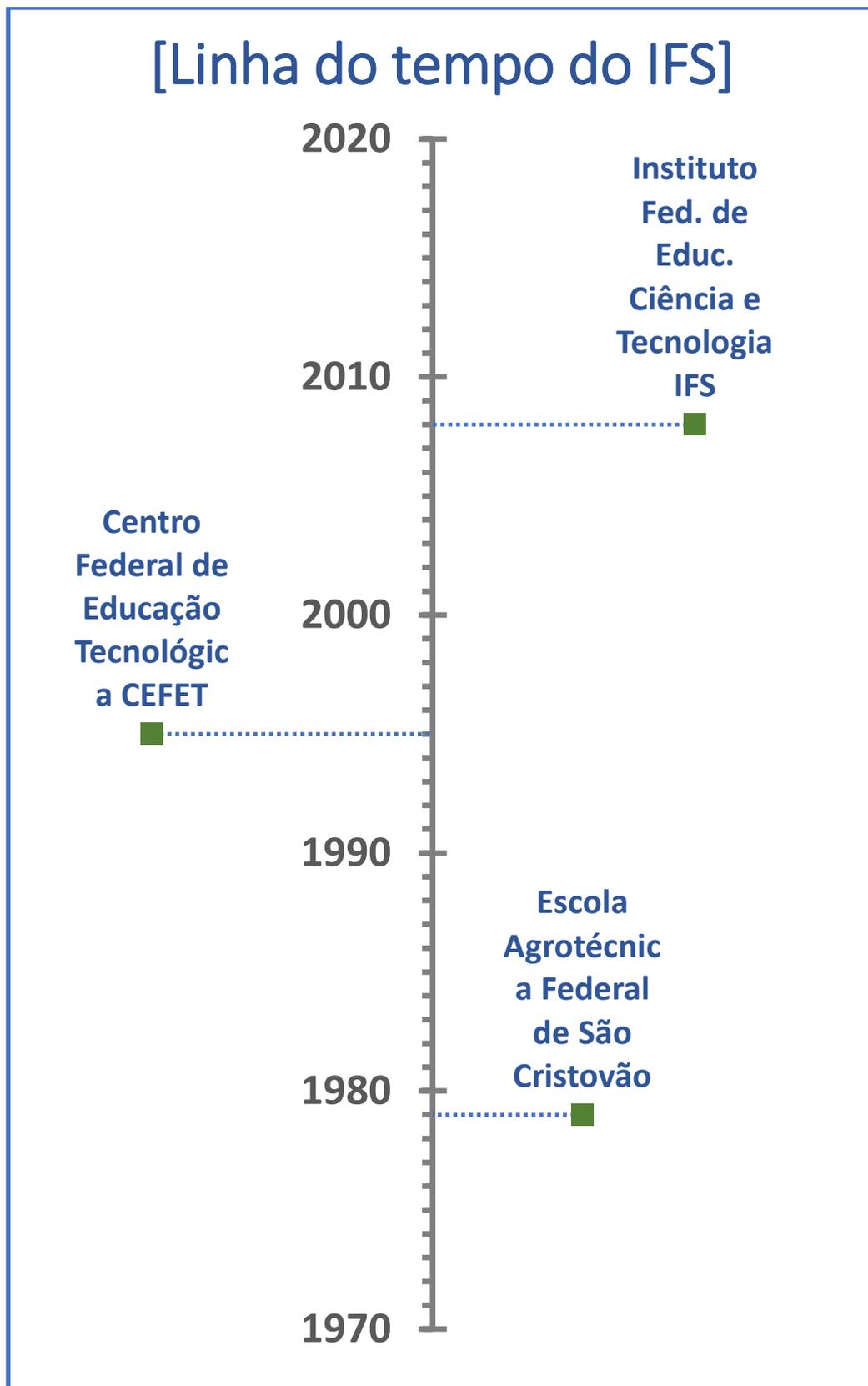
---

---

- 8 - Espaço aberto para o caso de o entrevistado desejar registrar mais alguma coisa que considera importante sobre a sua experiência com o processo da centralização das aquisições e contratações públicas e do redimensionamento do quantitativo de UASGs

## ANEXO I – Linha do Tempo do IFS

Figura 2 – Linha do Tempo do IFS



Fonte: Elaboração própria adaptado do Memorial IFS

## ANEXO J – Linha do Tempo do IFS2

Tabela 4 – Anexo complementar da Figura 3 - Linha do tempo do IFS

Ano	Rótulo	Posição
1909	Publicação do Decreto nº 7566 - Criação	-50
1911	Escola de Aprendizes Artífices	70
1937	Liceu Industrial	-80
1942	Escola Industrial	-60
1963	Escola Técnica Federal de Sergipe	50
1995	Centro Federal de Educação Tecnológica CEFET	-75
2008	Instituto Fed. de Educ. Ciência e Tecnologia IFS	70
1979	Escola Agrotécnica Federal de São Cristovão	40
1964	Colégio Agrícola Benjamin Constant	-80
1957	Escola Agrotécnica Benjamin Constant	60
1952	Escola Agrícola Benjamin Constant	-50
1946	<i>Escola de Iniciação Agrícola Benjamin Constant</i>	-50
1939	Aprendizado Agrícola Benjamin Constant	-50
1934	Aprendizado Agrícola de Sergipe	-50
1924	Patronato São Maurício	-50

Fonte: Elaboração própria adaptado do Memorial IFS